

JORGE WILLIAM FALCÃO JUNIOR

O “REINO DE DEUS” NO IMPÉRIO DO BRASIL: A “EXPECTATIVA”
PRESBITERIANA A PARTIR DO JORNAL *IMPrensa EVANGÉLICA*

(1864 – 1889)

Juiz de Fora

2017

JORGE WILLIAM FALCÃO JUNIOR

**O “REINO DE DEUS” NO IMPÉRIO DO BRASIL: A “EXPECTATIVA”
PRESBITERIANA A PARTIR DO JORNAL *IMPrensa EVANGÉLICA*
(1864 – 1889)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata

Juiz de Fora

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Falcão Junior, Jorge William.

O "REINO DE DEUS" NO IMPÉRIO DO BRASIL : A "EXPECTATIVA" PRESBITERIANA A PARTIR DO JORNAL IMPRENSA EVANGÉLICA (1864 – 1889) / Jorge William Falcão Junior. -- 2017.

132 f.

Orientador: Alexandre Mansur Barata

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2017.

1. Presbiterianismo. 2. Imprensa Evangélica. 3. Império do Brasil.
4. "Reino de Deus". I. Mansur Barata, Alexandre, orient. II. Título.

JORGE WILLIAM FALCÃO JUNIOR

O “Reino de Deus” no Império do Brasil: a “expectativa” presbiteriana a partir do jornal
Imprensa Evangélica (1864-1889)

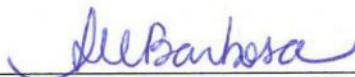
DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 30/08/2017.

Banca Examinadora



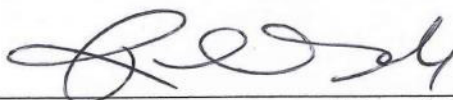
Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata Orientador(a)



Prof. Dra. Silvana Mota Barbosa (UFJF)



Prof. Dr. Luiz César de Sá Júnior (UFJF)



Prof. Dra. Eliane Moura Silva (UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

Às professoras Maria Fernanda e Célia Borges pelo acolhimento e pelas primeiras orientações.

Ao Alexandre Mansur Barata pela excelente orientação, pelo encorajamento e, sobretudo, pela santa paciência.

À revisora de texto, chefe de cozinha, professora, amiga e namorada mais linda do mundo pelo encorajamento e pela alegria ofertada ao longo dos sofridos dias de escrita.

Aos queridos estudantes do 6º ano (2017) do Colégio João XXIII por me fazerem manter viva a lembrança de que o historiador em seu ofício despedaça poeiras dos mais antigos documentos e atravessa as experiências humanas contemporâneas.

Às minhas irmãs Celina Alencar de Oliveira Falcão e Aline Alencar Falcão pelos mimos e encorajamentos.

Aos meus pais Jorge William Falcão e Francisca Célia Alencar Falcão por estarem comigo nos dias mais difíceis que vivenciei ao longo do mestrado e pelo amor, carinho e dedicação.

A Deus pelo companheirismo

À CAPES, que mesmo não sendo gente, financiou as despesas desta pesquisa.

RESUMO

Na busca de uma alternativa à difusão pública da fé cristã reformada, limitada pela oficialidade da Igreja Católica, os missionários presbiterianos fundaram o Jornal *Imprensa Evangélica* (1864-1892), o primeiro periódico protestante em circulação no Brasil. Com a primeira redação localizada na cidade do Rio de Janeiro, sob a liderança do pioneiro presbiteriano Ashbel Green Simonton, o jornal estendeu o seu alcance aos locais onde o presbiterianismo fundou suas missões. Teve como principal eixo de distribuição as então províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A redação variou entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Objetivando compreender os aspectos históricos da esperança religiosa na formação da Igreja Presbiteriana do Brasil, investigaremos de que maneira o Jornal *Imprensa Evangélica* apresentou aos seus leitores o conceito metafórico de “Reino de Deus”. Para isso, consideraremos os papéis atribuídos a Deus e ao homem, ao Estado e à Igreja, ao indivíduo e à família no processo de expansão do “Reino de Deus” e do progresso no Império do Brasil, inclusive nos eventos traumáticos das guerras de Secessão, do Paraguai e do *Risorgimento Italiano*.

Palavras-Chaves: Presbiterianismo; *Imprensa Evangélica*; Império do Brasil; “Reino de Deus”.

ABSTRACT

In pursuit of an alternative to the public diffusion of the Reformed Christian faith, limited by the officialdom of the Catholic Church, the Presbyterian missionaries founded the Evangelical Press Newspaper (1864-1892), the first Protestant newspaper in circulation in Brazil. With the first essay located in the city of Rio de Janeiro, under the leadership of Presbyterian pioneer Ashbel Green Simonton, the newspaper extended its reach to the places where Presbyterianism founded its missions. It had as main axis of distribution the province of Rio de Janeiro, São Paulo and Minas Gerais. The writing ranged between Rio de Janeiro and São Paulo. In order to understand the historical aspects of religious hope in the formation of the Presbyterian Church in Brazil, we will investigate how the Evangelical Press Journal presented the metaphorical concept of the "Kingdom of God" to its readers. For this, we will consider the roles attributed to God and man, the State and the Church, the individual and the family in the process of expansion of the "Kingdom of God" and the progress in the Brazilian Empire and in the following wars: Secession, Paraguay and the Italian Risorgimento.

Key-words: Presbyterianism; Evangelical Press; Empire of Brazil; God's kingdom.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 – Criança Robusta	85
IMAGEM 02 – Adulto Desgastado pelo Vício	85

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Grade da Licenciatura em Teologia. Rio de Janeiro 1878	53
QUADRO 02 – Principais Jornais Protestantes em Circulação entre 1864 e 1900	64
QUADRO 03 – Gêneros Veiculados Nos Jornais Protestantes Oitocentistas	66
QUADRO 04 – Guia Para Voluntários Cristãos	103
QUADRO 05 – Libertos Para a Guerra e Por Outros Motivos	113

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 – Os Presbiterianismos e as “Duas Cidades”	25
1.1 – O Presbiterianismo e a Reforma	25
1.2 – O Presbiterianismo nos Estados Unidos	34
1.3 – A formação do presbiterianismo brasileiro	43
1.3.1 – A missão de Ashbel Green Simonton	47
1.3.1 – O jornal <i>Imprensa Evangélica</i> (1864 -1892)	54
Capítulo 2 – A Metáfora do “Reino de Deus” no Jornal <i>Imprensa Evangélica</i>	67
2.1 - Considerações preliminares sobre linguagem e escatologia	67
2.2 - O uso de textos escatológicos no <i>Imprensa Evangélica</i>	74
2.3 - O “Reino de Deus” e a Felicidade a partir do <i>Imprensa Evangélica</i>	81
Capítulo 3 - Nas fronteiras da “humanidade”: as guerras noticiadas no início do presbiterianismo brasileiro (1861-1870)	98
3.1 A “guerra” enquanto metáfora no <i>Imprensa Evangélica</i>	99
3.2 A Guerra de Secessão (1861 - 1865)	103
3.3 A Guerra do Paraguai (1864 - 1870)	109
3.4 O <i>Risorgimento</i> Italiano	117
Considerações Finais	125
Fontes e Bibliografia	127

INTRODUÇÃO

Em seu livro *Tempos Líquidos*, Zygmunt Bauman afirma que a maioria das pessoas está, em certa medida, insatisfeita com a presente realidade. A felicidade tão procurada no mundo contemporâneo parece inalcançável, mesmo aos que já obtiveram tudo o que um dia lhes ensinaram a ser o caminho da harmonia e da satisfação.¹

Ainda de acordo com Bauman, a primeira marca das utopias² modernas era “um sentimento irresistível de que o mundo não está funcionando da maneira adequada e de que era improvável concertá-lo sem uma revisão completa”. Enquanto a segunda foi a crença “na suficiência do homem para realizar essa tarefa”. Haveria, pois, esperanças utópicas no século XXI?

Na tentativa de responder a essa pergunta, Bauman lançou a palavra “utopia” na barra de pesquisas do Google. Os resultados não vincularam a palavra aos sonhos de paz coletiva na Terra realizados pela ação programada do homem. Eles estavam, na verdade, associados, sobretudo, à indústria do entretenimento. Jogos online, agências de turismo, roupas de grife e bebidas alcoólicas constaram no topo da lista do sociólogo.

A “paz” e a “alegria” individualizadas que marcam a sociedade do consumo não findaram a sensação de desconforto e de aprisionamento tanto em nível individual e familiar, como em nível coletivo e público. O desafio posto no mundo pós-moderno é lembrado pelo sociólogo:

É evidente que, num mundo povoado primeiramente por caçadores, há pouco espaço para devaneios utópicos, se é que existe algum; e não seriam muitas as pessoas inclinadas a tratar com seguridade os projetos utópicos, caso alguém oferecesse algum à sua consideração. E assim, mesmo que alguém soubesse como melhorar o mundo e assumisse plenamente a tarefa de melhorá-lo, a questão verdadeiramente intrigante seria: Quem tem os recursos suficientes e é forte o suficiente para fazer o que precisa ser feito?³

A hipótese de Bauman é que o receio de assumir a responsabilidade da busca por uma libertação válida para todos os homens tem levado a sociedade contemporânea ao

¹ BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

² Vem da junção das duas palavras: “lugar bom” (eutopia) em “lugar nenhum” (outopia). Muitas vezes tratada como uma mentira, o termo apenas se refere à realidade desejada pelo homem, porém não conhecida na presente ordem, não implicando na impossibilidade de existir no futuro. Foi cunhado por Thomas Morus e marcou a expectativa moderna. BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 100 e 101.

³ BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. p. 106.

contentamento de propostas imediatas e individualistas. É certo, porém, que as respostas às opressões humanas refletidas em seus conflitos de ordem racial, familiar, nacional e trabalhista nem sempre foram encaradas e respondidas na lógica presentista e individualista.

Na busca de sintetizar diacronicamente a posição do homem diante da esperança, Bauman compara os três períodos históricos (pré-moderno, moderno, pós-moderno) a partir da analogia do homem enquanto: guarda caças, jardineiro e caçador⁴.

O princípio de que a “queda” havia afetado a razão do homem, o impedia de tomar decisões acertadas no sentido de superar os problemas decorrentes do pecado. Assim, o sentimento de insatisfação com a presente realidade era facilmente explicado pelos efeitos do pecado sobre o homem e sobre o cosmo. Além do peso da sua incapacidade, o homem sofria com as ações destrutivas de Satanás, o “grande inimigo” de Deus. A saída não estaria na tentativa humana em restaurar a ordem do mundo, mas na espera pela intervenção divina. Esse foi o homem pré-moderno, que livrava a humanidade da sua intervenção malévola sobre o mundo. Esse foi o guarda caças.

Na modernidade, porém, o homem assumiu a postura de jardineiro, passando a depositar mais esperança em sua razão, pois ela não havia sido corrompida pelos efeitos do “pecado”. O mesmo acontecia com a natureza e com a sociedade, que passaram a ser vistas como um grande jardim pronto para ser cuidado pelos homens. A consequência desse cuidado seria a felicidade de todos, não mais pelo retorno de Cristo, mas pelos prognósticos elaborados pelo homem.

Contudo, em 1929, ou seja, antes da Segunda Guerra Mundial, Sigmund Freud já mencionava os limites dos projetos civilizatórios modernos para a felicidade dos indivíduos. O fundador da Psicanálise trata das ilusões criadas pela civilização, que, ao apresentar seus benefícios, mascaram as imposições danosas aos indivíduos que dela participam.

Em que consiste a vantagem de reduzir a mortalidade infantil, se é precisamente essa redução que nos impõe a maior coerção na geração de filhos, de tal maneira que, considerando tudo, não criamos mais crianças do que nos dias anteriores ao reino da higiene, ao passo que, ao mesmo tempo, criamos condições difíceis para nossa vida sexual no casamento e provavelmente trabalhamos contra os efeitos

⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. p. 106.

benéficos da seleção natural? Enfim, de que nos vale uma vida longa se ela se revela difícil e estéril em alegrias, e tão cheia de desgraças que só a morte é por nós recebida como uma libertação? (...) Os homens se orgulham de suas realizações e têm todo direito de se orgulharem. Contudo, parecem ter observado que o poder recentemente adquirido sobre o espaço e o tempo, a subjugação das forças da natureza, consecução de um anseio que remonta a milhares de anos, não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que poderiam esperar da vida e não os tornou mais felizes.⁵

A fuga ao sofrimento imposto pela civilização, segundo Freud, aconteceria em três frentes: na superação dos limites postos pelo corpo do ser humano; no domínio sobre a natureza e no equilíbrio do relacionamento com os outros homens.

Não encarando a civilização como um sinônimo de progresso, Freud reflete sobre os perigos que o domínio humano sobre a natureza e a sociedade podem gerar: “Os homens adquiriram sobre as forças da natureza tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade”.⁶ Esta foi uma das últimas afirmações de Freud no livro *O Mal-estar na Civilização*, publicado em 1929, escrito poucos anos antes de ser deflagrada a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Bauman, no decorrer do século XX as bases das esperanças utópicas modernas foram minadas. Desacreditado da capacidade humana em propor e executar uma solução válida para todos, o homem pós-moderno vive como um caçador em busca da felicidade individual no tempo presente⁷. Para Bauman, a esperança do mundo moderno manifestada em suas diversas utopias se distanciava da esperança pré-moderna na medida em que o centro do poder para a concretização da felicidade coletiva deslocava-se da intervenção divina, por ocasião do retorno de Cristo, para a capacidade do homem de executar o estado de paz que a sua mente projetava⁸.

Reinhart Koselleck também defende a ideia de que a laicização da esperança foi uma das marcas do mundo “moderno”, sendo o próprio homem o principal responsável

⁵ FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011, p. 17.

⁶ FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011. p. 94.

⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p.111.

⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p.110-115.

pela realização de uma paz coletiva na terra.⁹ Portanto, desde então, vários embates foram travados no intuito de estabelecer os papéis e os limites entre indivíduos, famílias, Estados e religiões na execução desta paz. A emergência da esperança centrada no homem, porém, parece não ter anulado as esperanças religiosas que conviveram e dialogaram com os projetos modernos, sendo cada experiência religiosa expressa mediante a força das ideias, um rico campo de investigação.

A esperança de um futuro melhor faz parte da ação humana no tempo, tornando a relação entre tal esperança e a experiência histórica um campo de investigação proveitoso para o exercício do historiador. Jean Delumeau, Jacques Le Goff, Christopher Hill e Reinhart Koselleck, mesmo trabalhando em diferentes frentes metodológicas, reconhecem a função das projeções sobre o futuro no agir histórico¹⁰.

Koselleck vai um pouco além ao enfatizar que tais projeções não apenas estão ligadas ao agir histórico, mas também às formulações das temporalidades das comunidades realizadas pelas relações entre as percepções de passado, presente e futuro¹¹.

Futuros diferentes são projetados em diferentes níveis dos mesmos conceitos. Mas todos os conceitos têm extensão e intensidade temporais, e todos os conceitos históricos estão embutidos em estruturas verbos-temporais¹².

Ainda sobre as diferentes projeções de futuro, há as seguintes questões: “quando será esse futuro?”, bem como “para quem serão essas melhoras?” e “quem serão os responsáveis pela sua execução?”. As respostas variam em cada experiência histórica analisada. Outrossim, a divergência é evidente nos motivos pelos quais os homens não experimentam a felicidade que tanto anseiam. Ou seja, quais problemas são identificados em um dado período histórico como fatores de entrave à felicidade dos

⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999. P. 14,15.

¹⁰ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006; LE GOFF, Jacques. **Escatologia**. In: _____. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003; HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹¹ MONTIZKIN, GABRIEL. A Intuição de Koselleck acerca do Tempo na História. In: JASMIN, Marcelo Gantus & JÚNIOR, João Feres (org). **História dos Conceitos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC RIO; Ed. Loyola; IUPERJ, 2006, p. 77.

¹² MONTIZKIN, GABRIEL. A Intuição de Koselleck acerca do Tempo na História. In: JASMIN, Marcelo Gantus & JÚNIOR, João Feres (org). **História dos Conceitos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC RIO; Ed. Loyola; IUPERJ, 2006, p. 81.

integrantes de uma dada comunidade?

Supomos, portanto, que tais variações não possam ser facilmente sintetizadas. Considerar a síntese da esperança na diacronia implica o rigor metodológico de atentar para as variantes dos lugares sociais e históricos dos sujeitos que as vivenciaram. Concluir sobre a esperança no mundo moderno, ou no Brasil do século XIX, exige a comparação dos sujeitos dos mais variados grupos sociais. Não seria a constatação da laicização da esperança do mundo moderno apenas um deslocamento do objeto de estudo, substituindo os intelectuais ligados à Igreja do período pré-moderno pelos intelectuais ligados à política no período moderno?

No livro *Mil Anos de Felicidade*, Delumeau mostra como houve o processo de laicização da esperança escatológica. Antes da Modernidade, a esperança estava baseada na intervenção de Deus que, ao estabelecer-se na Terra o Reino Milenar, traria paz aos homens. Tal evento, porém, seria precedido de eventos cataclísmicos que assolariam a vida humana. Na Modernidade, portanto, a esperança passou a laicizar-se. A harmonia entre os homens e a melhoria da condição de vida no planeta não seriam mais uma responsabilidade divina, mas sim humana. Isso, também, aponta para as mudanças na forma dos homens compreenderem a si mesmos e darem sentido às suas experiências.

Suspeitamos, porém, que as temporalidades, bem como as esperanças não podem ser facilmente sintetizadas diacronicamente. Diante de uma inquietação quanto à tese corrente e generalizante conclusiva sobre o processo de laicização da expectativa moderna, propor-nos-emos a investigar a esperança religiosa a partir do estudo do conceito religioso de “Reino de Deus” no caso presbiteriano.

Conjecturamos ser importante pensar historicamente o conceito de “Reino de Deus” levando em consideração a experiência dos presbiterianos, a partir das ideias presentes no primeiro periódico protestante a circular no Brasil. Faremos isso considerando as categorias de análise do historiador Koselleck, para quem é possível investigar historicamente as esperanças nas relações entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, pois:

Essas categorias são para o historiador de natureza semelhante às categorias de "tempo" e "espaço". Não há expectativa sem experiência e não há experiência sem expectativa. Essas duas categorias indicam

condições humanas universais. Elas remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada. Todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem.¹³

Por ser uma instituição religiosa arraigada aos ensinamentos teológicos, desconfiamos que tal conceito, na formação da Igreja Presbiteriana do Brasil, foi construído também em meio aos embates teológicos, aos princípios hermenêuticos utilizados na compreensão dos textos bíblicos, e as discussões filosóficas correntes no século XIX.

Ao tratar o desafio do ofício do historiador no estudo de temas ligados ao religioso, Virgínia A. Castro Buarque sugere que:

Encampar a singularidade da história religiosa apresenta problemas peculiares, pois considerando-se a premissa teórica de que cada disciplina científica constrói o seu próprio objeto, mostra-se indispensável ao conhecimento histórico precisar conceitualmente os significados conferidos ao religioso na prática de escrita da história das igrejas cristãs¹⁴.

A busca pela compreensão de como os historiadores interpretaram as “ideologias religiosas” ao escreverem sobre um dado período histórico foi objeto de reflexão para Michel de Certeau em *A Escrita da História*. Conforme o intelectual, o conhecimento religioso demanda um tratamento específico que considere as peculiaridades da religião. Portanto, não se pode reduzir o pensamento religioso ao fenômeno religioso ou à instituição. Tal distinção parece imprescindível para que o historiador não cometa generalizações quanto às implicações das “ideologias religiosas” sobre a prática religiosa e sobre o período histórico analisado.

Porém, como objeto de seu trabalho, a teologia se lhe apresenta sob duas formalidades igualmente incertas na historiografia; é um fato religioso; é um fato de doutrina. Examinar, através deste caso particular, a maneira pela qual os historiadores tratam hoje destes dois tipos de fatos e particularizar quais os problemas epistemológicos que se abrem assim é o propósito deste breve estudo¹⁵.

Evitaremos tratar as doutrinas religiosas como fatos religiosos. Por outro lado,

¹³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006. p. 307,308.

¹⁴ BUARQUE, Virgínia A. Castro. A especificidade do debate religioso: um diálogo entre a historiografia e a teologia. **Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história**, nº 37. História e Religiões. PUC-SP, 2008, p. 54.

¹⁵ DE CERTEAU, Michel. **A formalidade das práticas do sistema religioso à luz da ética das luzes (XVII e XVIII)**. In: _____ . *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 30.

verificaremos como as doutrinas religiosas se relacionam com as experiências dos presbiterianos com outras informações históricas do período estudado¹⁶.

Ainda sobre a relação entre a ideologia religiosa e a história, Certeau lança as seguintes questões:

Qual é o significado histórico de uma doutrina no conjunto de um tempo? Segundo quais critérios compreendê-la? Como explicá-la em função dos termos propostos pelo período estudado? Questões particularmente difíceis e controvertidas, quando não nos contentamos com uma pura análise literária dos conteúdos ou da sua organização e quando, por, outro lado, recusamos a facilidade de considerar a ideologia apenas como um epifenômeno social, suprimindo-se a especificidade da afirmação doutrinária¹⁷.

Em sua análise da relação entre a ideologia religiosa e a história, Certeau identifica três modelos: o "místico" e o "folklórico", o sociológico, e o cultural. Não procuraremos aqui encaixar as teses analisadas dentro de um destes modelos. Em nosso trabalho, atentaremos para as "ideologias religiosas" associadas à "doutrina das últimas coisas" (escatologia), à "antropologia teológica" e à "doutrina da salvação" (soteriologia) verificando, também, de que maneira Antônio Gouveia Mendonça fez uso de tais doutrinas ao tirar conclusões sobre a inserção do protestantismo no Brasil. Selecionamos Mendonça uma vez que as "ideologias religiosas" referentes ao conceito de "Reino de Deus" aparecem em evidência em seu trabalho. Além disso, a sua tese tem sido tomada como referência nos mais recentes trabalhos sobre o presbiterianismo brasileiro. Além de analisarmos as conclusões desta tese sobre o posicionamento teológico dos presbiterianos, ou seja, da ideologia religiosa, veremos de que maneira ela foi articulada ao agir histórico¹⁸.

Ao investigar na historiografia as relações das doutrinas do Destino Manifesto e do "Reino de Deus" com os empreendimentos missionários, Robério Américo identificou duas posições que representam lados opostos do mesmo paradigma da

¹⁶ DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 123-130.

¹⁷ DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 25.

¹⁸ Se tratando da escrita da História sobre o presbiterianismo brasileiro, nos deparamos com uma vastíssima referência bibliográfica. Dentro desta vasta publicação, não são poucos os trabalhos que se propõe a fazer uma revisão historiográfica. Contudo, não encontramos um trabalho que analise com rigor o local de produção dos historiadores que escreveram sobre o presbiterianismo como a tese *Escritos nas Fronteiras: Os Livros de História do Protestantismo Brasileiro (1928-1982)*, defendida na UNESP por Tiago Hideo Barbosa Watanabe¹⁸. Dentre os trabalhos recentes sobre a inserção do protestantismo de missão no Brasil, não podemos deixar de mencionar as contribuições de Lyndon Santos Araújo e Leonildo Silveira Campos.

“causa e consequência” no desenrolar dos acontecimentos da história do presbiterianismo. A primeira posição representa uma abordagem marxista defendida por Muniz Bandeira, classificada por Américo como uma perspectiva estruturalista da sociedade. A segunda, defendida por Antônio Gouveia Mendonça, propõe que o destino manifesto é uma consequência política de um ideário religioso anterior.¹⁹

No que se alude ao conceito religioso de “Reino de Deus”, as suas variações partem em grande medida das disputas interpretativas em torno do texto de *Apocalipse 20*²⁰. Como mostra Jacques Le Goff, a compreensão histórica das interpretações dadas a este texto é fundamental no estudo da história do mundo ocidental, pois ele se refere, na ótica cristã, ao período intermediário entre o “mundo escravizado pelo pecado” e o “novo mundo” criado por Deus.

Essa nova era, essa instalação do céu na terra (heavens on earth) deve, segundo o Apocalipse [20, 1-5] durar "mil anos", número simbólico que indica uma longa duração subtraída ao desenrolar normal do tempo. Este Milênio deu o nome a toda uma série de crenças, de teorias, de movimentos orientados para o desejo, a espera, a ativação dessa era: são os milenarismos (ou, segundo o grego, chiliasmos). Muitas vezes o aparecimento dessa era está ligado à vinda de um salvador, de um guia sagrado que ajuda a preparação para o fim dos tempos, deus ou homem, ou homem-deus, chamado Messias na tradição judaico cristã, derivando daí o nome de messianismos, dado aos milenarismos ou movimentos similares, centrados em volta de uma personagem²¹.

Ao longo da história do Cristianismo o texto de *Apocalipse 20* foi interpretado de diversas maneiras. As principais discussões giram ao redor das seguintes perguntas: Esses mil anos são literais ou alegóricos? Cristo reinará fisicamente durante os mil anos ou através do Espírito Santo mediante a atuação da Igreja? Quando esses mil anos aconteceram ou serão iniciados? Qual será a qualidade deste “Reino”? Qual a parte de Cristo, da Igreja e do Estado na promoção do “Reino”?

¹⁹ SOUZA, Robério Américo do Carmo. **Fortaleza e a nova fé: A inserção do protestantismo na capital cearense (1882-1915)**. Dissertação de mestrado. PUC. São Paulo, 2001.P.25

²⁰ O referido texto afirma: “Ele prendeu o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás, e o acorrentou por **mil anos**; Depois disso, é necessário que ele seja solto por um pouco de tempo. Vi tronos em que se assentaram aqueles a quem havia sido dada autoridade para julgar. Vi as almas dos que foram decapitados por causa do testemunho de Jesus e da palavra de Deus. Eles não tinham adorado a besta nem a sua imagem, e não tinham recebido a sua marca na testa nem nas mãos. Eles ressuscitaram e **reinarão com Cristo durante mil anos**. (O restante dos mortos não voltou a viver até se completarem os mil anos). Esta é a primeira ressurreição. Felizes e santos os que participam da primeira ressurreição! A segunda morte não tem poder sobre eles; serão sacerdotes de Deus e de Cristo, e **reinarão com ele durante mil anos**”. [Apocalipse 20:1-6 NVI](#)

²¹ LE GOFF, Jacques. **Escatologia**. In: _____. História e memória. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.p. 329

Questões que, aparentemente, se apresentam dentro do campo da religião ou da teologia não se encontram apartadas das demais áreas do conhecimento e não limitam seu alcance aos grupos religiosos, mas afetam outras esferas da sociedade. O homem religioso está organizando o seu mundo e interferindo diretamente sobre a sociedade, tendo em grande medida a esperança certa das coisas que estão por vir como fonte motivacional do seu agir histórico.

Dentro da perspectiva da história das mentalidades, Jean Delumeau, em seu *livro Mil anos de Felicidade: Uma história do paraíso*, investigou como as variações dos usos do texto de *Apocalipse 20* dadas ao longo da história do Cristianismo foram fundamentais na formação da mentalidade no mundo ocidental²². Ele trabalhou com a ideia de que há na humanidade uma inquietação quanto ao seu futuro e que as projeções feitas a respeito dele têm uma estreita relação com o agir histórico.

Dentre as variações interpretativas de *Apocalipse 20*, Delumeau explica o cerne da divisão entre o pré-milenarismo e o pós-milenarismo, bem como as implicações históricas de ambas as perspectivas no caso dos Estados Unidos:

Os primeiros (pré-milenaristas) acreditavam numa vinda concreta, real, em pessoa, de Cristo no início do milênio. Para os segundos (pós-milenaristas), ao contrário, o milênio seria de fato o reino dos santos na terra, mas Jesus só desceria do céu para o Juízo Final. (...) A distinção entre pré e pós-milenarismo não será sem consequências quando se operar na América a passagem do pós-milenarismo para a esperança de uma era de felicidade e de liberdade que se espalhará na terra graças aos novos Estados Unidos.²³

Além do premilenarismo e pós-milenarismo, uma terceira perspectiva sugere o amilenarismo. Ela diverge do pós-milenarismo por não nutrir uma esperança de que haverá o crescimento da justiça antes do retorno de Cristo e, portanto, distancia-se os ideais de progresso correntes no século XIX²⁴.

Ao falar do nascimento das utopias modernas, Delumeau apresenta aproximações destas com as esperanças milenaristas. Mesmo não partindo do princípio de que a revisão completa seria iniciada pela intervenção divina e sim pela ação

²² DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²³ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 222.

²⁴ ERICKSON, Millard J. **Opções Contemporâneas na Escatologia**. São Paulo: Edições Vida Nova, 1982. p. 63

programada do homem, as utopias partilhavam de um elemento comum à esperança escatológica da fé cristã: a possibilidade de uma paz coletiva na Terra. Foi justamente esta crença escatológica, expressa no Cristianismo pela esperança dos mil anos de felicidade coletiva na terra, que marcou a mentalidade da Europa, gerando uma base para as projeções utópicas modernas.

Ao refletir sobre a laicização da esperança escatológica no mundo moderno, Delumeau não trata o milenarismo e a modernidade como experiências auto-excludentes. Também não nega que o avanço da modernidade tenha implicado no abafamento do milenarismo. Em suas palavras:

As utopias nos afastaram aparentemente do milenarismo, mas só aparentemente, pois elas constituíram um dos canais pelos quais se insinuou nas mentalidades ocidentais a esperança de uma felicidade terrestre coletiva para a humanidade do amanhã²⁵.

Considerando que, dentro do que Koselleck chama de “pré-moderno”, não existia uma esperança religiosa única, mas uma diversidade de esperanças e que dentro da modernidade há a permanência das esperanças religiosas, nos propor-nos-emos a investigar de que maneira a expectativa da Igreja Presbiteriana dialogou com outras expectativas modernas no Império do Brasil. Analisaremos como as ideias da instituição inserem-se e atuam no meio do debate intelectual sobre o futuro do Brasil e da humanidade na segunda metade do século XIX.

Iniciamos o nosso trabalho tendo como referência as categorias de análise de “espaço de experiência” e de “horizonte de expectativa” propostas por Reinhart Koselleck, para quem a investigação dos conceitos é um elemento chave para a compreensão das experiências e das expectativas históricas. Koselleck defende a importância dos conceitos históricos e sua relevância para a História Social, demonstrando que a investigação dos conceitos não se limita ao campo do estudo da linguagem ou mesmo da História Conceitual.

Torna-se, portanto, igualmente relevante, tanto do ponto de vista da história dos conceitos quanto da história social, saber a partir de quando os conceitos passam poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica. (...) A ocorrência frequente de processos de ressignificação de termos, assim como a criação de neologismos que,

²⁵ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.268

com o uso frequente, acabaram por transformar o campo de experiências política e social, definindo novos horizontes de expectativas. (...)A isso se segue uma exigência metodológica mínima: a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então²⁶.

Ainda segundo as premissas de Koselleck:

O método da história dos conceitos é uma condição *sine qua non* para as questões da história social exatamente porque os termos que mantiveram o significado estável não são, por si mesmos, um indício de manutenção do mesmo estado de coisas do ponto de vista da história dos fatos; por outro lado, fatos cuja alteração se dá lentamente, a longo prazo, podem ser compreendidos por meio de expressões bastante variadas.(...) A história dos conceitos trabalha, portanto, sob a premissa teórica da obrigatoriedade de confrontar e medir a permanência e alteração, tendo esta como referência daquela²⁷.

Como a nossa investigação parte do conceito religioso de “Reino de Deus” e Koselleck, porém, tem seu trabalho mais dedicado ao estudo dos conceitos políticos, entendemos que o trato com conceitos religiosos demanda uma especificidade que não pode ser encontrada em sua obra. Apesar de termos levantado as problemáticas desta pesquisa no decorrer da leitura sobre questões de temporalidade, de conceitos históricos e das categorias de análise do historiador desde a sua obra, tivemos que recorrer à outra vertente teórica cuja análise do conceito não se baseia na linguística estruturalista de Ferdinand Saussure. Recorremos, assim, a teoria da linguagem de Paul Ricoeur. Partiremos do princípio de que o conceito de “Reino de Deus” deve ser compreendido como metafórico e o faremos tomando como fundamento a hermenêutica de Paul Ricoeur, considerando o uso que os presbiterianos fizeram de tal metáfora.

Na investigação do conceito de “Reino de Deus”, teremos como fonte principal o periódico *Imprensa Evangélica* (1864 – 1889), considerando a sua importância como um dos principais meios de difusão do pensamento presbiteriano no Império do Brasil. Procuraremos considerar a singularidade histórica dos discursos difundidos no periódico *Imprensa Evangélica*, sem amarrá-los aos seus ascendentes históricos nem aos ideais culturais e filosóficos considerados predominantes de sua época, contudo, sem desconsiderá-los.

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006. P.101-103.

²⁷ RICOEUR, Paul. **Hermenêutica bíblica**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. P.114-115.

Ao examinar a teoria da metáfora de Paul Ricoeur, investigamos as relações entre o conceito de “Reino de Deus” dos presbiterianos e as expectativas modernas correntes no Império do Brasil na segunda metade do XIX, a partir do periódico *Imprensa Evangélica* (1864-1889). A hipótese geral foi a de que o periódico desempenhava uma função para além da propagação da mensagem de uma salvação individual das almas, expressando uma concepção de “Reino de Deus” que implicava na crença no progresso e na melhoria da condição humana, se inserindo no debate intelectual sobre o futuro do Brasil na segunda metade do XIX. Para isso buscamos: compreender como o conceito de “Reino de Deus” foi concebido pelo presbiterianismo, verificando as aproximações e distanciamentos de outras concepções de “Reino” e com outras teorias relacionadas ao progresso e à modernidade no Brasil; identificar quais acontecimentos e condições históricas do período estudado foram apresentados no periódico como entraves ao avanço do “Reino de Deus”; investigar os papéis atribuídos ao Estado, à Igreja, aos indivíduos e às famílias na expansão do “Reino de Deus”.

Primeiramente, no capítulo “Os Presbiterianismos e as ‘Duas Cidades’” abordaremos panoramicamente a história do presbiterianismo considerando: a sua relação com as reformas religiosas e o surgimento das igrejas nacionais na Europa; o seu desenvolvimento enquanto denominação no processo de formação dos Estados Unidos; e a sua inserção no Brasil, sobretudo a partir da missão de Ashbel Green Simonton e do primeiro periódico protestante (o *Imprensa Evangélica*). Não escolhemos o termo “duas cidades” por assumir previamente que as variações do presbiterianismo aderiram à teologia agostiniana quanto à divisão entre a “Cidade de Deus” e a “Cidade dos Homens”, mas por enfatizarmos a perspectiva da instituição da relação entre a eclesía e as autoridades seculares diante da esperança escatológica.

Em “A Metáfora do ‘Reino de Deus’ no Jornal *Imprensa Evangélica*” avançaremos na investigação do conceito de “Reino de Deus” a partir do periódico *Imprensa Evangélica*, considerando os elementos da linguagem que o perpassam e os seus aspectos metafóricos com base na teoria da linguagem de Paul Ricoeur. Sintetizaremos os conceitos-chaves da escatologia de modo a verificar a sua relação com a História. Antes de explorarmos a perspectiva escatológica presbiteriana, na gênese do protestantismo brasileiro, consideraremos as principais variações do conceito de Reino de Deus de acordo com as diferentes vertentes protestantes. Atentaremos para as distinções entre escatologia futura e realizada, individual e coletiva no intuito de

verificar, a partir do uso do conceito de “Reino de Deus” e de citações escatológicas presentes no *Imprensa Evangélica*, as possíveis relações entre as ideologias religiosas e o agir histórico dos presbiterianos no Império do Brasil.

No último capítulo “Nas fronteiras da ‘humanidade’: as guerras noticiadas no início do presbiterianismo brasileiro (1861-1870)”, veremos que, antes de serem encaradas apenas como eventos traumáticos e catastróficos, as guerras foram vistas pelos presbiterianos como parte da “Providência Divina”. Neste capítulo, investigaremos de que maneira a Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865), a Guerra do Paraguai (1864-1870) e o *Risorgimento* Italiano (1861-1870) foram apresentados no periódico *Imprensa Evangélica*. Consideraremos as intercessões entre a antropologia teológica presbiteriana e o conceito de humanidade, verificando os papéis atribuídos a Deus e ao homem na senda do progresso, a partir das seguintes relações: homem-trabalho na Guerra de Secessão; homem-nação na Guerra do Paraguai; e homem-religião no *Risorgimento* Italiano.

CAPÍTULO 1

OS PRESBITERIANISMOS E AS “DUAS CIDADES”

1.1 – O Presbiterianismo e as Reformas

As bases da Igreja Presbiteriana remontam aos movimentos reformistas religiosos vivenciados na Europa do século XVI. A denominação presbiteriana deriva do movimento da Reforma Protestante que tem como referência o teólogo João Calvino. Suas principais doutrinas, no que diz respeito ao ser de Deus, à sua revelação, tanto a geral como a especial, à organização e administração da Igreja e aos meios de graça, estão fundamentadas nos próprios escritos de Calvino ou de obras posteriores que o tomavam como base, como o *Catecismo e a Confissão de Westminster* (1647).

A Igreja fundada por John Knox na Escócia tinha boa parte das suas ideias vinculadas ao pensamento de João Calvino, que partia de uma teologia política e de uma escatologia distintas do reformador alemão, Martinho Lutero. Para Lutero, a percepção da passagem acelerada no tempo se tratava de uma abreviação do tempo instituída por Deus e apontava para o Juízo Final.²⁸

Por mais que Martinho Lutero não tivesse esperança na possibilidade da existência de paz na presente ordem, ele nutria uma esperança futura: o retorno de Cristo. Enquanto isso não acontecesse, a vida na terra seria caótica. Sobre os últimos dias, o seu único pedido de oração era para que “eles não se agravassem mais ainda”²⁹. Ou seja, até o dia do Juízo Final não haveria perspectiva de melhora. Portanto, as tentativas humanas de alterarem a ordem social estabelecida não apenas seriam encaradas como inúteis, como seriam consideradas afrontas ao Criador e Sustentador de todas as coisas, o qual instituiu por soberana vontade as autoridades terrenas

²⁸KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006. p. 25. De acordo com Koselleck para Robespierre, porém, se tratava de uma aceleração executada e controlada pelo homem, instaurando na terra tempos de felicidade e liberdade, que seriam completos no futuro. Ao comparar o “horizonte de expectativa” de dois sujeitos em lugares sociais e atuações tão diferenciados, é possível identificar claramente uma contraposição. Mas tal contraposição seria necessariamente a mudança de um período histórico para outro ou uma divergência entre a visão de mundo dos indivíduos selecionados? A visão de que o mundo não melhoraria antes do retorno de Cristo seria necessariamente pré-moderna, ou uma expectativa de Lutero, ou mesmo de um grupo de monges agostinianos? Não seriam as relações entre Deus, autoridades seculares, autoridades eclesásticas e homens comuns mais complexas no intuito não agravar a situação do mundo ou mesmo de torna-lo melhor? E se investigarmos a “expectativa” de um monge agostiniano francês no contemporâneo de Robespierre, verificaremos a mesma ruptura quanto à esperança futura?

²⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006. p.26

conhecidas.

Como defende Lucien Febvre, esta percepção partia da concepção agostiniana dos dois mundos, ou das duas cidades: a “Cidade dos Homens e a Cidade de Deus”. O cristão não seria verdadeiramente livre ao romper com as amarras impostas pelos “soberanos terrenos opressores”, mas ao manter a sua satisfação em Deus. Seria, então, um mal necessário à aceitação das opressões políticas, dos males das guerras e das “iniquidades dos príncipes”.

E, aliás, o raciocínio que Lutero opôs aos iconoclastas - " se as imagens não têm sentido, por que, então, insurgir-se contra elas?" - aplicava-se bem demais aos príncipes: "Que poder eles possuem sobre as almas? Nenhum. Por que então erguer-se contra uma tirania que não atinge a autêntica pessoa?"³⁰

Tal expectativa, porém, não foi exclusiva no tempo de Lutero. Os próprios camponeses anabatistas, grupo ao qual se opôs diretamente, não se contentaram com a explicação da existência dos dois mundos (a Cidade de Deus e a Cidade dos homens) como uma justificativa válida para a manutenção daquela ordem vigente que os massacrava. Antes de esperarem o retorno de Cristo, eles movimentaram-se em busca de uma vida no mundo terreno mais condizente com a vida esperada no céu. Por mais que estes homens simples não carregassem uma esperança laica, é possível verificar neles um reconhecimento do papel ativo atribuído aos homens no processo de transformação, e não de manutenção da ordem vigente, contrariando os ensinamentos de Lutero que ordenou o massacre do grupo.³¹

Mesmo considerando o discurso teológico dos líderes eclesiásticos, vale ressaltar que a falta de esperança quanto à melhoria de vida na Terra antes do retorno de Cristo, não se fez presente em todas as Igrejas e pensadores protestantes. Outras vertentes, sobretudo as de visão escatológica pós-milenaristas, acreditavam na resolução dos conflitos humanos em seus variados âmbitos, findando as disputas entre nações, raças e famílias antes do retorno de Jesus Cristo.

Tal esperança, diferentemente das utopias, não era fundada na capacidade exclusiva do homem, mas na sua cooperação com obra que Deus estava realizando ou começaria a realizar no mundo por ocasião do início do Reino Milenar (os mil anos de

³⁰ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, Um Destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2012. p. 271

³¹ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, Um Destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2012. p. 261 – 273.

felicidade). De acordo com Delumeau, já é possível identificar tal corrente teológica na Grã-Bretanha na primeira metade do século XVII. O anglicano Daniel Whitby defendia em *A paraphrase and comentary on the New Testament* (1706): “O verdadeiro milênio só começará depois da queda do Anticristo”; afirmava que durante o milênio, enquanto os santos reinassem na terra, Cristo permaneceria no céu, só voltando para o julgamento”.³²

Não é possível afirmar que João Calvino tivesse a mesma perspectiva escatológica e teologia política de Lutero. Os reformadores apresentavam visões distintas sobre a sujeição dos indivíduos ao poder político estabelecido. Enquanto Lutero pensava que as autoridades seculares não poderiam ser depostas, Calvino acreditava que a apostasia de um rei legitimava a sua retirada do poder. Para Hill, tal princípio revolucionário de Calvino teria sido favorecido pelo governo republicano de Genebra.

(...) não há nada mais pernicioso do que um príncipe temível e corrupto, espalhando suas corrupções por todo o corpo. O seu comentário sobre Daniel demonstrou o quanto era necessário a subordinação dos príncipes terrestres a Deus. Em outro Comentário relativo aos Salmos, Calvino foi bastante severo em relação aos reis – Salmo 82. E na discussão do Salmo 94 ele fez o mesmo quanto aos tiranos e juízes perversos.³³ Os príncipes da terra se despem de toda autoridade quando vão contra Deus ou eles não merecem ser contados em meio aos homens. Nós, antes, devemos cuspir em seus rostos do que obedecer-lhes quando eles(...) retiraram de Deus seus Direitos.³⁴

Ainda sobre a perspectiva de revolta calvinista, Hill comenta que:

A teoria calvinista de uma revolta liderada pelos magistrados afirmava que os magistrados inferiores podiam representar o “povo” contra o rei. Havia princípios religiosos e atitudes inerentes à atitude puritana em relação à comunidade dos fiéis que predisusessem os puritanos (e não apenas os presbiterianos) a teorias populares sobre o poder e à concomitante ênfase no papel de um consenso ativo na prática do governo.³⁵

Na gênese dos protestantismos, a “guerra espiritual”, tão usada pelo cristianismo primitivo como uma metáfora das batalhas ocorridas no “mundo invisível”, é deslocada

³² DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 245.

³³ HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 89.

³⁴ HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 92

³⁵ HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.380.

para o mundo concreto. Numa perspectiva diacrônica, a realidade da perseguição aos cristãos foi mingando desde que o imperador romano, Constantino, se converteu ao cristianismo³⁶. Ao longo da história dos cristianismos, a “guerra espiritual” deu lugar às guerras literais, pois a salvação e a manutenção da ordem do mundo não eram encaradas do ponto de vista individual. Cada indivíduo poderia ser um portador da bênção ou da maldição divina sobre a comunidade inteira. Os portadores da bênção eram canonizados, enquanto os da maldição eram expurgados. Portanto, uma guerra literal era declarada aos hereges. Temos, então, uma das bases das guerras civis religiosas da Europa Moderna e da divisão da cristandade em conceitos antitéticos: o protestante e o católico; o ortodoxo e o herege. Os seres espirituais são personificados e os inimigos identificados na própria terra com facilidade e precisão.

Conforme a primeira versão da *Confissão de fé de Westminster* (1637), cabia ao magistrado civil a função de declarar guerra em ocasiões justas, assim como manter a unidade, a pureza e a integralidade da igreja, suprimindo todas as blasfêmias e heresias³⁷.

II. É lícito aos cristãos aceitar e exercer o ofício de magistrado, quando para ele é chamado (Pv 8:15,16; Rm 13:1,2,4); e, em sua administração, devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz segundo as justas leis de cada nação (Sl 2:10-12; 1Tm 2:2; Sl 82:3,4; 2Sm 23:3; 1Pe 2:13); e para este fim, eles podem agora, sob o Novo Testamento, fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias (Lc 3:14; Rm 13:4; Mt 8:9,10; At 10:1,2; Ap 17:14,16). III. Os magistrados não podem assumir para si a administração da Palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu (2Cr 26:18 com Mt 18:17 e Mt 16:19; 1Co 12:28,29; Ef 4:11,12; 1Co 4:1,2; Rm 10:15; Hb 5:4); mas, ele tem autoridade, e é o seu dever, fazer com que a paz e a unidade sejam preservados na igreja, que a verdade de Deus seja mantida pura e inteira; que todas as blasfêmias e heresias sejam suprimidas; todas as corrupções e abusos do culto e da disciplina sejam impedidos ou reformados; e todas as ordenanças de Deus sejam devidamente estabelecidas, administradas e observadas (Is 49:23; Sl 122:9; Ed 7:23,25-28; Lv 24:16; Dt 13:5,6,12; 2Rs 18:4; 1Cr 13:1-9; 2Rs 23:1-26; 2Cr 34:33; 2Cr 15:12,13). Para uma melhor eficácia destas coisas, ele tem poder para convocar sínodos, estar presente neles, e providenciar para que o que quer que tenha sido decidido neles esteja de acordo com a mente de Deus (2Cr 19:8-11; 2Cr 29 e 30; Mt 2:4,5)³⁸.

³⁶ VEYNE, Paul. **Quando Nosso Mundo Se Tornou Cristão**. Trad. Marcos de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 13

³⁷ **Confissão De Fé De Westminster** 1647. Trad. Filipe Luiz C. Machado & Joelson Galvão Pinheiro. p.48

³⁸ **Confissão De Fé De Westminster** 1647. Trad. Filipe Luiz C. Machado & Joelson Galvão Pinheiro.

A definição da justiça dentro dos princípios dos segmentos do cristianismo não era unívoca. A dificuldade de tal definição estendia-se ao conceito de “guerra justa”. Como um magistrado civil levaria para o espaço público a sua moral religiosa sem anular ou suprimir a moral religiosa das outras correntes, cada vez mais comuns na Europa Pós-Reforma Protestante e invenção da imprensa? Como o magistrado civil trabalharia para a manutenção da unidade e da “pureza” doutrinária da Igreja do seu reino, sem tratar como impuras as doutrinas de outras correntes do cristianismo? A função de “purificação” da Igreja e da sociedade prevista para os magistrados civis na *Confissão de Fé de Westminster* constitui um elemento importante para a compreensão das guerras civis religiosas da Europa.

Para Koselleck, a origem do Estado Absolutista deve ser compreendida sob a ótica do contexto das guerras civis religiosas europeias. Por outro lado, o seu fim está atrelado a um outro tipo de guerra civil: a Revolução Francesa. O Absolutismo seria uma resposta, criticada posteriormente por alguns pensadores do Iluminismo, ao caos instaurado nos reinos durante as guerras civis religiosas. O monarca absoluto colocaria-se acima das religiões, não reconhecendo instâncias superiores a si mesmo, com exceção de Deus. A moral religiosa vinculada a um segmento religioso, portanto, não adentraria no espaço público. A moral pública seria instituída pelo juízo do soberano, não pelas consciências individuais dos seus súditos. Consequentemente, a política estava subordinada à moral e à legitimação temporal do soberano, caracterizando-se, portanto, não mais pelo domínio de um dos segmentos religiosos mais influentes no reino.³⁹

Na obra *O nascimento e a afirmação da Reforma*, Delumeau sintetiza as principais doutrinas de Calvino, algumas das quais também são verificadas na Igreja Presbiteriana que fez missão no Brasil. Calvino distinguia a “igreja invisível” da “visível”. Enquanto a primeira era composta tão somente dos eleitos conhecidos apenas por Deus, a igreja visível era uma manifestação temporal e imperfeita da *ecclesia*, sendo composta por todos os que manifestam publicamente a fé em Cristo. Esta última não era uma comunidade livre, mas uma organização obrigatória que deveria ser composta pelos integrantes da cidade, mantida e apoiada pelas autoridades seculares. Ela era

p.48. **Grifo nosso.**

³⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999. p. 21 - 25.

dividida em quatro ministérios: pastores, doutores, consultório e diáconos.⁴⁰

Calvino lutou para que essa igreja visível ficasse, não separada do Estado, mas autônoma em relação a ele. Não teve êxito senão muito parcialmente nesta empresa, e, após sua morte, a autoridade do magistrado sobre a igreja local se tornou mais pesada ainda. Genebra acompanhou, por conseguinte, a evolução de Basileia, Berna e Estrasburgo.⁴¹

De um lado o reformador recusava a autoridade da tradição e do papa, de outro protestava com igual vigor contra os “iluminados”, os “sectários” e os “entusiastas” que acreditavam continuar o Espírito Santo as revelações em cada cristão independente dos textos bíblicos. As Escrituras Sagradas eram suficientes para instruir os cristãos na salvação e santificação⁴². Com isso, Calvino não sustentava que a Bíblia era exclusiva no desenvolvimento da fé dos cristãos. Antes, todo material produzido para a edificação e toda autoridade instituída na Eclésia seriam importantes, desde que fossem baseados na própria “palavra de Deus”. O princípio da “suficiência das escrituras” foi mantido pelos puritanos e pelas denominações posteriores à sua Reforma, que elaboraram confissões de fé, catecismos e manuais litúrgicos, não como regras de fé, mas como materiais norteadores da fé fundamentada nas Escrituras.

No presbiterianismo temos a elaboração da Confissão de Fé de Westminster⁴³. No Brasil, seguindo a perspectiva estadunidense, a confissão foi mantida com algumas alterações e difundida pelo *Imprensa Evangélica*, que também apresentava sermões, estudos dirigidos e outros materiais que objetivavam a solidificação da fé dos cristãos protestantes e a evangelização dos que ainda não eram protestantes.

O homem está tão imerso no pecado e é incapaz de reconhecer e viver aquilo que a revelação divina prescreve. Assim, somente a intervenção de Deus pode dar a ele

⁴⁰ DELUMEAU, Jean. **O nascimento e a afirmação da reforma**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia, 1989. p.126.

⁴¹ DELUMEAU, Jean. **O nascimento e a afirmação da reforma**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia, 1989. p.124.

⁴² DELUMEAU, Jean. **O nascimento e a afirmação da reforma**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia, 1989.. p. 127.

⁴³ “Elaborada entre 1643 – 1646 e aprovada em 1647 na assembléia geral da Igreja da Escócia, a Confissão foi formada numa assembléia composta por membros da Igreja da Inglaterra, Escócia e Irlanda reunidos da Abadia de Westminster. Havia 121 pastores e mestres e 30 homens da Inglaterra, sendo 10 da “casa dos lordes” e 20 da “casa dos comuns”. Era composta por 39 artigos. A confissão adotada nos Estados Unidos, por se tratar de uma Igreja desestatizada, conteve algumas alterações, dentre elas a não interferência dos magistrados civis na manutenção da unidade da igreja, supostamente ameaçada por desvios doutrinários, como acontecia na confissão adotada na Europa”. **A Confissão de Fé de Westminster**. Trad. Filipe Luiz C. Machado & Joelson Galvão Pinheiro. São Paulo: Congregação Puritana Livre, 2013. p. 5 – 17.

a fé salvadora. Essa intervenção foi iniciada por um decreto antes da fundação do mundo, no qual Deus elegeu uns para a salvação eterna e outros para a condenação eterna. As boas obras e a aceitação da revelação são as evidências da eleição para a salvação. Não se trata de uma salvação evidenciada pela riqueza material, mas pela vida piedosa dos verdadeiros eleitos.⁴⁴

Para Calvino, o sacramento não tem um mero caráter simbólico, como defendia Zwinglio, nem uma força mágica, como acusavam os católicos. Logo, não se trata de um meio de se receber a graça salvadora. “Deus confere pelos dois sacramentos as forças complementares para perseverarem e torna-os mais firmes precisamente lhes assegurando que foram predestinados à salvação”⁴⁵.

O batismo infantil foi mantido pelo reformador que tomou como base a afirmação de Cristo “vinde a mim as criancinhas”. Bucer via no batismo infantil uma ordenança semelhante à circuncisão judaica.

São os instrumentos, os sinais e os meios pelos quais o fiel comunga realmente a substância de Cristo. Por substância é preciso entender, para falar com propriedade, não o corpo do Crucificado, mas o essencial de Sua natureza humana: a espiritualidade e os dons, a força e as virtudes do Jesus feito homem.⁴⁶

Para Calvino, Deus não deve ser incriminado por usar agentes ímpios para a concretização de seus bondosos propósitos. Para tal, ainda que ajam em oposição à vontade divina, ela é cumprida por eles à medida que Deus pode transformar o mal em bem: "Portanto, cabe-nos provar que Deus rege de tal modo cada evento individual, e de tal sorte todos eles prove[m] de seu conselho determinado, que nada acontece por acaso"⁴⁷. Em consonância, o reformador calvinista recupera o termo permissão, empregado por Agostinho, para explicitar que Deus não apenas assiste aos eventos do universo, mas governa sobre todos transformando-se na primeira causa de tudo, como é possível perceber no fragmento a seguir:

"Raciocínio ide[nt]ico vale em relação à contingência dos eventos futuros. Como todas as coisas futuras nos são incertas, por isso as temos em suspenso, como se houvessem de inclinar para um lado ou

⁴⁴ Calvino, João. **As Institutas da Religião Cristã**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.V.2 p. 45,46,48-49,54-56, 57,58,64-68.

⁴⁵ DELUMEAU, Jean. **O nascimento e a afirmação da reforma**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia, 1989.p.132

⁴⁶DELUMEAU, Jean. **O nascimento e a afirmação da reforma**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia, 1989. p.134

⁴⁷ CALVINO, João. **As Institutas da Religião Cristã**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. V.I Cap. XVI. p. 204.

para outro. Entretanto, permanece não menos arraigado em nosso coração que nada haverá de acontecer que o Senhor já não o haja provido.⁴⁸

Ainda de acordo com as *Institutas* de Calvino, a maior parte das motivações das ações de Deus estão ocultas ao homem, que por sua ignorância não consegue discerni-las: “Entretanto, uma vez que a ordem, a razão, o fim, a necessidade dessas coisas que acontecem jaz em sua maior parte ocultos no conselho de Deus e não são apreendidos pela opinião humana”⁴⁹.

Para João Calvino, conforme escrito nas *Institutas da Religião Cristã*, o homem foi criado sem mácula e, por isso, Deus não pode ser o culpado pelo pecado humano. Depois do pecado, a imagem de Deus no homem foi corrompida e só poderá ser restaurada na pessoa de Cristo.⁵⁰

Conforme o *Catecismo Breve*, o homem constitui a obra máxima da criação de Deus, sendo dele imagem e semelhança. Se não fosse a sua providência, sob a qual preserva e governa sobre todas as criaturas, bem como sobre todas as ações destas, o homem não poderia permanecer vivo⁵¹.

Ao pecar contra Deus, todo o gênero humano perdeu a comunhão com Ele e ficou sujeito a todas as misérias desta vida, assim como à morte e à condenação ao inferno por toda a eternidade⁵².

Mesmo depois da “queda”, a lei moral possui uma utilidade especial aos não regenerados uma vez que os convida ao arrependimento ou os deixam inescusáveis no dia do julgamento. Outrossim, outorga contrição aos regenerados, mostrando-os a beleza do sacrifício substitutivo de Cristo e gerando um sentimento de gratidão⁵³.

⁴⁸ CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. V.I Cap. XVI. p. Cap. XVI. p.209.

⁴⁹ CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. V.I Cap. XVI. P.. Cap. XVI. p. 210.

⁵⁰ CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. V.I Cap. XVI; CAP.XV.

⁵¹ Catecismo breve de Westminster. Disponível em: << <http://www.ipb.org.br/recursos> >>p. 15-20. Uso do seguinte texto bíblico: **SI 104.10-24**: Tu fazes rebentar fontes no vale, cujas águas correm entre os montes; dão de beber a todos os animais do campo; os jumentos selvagens matam a sua sede. Junto delas têm as aves do céu o seu pouso e, por entre a ramagem, desferem o seu canto. Do alto de tua morada, regas os montes; a terra farta-se do fruto de tuas obras. Fazes crescer a relva para os animais e as plantas, para o serviço do homem, de sorte que da terra tire o seu pão, o vinho, que alegra o coração do homem, o azeite, que lhe dá brilho ao rosto, e o alimento, que lhe sustém as forças.

⁵² Catecismo breve de Westminster. Disponível em: << <http://www.ipb.org.br/recursos> >>p. 23

⁵³ Catecismo maior de Westminster. Disponível em: << <http://www.ipb.org.br/recursos> >>p. 17

Na Escócia, desenvolveu-se o presbiterianismo cujo teólogo de referência é João Calvino. George Wishart, enviado para a fogueira, foi sucedido por John Knox, que, por conta da perseguição, trabalhou na Inglaterra e em Genebra. Posteriormente, retornou à Escócia, de onde, em decorrência de uma nova perseguição, teve que sair novamente. Em Genebra, conheceu João Calvino. Em 1559 ele foi chamado por seus compatriotas.⁵⁴

Skinner demonstra a relação entre a teologia política que estava em formação nos primeiros presbiterianos e o poder vigente. Temeroso em ser submetido a um governo católico impositivo, John Knox, fundador da Igreja Presbiteriana, direciona uma carta a Zwinglio perguntando “se é devida a obediência a um magistrado que impõe a idolatria e condena a verdadeira religião”. Contudo, não teve uma resposta do reformador. No período das guerras civis da Inglaterra, Knox foi exilado. Em 1547, o fundador do presbiterianismo foi preso juntamente com outros “intransigentes” e enviados para servir nas galés.

Enquanto isso, mesmo diante dos conflitos na Inglaterra e da primeira guerra religiosa na Alemanha, João Calvino não havia escrito nada nas *Institutas* que legitimasse a resistência aos governantes que insistiam em “impor a idolatria e condenar a verdadeira religião”. As ideias difundidas pelo reformador de Genebra, inicialmente, “consistia na afirmação de um dever de obediência quase irrestrito, vedando, em qualquer circunstância, a resistência às autoridades devidamente constituídas⁵⁵ .

De acordo com Hill, Knox foi um dos responsáveis pela distribuição da Bíblia de Genebra. Não somente isso. Alguns comentários de edições posteriores da Bíblia são a ele atribuídos.

No exílio durante o reinado de Mary, Whittingham e Gibly haviam ficado lado a lado com Knox durante os “distúrbios de Frankfurt” contra Richard Cox e outros defensores do livro inglês de preces. Depois mudaram-se para um local cuja atmosfera lhes era muito mais adequada: Genebra. Algumas alterações doutrinárias que aparecem em notas de edições posteriores da Bíblia Genebra foram atribuídas a ideias lançadas por Knox lançadas em livros e panfletos publicados em 1558. e a desenvolvimentos de caráter políticos ocorridos da

⁵⁴ DELUMEAU, Jean. **O nascimento e a afirmação da reforma**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia, 1989. p. 143

⁵⁵ SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. p.467-468

França e Escócia entre 1557 e 1569.⁵⁶

O apoio aos atos de resistência nos escritos do reformador João Calvino veio apenas posteriormente, quando se posicionou mais firmemente contra os “reis hereges”. Porém tal oposição não poderia ser levantada individualmente por um cristão ou por um líder eclesiástico, mas por outras autoridades terrenas, no caso o próprio magistrado.

Ele fornece numerosos exemplos retirados da bíblia quando a desobediência aos reis, que devem ser retirados por todos os membros da congregação ou comunidade, que devem resistir em nome da defesa da verdadeira religião e da extirpação da heresia. Todavia, privadamente, os indivíduos não estavam autorizados a resistir às autoridades. John Knox e Christopher Goodmam concordavam.⁵⁷

Para Knox, os cristãos não precisavam manter a submissão aos reis que contrariam os ensinamentos bíblicos. Mas isso, porém, não poderia ser feito individualmente. O reconhecimento da apostasia do governante instituído partiria de um consenso do povo de Deus, que o destituiria do poder por meio dos magistrados. “Knox sempre afirmava haver uma continuidade entre a aliança da Escócia e a de Israel, de Abraão, Moisés e Davi a Cristo.”⁵⁸ Ou seja, a sua leitura sobre o *Antigo Testamento* bíblico manteve relação com a forma como ele agiu historicamente, encarando-se como membro de uma nação com a qual o único Deus verdadeiro havia estabelecido uma aliança para abençoar todas as nações. Assim, como a aliança de Israel permanecia na Escócia, a lei mosaica, sobretudo o seu aspecto moral, também continuaria aplicando-se à toda nação, não apenas aos indivíduos que voluntariamente decidiram obedecê-la.

1.2 – O Presbiterianismo nos Estados Unidos.

O presbiterianismo que se desenvolveu nos EUA partiu de outra relação entre o poder político e eclesiástico. A concepção “eclesiológica” de João Calvino, segundo o qual todos os habitantes da cidade deveriam participar na igreja visível, porém, não se fez presente no presbiterianismo estadunidense. Mesmo acreditando na universalidade da “igreja invisível”, e da sua manifestação visível na igreja local, não se ensinava que todos os habitantes das cidades deveriam participar obrigatoriamente dela.

Enquanto na Europa as divergências da Igreja oficial implicavam em severas

⁵⁶ HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵⁷ Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 268.

⁵⁸ Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 380.

punições, nos Estados Unidos foi desenvolvendo-se a ideia de uma igreja mais tolerante em relação às outras vertentes do cristianismo, o que ficou conhecido como denomionalismo. A denominação era uma igreja não estatal, composta por indivíduos que a ela aderiam voluntariamente, que mantinha relação com outras igrejas, não assumindo a postura de a única detentora da verdade⁵⁹.

A palavra denominação sugere que o grupo referido é apenas membro de um grupo maior, chamado por um nome particular. A afirmação básica da teoria denominacional de “igreja verdadeira” não deve ser identificada em nenhum sentido exclusivo com qualquer instituição eclesiástica particular (...) Nenhuma denominação afirma representar toda a igreja de Cristo. Nenhuma denominação afirma que todas as outras igrejas são falsas. Nenhuma denominação insiste que a totalidade da sociedade e igreja devem submeter-se aos seus regulamentos eclesiásticos. No entanto, todas as denominações reconhecem a sua responsabilidade pela totalidade da sociedade e esperam cooperar em liberdade e respeito mútuo com outras denominações e cumprir tal responsabilidade⁶⁰.

A *Confissão de Fé de Westminster* utilizada pela Igreja Presbiteriana no Brasil e nos Estados Unidos anuncia uma nova relação entre as autoridades civis e as religiões, diferentemente da conexão estabelecida nos primórdios da Igreja Presbiteriana na Escócia e na Inglaterra. A *Confissão de Fé de Westminster* não atribui aos magistrados civis a responsabilidade de manter pura e unificada a Igreja.

III. Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embaraçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembleias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas. Ref. Heb. 5:4; II Cron. 26:18; Mat. 16:19; I Cor. 4:1-2; João 15:36; At. 5:29; Ef. 4:11-12; Isa. 49:23; Sal. 105:15; 11

⁵⁹ MENDONÇA, ANTÔNIO GOUVEIA. *Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 78.

⁶⁰ “Denomionalism as a basis for ecumenicity: A Seventeenth Century Cocenptin” Church History, XXIV(mar.1966), p.33(apud MENDONÇA p.79).

Sam.23:3.⁶¹

O posicionamento defendido pelo presbiterianismo escocês no século XVII foi negado pela igreja estadunidense que contrariou a tese de que para a manutenção dos dogmas fundamentais do cristianismo, assim como da moralidade via religiosidade dentro na nação, seja necessária a atuação forçosa do governo sobre os espaços da vida privada. Da mesma maneira, os presbiterianos no Brasil afirmaram que o único caminho para a manutenção da moralidade transformadora da sociedade seria pela livre propagação das “Escrituras”, e não pela imposição de um segmento do cristianismo disposto a reivindicar o status de religião oficial⁶².

Mesmo com as suas variações quanto à organização eclesiástica, as igrejas nos Estados Unidos mantinham, inicialmente, certa unidade teológica derivada do puritanismo inglês. Ou seja, divergiam quanto ao governo da igreja, embora concordassem quanto ao sistema litúrgico e aos ensinamentos básicos da fé, sobretudo do que diz respeito à doutrina da salvação, mantendo a tradição calvinista da predestinação.

Nesses primórdios, tanto anglicanos como congregacionais e presbiterianos eram calvinistas em teologia e usavam a mesma liturgia (livro de oração comum), embora eclesiasticamente os anglicanos fossem episcopais e os congregacionais e presbiterianos viessem a assumir formas mais democráticas e diretas ou representativas indiretamente, conforme às circunstâncias.⁶³

Quanto à doutrina das últimas coisas, ou a escatologia, em Jonathan Edwards encontramos a “expressão mais célebre de milenarismo norte americano”. Conforme Delumeau, o ex-reitor de Princeton foi um dos responsáveis pelo “Grande Despertar”, movimento marcado por um grande avivamento espiritual nos Estados Unidos com implicações diretas sobre os limites da vida moral dos seus cidadãos. Edwards iniciou o ministério sendo pastor presbiteriano e depois se tornou pastor congregacional. Ele foi um dos presidentes do Colégio de Nova Jersey, que depois se vinculou ao seminário de Princeton, ligado aos presbiterianos.⁶⁴ Ele acreditava que Deus renovaria o mundo e a humanidade a começar pelos Estados Unidos da América.

⁶¹ Confissão de Westminster. Disponível em: <<<http://www.ipb.org.br/recursos>>>. p. 26

⁶² *Imprensa Evangélica*, 31 de Agosto de 1865. p. 3

⁶³ MENDONÇA, Antônio Gouveia. **Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p.77

⁶⁴ DE MATOS, Alderi Souza. **Jonathan Edwards: Teólogo do Coração e do Intelecto**. São Paulo: Fides Reformata.V.3/1, 1998.

Esse novo mundo provavelmente foi descoberto em nossos dias para que o novo e mais glorioso estado da igreja de Deus na terra pudesse ter início aqui e para que Deus fizesse começar aqui um novo mundo espiritual. Criado os novos céus e nova terra, Deus já havia concedido ao outro continente a hora de nele ter feito nascer Cristo. No sentido literal do termo, e de ter ocasionado a redenção. Orar, como a providência observa uma espécie de igualdade na distribuição das coisas, não é insensato pensar que o grande nascimento espiritual de Cristo e a mais gloriosa aplicação da redenção devam começar aqui.⁶⁵

Pouco tempo depois, Edwards caiu na melancolia e lançou de lado as suas esperanças de um milênio espiritual que resultaria na transformação da humanidade a começar pelos EUA. Mesmo assim, Delumeau sustenta que o pós-milenarismo norte americano defendido por Johnatan Edward ganhou uma versão laica ou o milenarismo civil na perspectiva de futuro do presidente John Adams, que representou o curso da história como uma progressão e na mensagem do pastor Samuel Shewood no início da guerra de independência. Timothy Dwight, neto de Edwards, também comparou em um poema os soldados norte-americanos mortos na guerra de independência aos hebreus conduzidos por Josué à terra de Canaã. David Austin defendia que os jacobinos eram agentes da providencia para livrar o mundo do domínio sangrento do papado.⁶⁶ Natchez de Chateaubriand expressa bem essa convicção estadunidense de um povo escolhido por Deus para transformar o mundo:

O eterno revelou ao seu filho bem-amado seus desígnios sobre a América: ele preparava para o gênero humano nessa parte do mundo uma renovação de existência. O homem, iluminando-se por luzes crescentes jamais perdidas, devia reencontrar aquela sublimidade primeira da qual o pecado original o fizera descer; sublimidade que o espírito humano de novo podia alcançar, em virtude da redenção do mundo.⁶⁷

No século XIX, havia entre os presbiterianos dos Estados Unidos o entendimento de que o “Reino de Deus” seria estabelecido mediante a expansão da civilização cristã, o que ocorreria por meio dos empreendimentos missionários impulsionados por cada denominação. Por isso, eles se empenharam em oração por essa causa, julgando partir daquela nação a palavra de salvação que abençoaria os demais povos. Assim, estabeleceram missões na África, Ásia e América do sul.

⁶⁵ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.244.

⁶⁶ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 245-247.

⁶⁷ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 247.

O mesmo ocorria na Assembleia Geral Presbiteriana, em 1815, que recomendava orações especiais para que a “vinda gloriosa do Reino se apressasse”. Para muitos líderes e pensadores eclesiais, a vinda do Reino se daria após a implantação da civilização cristã; por isso a cristianização da sociedade seria uma preparação para a vinda do Reino de Deus. Sendo a vinda do Reino não algo particular para os americanos, mas um evento cósmico, é mais ou menos claro que foi fácil passar dessa crença para a empresa missionária via destino manifesto.⁶⁸

Robério Américo escreve sobre a relação entre o conceito de “Reino de Deus” e a Ideologia do Destino Manifesto nas missões Norte Americanas:

Será apenas na segunda metade do século XIX que, a motivação para a construção do Reino de Deus na terra, e a certeza norte-americana de haver encontrado o caminho certo para fazê-lo, ganhará a força necessária para unir todas as denominações na empresa de reformar o mundo a partir dos ideais de que se pode chamar civilização americana: religião, liberdade educação, trabalho, honestidade e obediência às leis. Esta união foi posteriormente denominada pelos estudiosos da religião como União do Pacto. Nesse instante, é impossível furta-se a traçar um paralelo entre o sonho missionário e a ideologia do Destino Manifesto, geminada no Congresso norte-americano e expendida por todos os países no mesmo período⁶⁹.

Tanto no destino manifesto como no pós-milenarismo, o progresso da sociedade é previsto na história da humanidade. Ao investigar a perspectiva escatológica na gênese do protestantismo brasileiro, porém, Mendonça não identifica na atuação dos missionários, no *Imprensa Evangélica* ou em outras fontes resquícios do pós-milenarismo, posicionamento escatológico mais próximo do ideal civilizador presente no destino manifesto.

Baseando-se na obra do missionário da Southern Presbyterian Church, Samuel Rhea Gammon, Mendonça mostra que o ideal civilizatório da ideologia do Destino Manifesto já estava presente nas missões americanas⁷⁰. A ideologia do Destino Manifesto, de acordo com o Jean Delumeau, é uma versão civil do pós-milenarismo encontrada em alguns teólogos estadunidenses, como o Jonathan Edwards⁷¹.

Desde 1830, os presbiterianos estavam divididos quanto à teologia: a Velha

⁶⁸ MENDONÇA, ANTÔNIO GOUVEIA. **O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 92.

⁶⁹ SOUZA, Robério Américo do Carmo. **Fortaleza e a nova fé: A inserção do protestantismo na capital cearense (1882-1915)**. Dissertação de mestrado. PUC. São Paulo, 2001.p.10

⁷⁰ MENDONÇA, ANTÔNIO GOUVEIA. **O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 260

⁷¹ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 289.

Escola representada pelo Seminário de Princeton no Norte, com uma tendência escocesa-irlandesa dos puritanos da Nova Inglaterra; e a Nova Escola com uma tendência avivalista metodista⁷². A divisão não envolvia apenas assuntos doutrinários, como a inspiração plena e verbal das Escrituras, os efeitos do pecado sobre a capacidade humana de escolher a salvação ou o alcance do sacrifício expiatório de Cristo, mas também sobre a questão escravista, sendo a Velha Escola mais agressivamente oposta à escravidão que a Nova Escola.⁷³

O seminário de Princeton defendia uma posição calvinista quanto à “doutrina da salvação” e, segundo Boanerges Ribeiro⁷⁴, apoiava-se na obra *Institutio Theologiae Elenctica* de François Turretini⁷⁵, que mesmo apresentando uma doutrina da salvação calvinista, baseava-se numa teoria do conhecimento mais vinculada ao pensamento de São Tomás de Aquino, ou seja, de epistemologia orientada por princípios aristotélicos, enquanto a base filosófica dos escritos de Calvino remontam à Santo Agostinho e ao platonismo. A partir de 1870, a obra base foi a *Teologia Sistemática* de Charles Hodge.⁷⁶ A obra reforça alguns pressupostos calvinistas quanto à doutrina da salvação, reconhecendo o papel exclusivo de Deus na salvação dos eleitos.

Quanto ao posicionamento escatológico preponderante no Seminário de

⁷² De acordo com Berger os movimentos avivalistas pietistas ocorreram em Igrejas luteranas, metodistas e até mesmo calvinistas. A sua marca principal era a dissolução das estruturas dogmáticas pelas suas várias formas de emocionalismo. O ensino objetivo passava a ser subjetivizado pela afirmação da experiência religiosa manifestada no coração dos indivíduos. O nome mais associado ao primeiro grande avivamento na Nova Inglaterra foi o Jonathan Edwards. Segundo Mendonça, depois de sua morte(1758) houve um grande crescimento do metodismo nos Estados Unidos, de modo que o “Segundo Grande Despertar” ou “Segundo Avivamento” também é conhecido como avivamento metodista. Além do forte emocionalismo, o avivalismo metodista era caracterizado por pregações que chamavam atenção do homem para a sua capacidade de escolher a salvação, seguindo a perspectiva soteriológica arminiana. Havia uma grande “ênfase na ‘descida do Espírito Santo’ e na guerra contra os vícios, em gigantescas reuniões de conversão e santificação”.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985. p. 167

MENDONÇA, ANTÔNIO GOVÊA. **Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p.87

⁷³ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 271-272.

⁷⁴ SANTOS, Valmir Rocha. **Polêmica religiosa e defesa doutrinária no discurso de Ashbel Green Simonton**. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013. P.57– 58.

⁷⁵ PETERSEN, Rodney. **Continuidade e descontinuidade: o debate ao longo da história da igreja**. In: FEINBERG, John S. Continuidade e descontinuidade: perspectivas sobre o relacionamento entre o antigo e o novo testamento: Ensaio em homenagem ao S. Lins e Johnson Jr. São Paulo: Hagnos, 2013. p.26

⁷⁶ SANTOS, Valmir Rocha. **Polêmica religiosa e defesa doutrinária no discurso de Ashbel Green Simonton**. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013. P.57 – 58. Ao analisarmos os aspectos específicos do Presbiterianismo no Brasil, sobretudo a partir da *Imprensa Evangélica*, compararemos com estas duas obras, que foram fundamentais na formação acadêmica dos missionários enviados ao Brasil.

Princeton durante a segunda metade do século XIX, Hodge, um dos teólogos pós-milenaristas mais conhecidos, era contrário às tentativas humanas de construir um cronograma dos eventos futuros partindo da análise dos acontecimentos presentes à luz da interpretação das profecias bíblicas.

O primeiro assunto a ser examinado (na interpretação da profecia) é o verdadeiro desígnio da profecia, e como esse desígnio deve ser determinado. A profecia é muito diferente da história. Ela não pretende nos dar, do futuro, um conhecimento análogo ao conhecimento que a história nos dá a respeito do passado (...) Cristo realmente foi um rei, mas não um rei conforme o mundo sempre havia conhecido, e foi um rei como homem nenhum esperava; ele foi um sacerdote, mas o único sacerdote em todos os tempos de cujo sacerdócio ele era a vítima; ele de fato estabeleceu um reino, mas não era um reino deste mundo.⁷⁷

Isso não significa, porém, que não houvesse divergências no Seminário de Princeton quanto aos eventos futuros. A interpretação das profecias e o posicionamento sobre o fim dos tempos sempre foi um assunto de divergência ao longo da História da Igreja, e não foi diferente em Princeton enquanto os missionários preparavam-se academicamente para o ministério no Brasil.

Tal divergência pode ser percebida no caso da formatura de Ashbel Green Simonton, um dos alunos de Hodge enviados como missionário ao Brasil.

O bom velhinho desandou a falar sobre profecias e os sinais dos velhos tempos, o que fez todo mundo sorrir. Ele disse que a sexta taça já está sendo derramada, e que com a sétima virá a vitória final da igreja, o ajuntamento dos judeus e a Batalha do Armagedom na Palestina. No decorrer dessa arenga cansativa mencionou de passagem Czar, a Turquia e a Criméia. É uma infelicidade ter a solenidade de formatura estragada dessa maneira e eu profetizo que não ocorrerá muitas vezes mais.⁷⁸

Apesar do “pregador velhinho” ter apresentado um posicionamento distinto de Hodge, mostrando não haver unanimidade em Princeton, Simonton relata a sua percepção sobre a reação do público ao ver uma interpretação de profecia tão literalista, que foi uma percepção de riso e estranhamento. Reconhecer que parte significativa do grupo presente posicionou-se contra a abordagem literalista do “velhinho” pode apontar para o fato de que havia em Princeton uma tendência às interpretações alegóricas de

⁷⁷ HOEKEMA, Antony A. **A Bíblia e o Futuro**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. P. 144.

⁷⁸ O diário de Simonton (1852-1866). São Paulo: Cultura Cristã, 2002. 06 de maio de 1856.P. 101.

profecias e das doutrinas escatológicas sistematizadas por Hodge.⁷⁹

Conforme Hodge⁸⁰, a “providência” de Deus se divide entre a preservação e o governo de todas as suas criaturas e ações. A respeito da primeira, o teólogo explicita a necessidade de atribuir-lhe a doutrina bíblica através da qual a providência justifica-se pelo poder onipresente de Deus, por meio do qual, a divindade concede continuidade ao mundo e revela o seu querer de maneira não revelada e inescrutável⁸¹. Doravante, o conceito da providência não abraça apenas o princípio da preservação, mas também a governabilidade divina que sugere desígnio e controle: "Se Deus governa o universo, então ele possui algum grande alvo, inclusive um número infinito de fins subordinados, e ele tem de controlar a sequência de todos os acontecimentos de maneira que se assegure o êxito de todos os seus propósitos". Portanto, segundo o autor, o governo providencial de Deus caracteriza-se como sendo universal (inclui todos os seres vivos, incluindo os irracionais); poderoso, já que os desígnios divinos jamais falham; sábio, pois se adapta- aos seus objetivos; santo, uma vez que as suas ações se ajustam à perfeição de sua natureza divina⁸².

O conceito da providência ensina aos cristãos que suas vidas não se fundamentam no acaso ou nas incumbências da causalidade dado que todas as coisas que lhes acontecem foram divinamente planejadas: "todo e qualquer evento é governado pelo conselho secreto de Deus"⁸³. Nesse sentido, cabe lembrar a indagação de Hodge que diz: "Como pode o controle absoluto de Deus conciliar-se com a liberdade de agentes racionais"?⁸⁴ Hodge critica as correntes interpretativas que negam a responsabilidade humana e conferem a Deus a responsabilidade do pecado. Por outro lado, o autor aponta para outras que excluem Deus do universo criado por Ele, exaurindo-o, portanto, de seu caráter piedoso. Para solucionar o questionamento, o teólogo assume que a regência divina não modifica a ordem natural ou a ação livre e individual dos seres humanos. O governo soberano de Deus não extingue a responsabilidade e a atuação das segundas causas, muito pelo contrário, as consequências dos atos humanos exercem também funções estabelecidas a priori pela sabedoria divina, pois:

⁷⁹O diário de Simonton (1852-1866). São Paulo: Cultura Cristã, 2002.06 de maio de 1856. P. 101.

⁸⁰HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. P.428

⁸¹HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. p.433

⁸²HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. p.433

⁸³CALVINO, João. **As Institutas da Religião Cristã**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. V1. p.199

⁸⁴HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. p.433

"Deus infinitamente sábio, bom e poderoso está presente em todas as partes, controlando todos os acontecimentos, grandes e pequenos, necessários e livres, de maneira perfeitamente consistente com a natureza de suas criaturas e com a sua própria excelência infinita, de modo que tudo está ordenado por seus sábios e benevolentes desígnios"⁸⁵.

Além de ter sido conhecido por sua *Teologia Sistemática*, Hodge publicou em 1874 a obra *What's the Darwinism?* como uma resposta cristã ao livro *A Origem das Espécies* de Charles Darwin (1859)⁸⁶. Encontramos em sua sistemática uma profunda reflexão sobre a natureza do homem e sobre a origem do universo, não só numa discussão teológica, mas adentrando-se num diálogo com as filosofias correntes no século XIX.⁸⁷ Charles Hodge torna-se um dos primeiros teólogos a declarar que o darwinismo ameaça a religião. Em sua *Teologia Sistemática*, o estudioso elabora a sua visão a respeito do evolucionismo darwiniano. No primeiro capítulo da sessão "A origem do homem", Hodge contrapõe a "doutrina bíblica sobre a origem humana" à "doutrina pagã da geração espontânea", contra a qual os pais da igreja cristã e, também, a ciência moderna lutaram incessantemente. Na primeira, o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus. Enquanto na segunda, o homem é fruto de uma produção espontânea da terra. Para fundamentar a sua teoria de origem, Hodge apresenta diferentes teorias da evolução. Em relação à darwinista, o teólogo apresenta os seguintes princípios: o semelhante engendra outro semelhante; a descendência difere-se em maior ou menor grau de seu progenitor; as plantas e animais aumentam exponencialmente a sua população, mas os recursos não, o que sugere a luta pela sobrevivência e, posterior, seleção natural através da qual apenas sobrevivem os mais adaptados.

Hodge reitera que o darwinismo assume um caráter ateu já que "Darwin argumenta contra qualquer intervenção divina no curso da natureza, especialmente na produção das espécies"⁸⁸. Uma parte importante da argumentação do teólogo é sinalizar que o darwinismo não passa de uma mera hipótese pois é impossível de ser demonstrado uma vez que a "ciência, tão logo se vê afastada do real e do existente, passa a ser campo especulação, confunde-se com a filosofia e fica sujeita a todas as suas

⁸⁵ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. p.458.

⁸⁶ CÉSAR, Elben Lenz. **Mochila nas costas, diário na mão**. Viçosa: Ultimato, 2009. p.73

⁸⁷ ANDRADE, Roney Seixas. **Criação Divina ou Evolução? Análise da teoria da Criação Especial e da teoria do Design Inteligente na cultura norte-americana**. Dissertação de Mestrado PPG Ciências da Religião - UFJF, 2012.

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1674/1/roneydeseixasandrade.pdf>

⁸⁸ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. p.496.

alucinações"⁸⁹. A "doutrina bíblica da criação" entra em conflito com a teoria da evolução ao identificar que um criador gera, sobrenaturalmente, a vida. Por outro lado, a visão darwiniana questiona o lugar de Deus na história ao roubar-lhe os papéis de ordenador do cosmo e mantenedor da ordem social. Assim, os seres humanos e os organismos vivos não fazem mais parte da providência e do propósito divinos e, portanto, o homem não precisa ser redimido.

É preciso reiterar que a afirmação da unidade da raça humana sustentada na *Teologia Sistemática* de Hodge não aparece com implicações diretas para a luta em favor da abolição, mesmo tendo sido publicada após o fim da Guerra de Secessão. O conceito de escravidão, por exemplo, aparece em sua *Teologia Sistemática* somente em referência à condição humana de prisão ao pecado, não ao sistema de trabalho.

1.3 – O Presbiterianismo no Brasil.

A maior parte dos missionários presbiterianos que chegaram ao Brasil teve uma formação acadêmica em Princeton e as obras de Hodge contribuíram significativamente na formação da base teológica deles. Assim, como é importante cruzar o pensamento do protestantismo que se desenvolveu no Brasil com o dos Reformadores europeus, devemos considerar de que maneira o pensamento de Hodge contribuiu no desenvolvimento das missões no Brasil.

Mendonça afirma que mesmo que os missionários tivessem uma mensagem institucional, ela nunca era recebida unilateralmente pelos ouvintes que assimilavam e reinterpretavam esta mensagem conforme as suas experiências. Até aqui ele apenas sinaliza a diferença entre mensagem institucional e crença (aspecto prático – assimilação), mas não explicou como essa assimilação aconteceu: “A camada livre e pobre do meio rural tinha condições e necessidades próprias que, ao se defrontar com uma nova mensagem religiosa, procurou nela as respostas mais adequadas as suas características.”⁹⁰

Para Mendonça, a grande marca da mensagem institucional dos missionários no Brasil foi a teologia dos avivamentos metodistas de fins do XVIII e primeira metade do

⁸⁹ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. p.499.

⁹⁰ MENDONÇA, ANTÔNIO GOVÊA. **O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 264

XIX.⁹¹ E mesmo que o alvo das primeiras missões fossem os centros urbanos, houve uma maior adesão ao protestantismo no campo, uma vez que o homem rural, supostamente, tinha condições e necessidades próprias que foram importantes ao receberem e adaptarem a mensagem dos missionários⁹², o que Émile Leonard já havia defendido anteriormente:

As disposições psicológicas e sociais desta população podem favorecer grandemente sua difusão, independentemente de sua preparação propriamente espiritual. O nomadismo do lavrador do sertão paulista tem sido muitas vezes assinalado, particularmente por Deffontaines Lesse, se amplia entre os protestantes, pelo espírito de iniciativa, pelo gosto da aventura e por uma relativa instrução que lhes proporcionam, mais ainda que a sets compatriotas, uma mentalidade de pioneiro sempre disposto a se deslocar. Uma divertida anedota conta de um deles que as próprias galinhas estavam tão acostumadas a essas mudanças que, logo que ouviam arrastar os móveis, deitavam-se no chão erguendo os pés para serem amarradas e levadas, dependuradas num cacête, para seu novo destino. Em todo o caso, o fato é que esses lavradores protestantes do interior foram particularmente impetuosos na busca de novas terras, e, em número proporcionalmente considerável, esgueiraram-se de seus velhos centros — Campinas, Rio Claro, Brotas, Jaú — em direção das regiões do rio Feio e do rio Pardo, e, de lá, para o Mato Grosso e Paraná. Esse movimento, se enfraquece suas comunidades nas regiões desamparadas, semeia outras nas terras pioneiras com o sucesso que atestam os últimos recenseamentos.⁹³

Durante a segunda metade do século XIX é perceptível o crescimento do descontentamento em relação ao regime monárquico, sobretudo, se tomarmos em consideração as novas demandas relacionadas ao futuro do Brasil. Discussões quanto aos rumos da nação dentro da marcha da História se tornavam-se cada vez mais frequentes, assumindo a imprensa periódica papel central nessas disputas. Foi nesse contexto mais geral que nos deparamos com a atuação de Ashbel Green Simonton.

Ashbel Green Simonton chegou ao Brasil em 1859. Teria sido um dos primeiros, senão o primeiro missionário presbiteriano, enviado pela Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos EUA, vinculada à Igreja Presbiteriana do Norte dos EUA (PCUSA) em parceria com a Igreja do Sul⁹⁴. Contudo, Pedro Henrique Cavalcante de

⁹¹MENDONÇA, ANTÔNIO GOVÊA. **O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 265

⁹²MENDONÇA, ANTÔNIO GOUVEIA. **O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 264.

⁹³LEONARD, ÉMILLE G. **Brasil, terra de História** - Revista de História USP - N° 2 - 2° TRIMESTRE DE 1950. p. 8

⁹⁴ Segundo Émile Leonard, a Igreja presbiteriana foi a segunda denominação a fazer missão no Brasil. A primeira delas foi a igreja Congregacional. A terceira foi a metodista e a quarta a Batista.

Medeiros⁹⁵ menciona o caso de James Fletcher, Capelão de orientação presbiteriana que chegou ao Brasil em 1847, como as primeiras experiências missionárias protestantes no Brasil. Entre 1852 e 1853 tornou-se secretário da Legação dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Entre 1854 e 1856 foi representante da Sociedade Bíblica Americana no Brasil. Fletcher propôs a criação de uma linha de navio a vapor entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque. “Para este pastor calvinista, filho de banqueiro, tais atividades eram uma parte do seu trabalho missionário integral” e “o protestantismo equalizava-se ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico”⁹⁶. A sua missão, no entanto, não foi bem vista por parte dos presbiterianos, congregacionais e metodistas, que o acusavam de envolver-se demasiadamente em questões seculares. Em sua defesa, Fletcher afirmou:

sei que alguns podem dizer que não é papel de um clérigo missionário estar envolvendo-se com negócios. Mas creio que tenho uma visão mais alta do que o mero interesse mercantil dos meus pais, pois sou dos tais que creem que a religião e o comércio são servos que, unidos com a bênção de Deus, servem para a promoção dos mais altos interesses da humanidade⁹⁷.

Dentro desta perspectiva de missão, o missionário envolveu-se em assuntos políticos e comerciais no Brasil. Apresentou ao ministro Joaquim Maria Nascente o modelo de escola americana para favorecer a imigração. Também, contou com o apoio de Tavares Bastos e do próprio Dom Pedro II. Nos Estados Unidos, o apoio veio do presidente Abraham Lincoln.⁹⁸ A atuação do capelão contribuiu para o trânsito dos primeiros missionários presbiterianos na sociedade brasileira. Simonton, por exemplo,

Ver: LEONARD, ÉMILLE G. **O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social.** Revista de História USP, V. 1. - N° 5 - 1° TRIMESTRE DE 1951. p. 5

⁹⁵DE MEDEIROS, PEDRO HENRIQUE CAVALCANTE. **Pelo progresso da sociedade: A imprensa protestante no Rio de Janeiro Imperial (1864-1873).** Dissertação de mestrado.UFRRJ: Seropédica, 2014. p.102.

De acordo com Mendonça, foi muito comum nos EUA do século XIX iniciativas missionárias que não mantinham uma relação formal com as denominações instituídas. Os cristãos criavam associações no intuito de propagar o evangelho, assim como faziam as agências missionárias ligadas às próprias denominações. James Fletcher veio ao Brasil como um capelão ligado à Sociedade de Amigos Marítimos e dos americanos que moravam no Brasil.

⁹⁶ VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. p. 63

⁹⁷ VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. p. 64

⁹⁸GIRALDI, Luiz Antônio. **A Bíblia no Brasil Império: como um livro proibido durante o Brasil Colônia tornou-se uma das obras mais lidas nos tempos do Império.** Barueri: SBB, 2013.. Pág.149-165.

conseguiu a licença para atuar como professor pela intermediação de Fletcher.⁹⁹

Segundo a historiografia, foi direcionado às elites, pois ele acreditava que isso facilitaria a inserção do protestantismo no Brasil de maneira mais segura e eficaz. Para ele, o progresso do Brasil só seria possível mediante a substituição da moral católica pela moral protestante em âmbito coletivo.¹⁰⁰ Baseando-se neste princípio, o religioso empreendeu esforços no sentido de fazer uma missão para além da salvação da alma do indivíduo, mas da aplicação da mensagem da salvação para as demais áreas da sociedade, procurando influenciá-las tendo como base os preceitos da moral protestante. Além disso, a sua abordagem evangelística e sua atuação na sociedade estavam vinculadas a uma perspectiva escatológica pós-milenarista¹⁰¹, concordando com a escola de Princeton, ou mais precisamente com Charles Hodge. James Fletcher também escreveu um livro em parceria com o Rev. Daniel Parish Kidder intitulado *O Brasil e os Brasileiros*.

Lançada em 1857 a obra fez grande sucesso nos Estados Unidos, sendo reeditada nove vezes, até 1879. Nesse livro, Kidder e Fletcher descrevem o Brasil como um país vasto, dotado de recursos extraordinários, porém prejudicado pelo atraso econômico, pela falta de escolas e pela ignorância religiosa. (...) Ele acreditava que o Brasil poderia se desenvolver e se tornar uma grande nação com a colaboração dos norte-americanos nas áreas da religião, da educação, do comércio e da indústria.¹⁰²

O contato dos missionários presbiterianos com as elites político-intelectuais brasileiras continuou depois da chegada de Simonton. Além de Tavares Bastos, ele aproximou-se de Joaquim Saldanha Marinho, ambos maçons¹⁰³. Tal contato, porém, não acontecia no nível das atividades eclesiais, como a participação em estudos bíblicos, classes de batismo ou mesmo dos cultos realizados semanalmente. Isto é, acontecia mais fora das atividades da instituição.¹⁰⁴

⁹⁹ DA COSTA, Flávio Antônio Alves. **A Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil – Uma questão doutrinária**. Dissertação de Mestrado. Mackenzie: São Paulo, 2007. P. 59

¹⁰⁰ FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. **“Que venha o Teu Reino”: estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012. p. 27 -33

¹⁰¹ DA COSTA, Flávio Antônio Alves. **A Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil – Uma questão doutrinária**. Dissertação de Mestrado. Mackenzie: São Paulo, 2007. p. 59

¹⁰² GIRALDI, Luiz Antônio. **A Bíblia no Brasil Império: como um livro proibido durante o Brasil Colônia tornou-se uma das obras mais lidas nos tempos do Império**. Barueri: SBB, 2013. p. 160

¹⁰³ FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. **“Que venha o Teu Reino”: estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012. p. 38

¹⁰⁴ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira**. São Paulo: Casa editora Presbiteriana,

1.3.1 – A missão de Ashbel Green Simonton.

Nascido e criado na Pensilvânia, Simonton recebeu desde criança uma educação presbiteriana. Quando jovem, ele passou por dificuldades na escolha da sua vocação, encontrando barreiras para abraçar o compromisso firmado por seus pais diante de Deus e da sociedade: o de que seria um ministro do evangelho.¹⁰⁵

O diário pessoal de Simonton, um dos principais registros do missionário, quando publicado em 2002 pela Editora Cultura Cristã, vinculada à Igreja Presbiteriana do Brasil, foi dividido em três partes pelo organizador Rev. Dr. Alderi Souza de Matos¹⁰⁶. A primeira delas (1852-1854) é sobre o período de sua viagem e trabalho ao sul dos Estados Unidos. Apesar de não ter nenhum vínculo com a sua formação direcionada, especificamente, ao ministério no Brasil, nesta fase da vida do autor, é possível perceber o modo como ele deparou-se com as diferenças entre a vida no Norte e no Sul dos EUA, oferecendo indícios sobre as suas ideias. Em sua viagem ao Sul, Simonton trabalhou como representante do Jornal Presbiteriano e, também, atuou como professor.

Ainda em sua visita ao sul dos EUA, é possível observar não somente os olhares de estranhamento do presbiteriano nortista sobre os Estados sulistas, mas de surpresa a se vivenciar algumas situações inusitadas de um lugar em que se esperava mais conservadorismo que no Norte. Foi o que aconteceu ao encontrar uma mulher pregando em uma reunião na qual também participavam homens.

Tínhamos ido ouvir uma senhora! Ou melhor, ouvimos uma mulher casada pregar, o que foi novidade para mim. Temos que confessar que, apesar do Norte falar muito em “Direitos da Mulher”, o Sul está na frente quanto à prática. O sermão foi mal apresentado, mas de substância tolerável. Acalma e a segurança da pregadora foram admiráveis. Levantou-se, protegida por um chalé pardo com chapéu, óculos e luvas, e anunciou o texto “longe de mim gloriar-me, etc.”. (...). Por aí pode-se ver que “houve muito devaneio”. Ela é membro da igreja metodista protestante, um ramo da Igreja Metodista Episcopal, da qual difere porque dá oportunidade aos leigos de enfiar o dedo no bolo do governo eclesiástico.¹⁰⁷

A segunda parte (1854 – 1859) diz respeito ao período em que Simonton retorna à Harrisburg, quando passa a se dedicar aos estudos particulares de Direito e, em 1855,

1981.P.26.

¹⁰⁵ *O diário de Simonton (1852-1866)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. 06 de maio de 1855. p.89.

¹⁰⁶ *O diário de Simonton (1852-1866)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

¹⁰⁷ *O diário de Simonton (1852-1866)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.p.23

decide ingressar no Seminário de Princeton no intuito de se preparar para o ministério de evangelização no exterior.

A terceira parte (1859 – 1866) constitui os registros pessoais de Simonton durante a viagem dos EUA ao Brasil e o seu trabalho missionário realizado. Apesar do seu ministério em terras brasileiras ter durado pouco menos de oito anos, ele conseguiu expandir, significativamente, o trabalho da Igreja Presbiteriana no Brasil, no qual criou a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (1862), o jornal *Imprensa Evangélica* (1864), o Presbitério do Rio de Janeiro (1865) e o “Seminário Primitivo” (1867).

Muitos trechos do diário de Simonton ou passagens de seus sermões são utilizados por Mendonça para classificá-lo dentro de algum segmento teológico. Assim, o missionário foi compreendido como um teólogo de orientação calvinista com uma prática religiosa atrelada aos avivamentos metodistas.

Mendonça também o classifica como um seguidor da “Teologia da Igreja Espiritual”. Esta teologia segue o princípio de que a igreja não deve interferir nas questões políticas terrenas, como o caso da escravidão. Para chegar a tal conclusão, Mendonça não recorre a passagens do diário ou sermões do missionário cuja ênfase seja a questão política, mas a passagens cujo cerne é a vida devocional e religiosa. “O mundo apela para o que é sensual... Um outro jovem, que tem assistido aos cultos, parece ávido e persuadido da verdade e da importância de uma religião espiritual.”¹⁰⁸

O termo “religião espiritual” parece ser tratado como uma palavra chave utilizada irrefletidamente na busca de classificar o pensamento do missionário. Vejamos que Simonton não explora o significado do que seja a “religião espiritual”, nem a desassocia das suas ações no mundo secular a fim de que haja melhoria de vida para os homens.

O posicionamento declarado do líder do fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil a favor do fim da escravidão não seria um envolvimento nas coisas terrenas? Mendonça não desconhece nem desconsidera a postura abolicionista de Simonton, mas a trata como uma incoerência do missionário em relação ao seu pensamento vinculado à teologia da Igreja Espiritual. Ou seja, ao invés de questionar a tese de que Simonton tenha aderido a tal teologia, Mendonça prefere identificar uma incoerência no

¹⁰⁸ MENDONÇA, ANTÔNIO GOUVEIA. **O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 273

missionário, alegando que a sua adesão a Teologia da Igreja Espiritual foi apenas parcial, de modo a opor o seu pensamento a sua prática. Contudo, como aceitar que a ação abolicionista do missionário não estivesse atrelada ao seu pensamento e aos seus posicionamentos teológicos? Tal oposição entre pensamento e ação tornará a aparecer em outros momentos da sua tese. Essa abordagem não incorre no perigo metodológico, apontado por Foucault em *Arqueologia do Saber*, de buscar em cada discurso uma relação de dependência com os discursos anteriores, desconsiderando a singularidade histórica de cada indivíduo ou mesmo de cada discurso proferido?¹⁰⁹

Quando escreve sobre a doutrina da salvação, Mendonça afirma que o calvinismo dos presbiterianos no Brasil tratava-se de um “calvinismo mitigado”. Esta e outras leituras de Mendonça sobre a teologia dos pioneiros se repetir-se-ão com grande frequência em teses e dissertações recentes. Assim como a obra de David Gueiros ainda é referência para grande parte dos trabalhos sobre o presbiterianismo ao adentrarem na questão política, a obra de Mendonça tem reverberado quando se trata das questões religiosas e teológicas.

De acordo com Mendonça, a doutrina da “predestinação” foi na Grã-Bretanha um elemento revolucionário por oferecer aos calvinistas a certeza do triunfo e pelo modo de governo eclesiástico que organizou paróquias autônomas com um sistema de liderança eletivo que combinava participação leiga e clerical. Seja por um calvinismo ortodoxo, cuja ênfase recai no decreto divino que escolhe para a salvação homens de todas as camadas, ou por um calvinismo mitigado, cuja ênfase recai na responsabilidade do homem em aceitar o amor de Deus oferecido a todos os homens indistintamente¹¹⁰.

Segundo Mendonça, a Teologia do Pacto, ou Federalismo, parece ser a raiz da Ideologia do Destino Manifesto. Ele defende que esta teologia foi organizada e difundida pela confissão de Westminster. Contudo, não atenta para as diferenças entre a confissão elaborada na Grã-Bretanha e a usada nos EUA. A grande inovação desta teologia no que diz respeito à soteriologia estaria na iniciativa humana em se apropriar da graça oferecida por Deus.

Seria mesmo este ponto um elemento inovador? João Calvino e seus primeiros

¹⁰⁹ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.p. 159-167

¹¹⁰ MENDONÇA, ANTÔNIO GOUVEIA. **O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p.62.

seguidores foram desavisados quanto aos textos bíblicos que enfatizam a responsabilidade humana? Não seria essa leitura sobre a obra de Calvino uma tentativa de identificar uma corrente teológica mais coerente ao pensamento do teólogo, de modo a tratar uma abordagem calvinista como ortodoxa, ou mais pura e melhor, e outra como mitigada e inferior? Em nenhum momento foram utilizados textos de Calvino no sentido de mostrar como ele posicionou-se quanto à necessidade do arrependimento humano, nem textos que mostram as práticas calvinistas antes dos movimentos puritanos.

O mesmo termo “calvinismo mitigado” foi usado por Robério Américo do Carmo Souza ao falar sobre a doutrina da salvação concebida pelos primeiros missionários presbiterianos em Fortaleza. Sua justificativa, aos moldes de Mendonça, estriba-se em um sermão em que o Reverendo chama a atenção para a necessidade do arrependimento humano, ou seja, da ação humana, no processo da salvação¹¹¹.

Sobre as implicações históricas da doutrina da salvação, Mendonça defende que houve a necessidade de substituir a soteriologia calvinista ortodoxa pela arminiana ligada aos movimentos metodistas diante da expansão dos ideais iluministas que afirmavam a suficiência da razão humana. Tais articulações, porém, foram elaboradas pelo sociólogo, não pelos missionários que defendiam tais doutrinas. A doutrina da salvação tende a caminhar dissociada da doutrina das últimas coisas. Quando caminham juntas, houve alguém que as articulasse, não sendo, porém, a única articulação possível. De modo que existem calvinistas e arminianos (no que diz respeito à doutrina da salvação) que sustentam as três perspectivas a respeito do milênio, assim como sustentam distintas relações entre a Nova e a Antiga Aliança, ou o Velho e o Novo Testamento, seguindo diferentes princípios hermenêuticos, o que independem da sua doutrina da salvação¹¹².

Além disso, supondo que Simonton e os primeiros presbiterianos tivessem uma prática ligada aos movimentos metodistas e uma soteriologia calvinista mitigada, como concluir que a motivação para o abandono do calvinismo ortodoxo estaria na cultura dominante fundada nos valores do racionalismo-iluminista? Tal abordagem acaba por desconsiderar a singularidade da experiência dos primeiros presbiterianos, prendendo a

¹¹¹ SOUZA, Robério Américo do Carmo. **Fortaleza e a nova fé": A inserção do protestantismo na capital cearense (1882-1915)**. Dissertação de mestrado. PUC. São Paulo, 2001.

¹¹² FEINBERG, John S. **Continuidade e descontinuidade: perspectivas sobre o relacionamento entre o antigo e o novo testamento: Ensaio em homenagem ao S. Lins e Johnson Jr.** São Paulo: Hagnos, 2013. P. 80

leitura deste período histórico aos seus ascendentes teológicos e aos valores da cultura tida como dominante.

Cabe dizer que Mendonça aproxima-se de Peter Berger não só na sua base teórica sobre a sociologia do conhecimento aplicado ao fenômeno religioso, mas na sua aplicação histórica verificada no processo de secularização. Parece haver um esforço de adequação da tese de Peter Berg ao caso da história do protestantismo brasileiro. Para Berger, a ortodoxia protestante sofreu dois grandes choques no século XIX, sendo o primeiro deles o movimento metodista pietista, cujo emocionalismo subjetivista contribuiu para dissolver as estruturas dogmáticas; e o segundo deles o racionalismo iluminista, como uma consequência involuntária da erosão pietista racionalista.¹¹³ Assim, a leitura de Mendonça sobre o princípio do protestantismo no Brasil parece ter sido amarrada às conclusões de Berger sobre o impacto do pietismo e do racionalismo iluminista nas vertentes ortodoxas do protestantismo puritano calvinista¹¹⁴.

A Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro não era frequentada em suas atividades comuns pelas elites políticas e intelectuais que mantinham contato com os missionários, o que contribuía para o baixo rendimento financeiro da igreja local. De acordo com Boanerges Ribeiro, dois motivos ajudam a compreender os limites financeiros da Igreja Presbiteriana no Brasil durante os seus anos iniciais. O primeiro deles são os recursos limitados direcionados aos primeiros missionários tanto da Igreja do Norte dos EUA (o caso de Simonton e seu cunhado Blackford) quanto da Igreja do Sul (o caso de Lane e Morton que atuaram em Campinas). O outro motivo é a baixa arrecadação de dízimos e ofertas nos anos iniciais.

Quem se agregavam eram as pessoas de pequena classe média para baixo, tanto rural como urbana. Falo dos anos de implantação inicial. Caixeiros; pequenos comerciantes; pequenos professores; pequenos sitiantes em começo de vida; escravos; operários ou artesãos; dona de casa casadas com homem modestos. (...) As coletas no Rio dão ideia do nível social dos fieis: de 13 de abril de 1863 a 3 de agosto de 1863, contribuições mensais: 10\$200; 9\$500; 8\$800; 9320; 12\$000.¹¹⁵

O Seminário, mantido inicialmente pela missão, ficava num sobrado alugado de

¹¹³ BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985. P. 167 – 168.

¹¹⁴ A teoria da secularização foi negada pelo próprio Peter Berger, que passou a afirmar que a modernidade produziu, na verdade, o pluralismo. <http://www.ihu.unisinos.br/569225-falecimento-peter-berger-importante-sociologo-da-religiao>

¹¹⁵ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira**. São Paulo: Casa editora Presbiteriana, 1981. P. 127.

três pavimentos na Praça da Aclamação, n.49. Matricularam-se no seminário os brasileiros Antônio Trajano, Modesto de Carvalhosa, que obtiveram a licenciatura em agosto de 1870, o poeta Santos Neves e Antônio Pedro de Cerqueira Leite. Os primeiros professores foram Simonton, Schneider e o pr. Wagner, da igreja Alemã. Com a morte do pioneiro, seu cunhado Blackford assumiu a sua vaga. Quando Wagner retirou-se para a suíça, o seminário ficou contando apenas com Blackford e Schneider até a chegada de novos missionários. Vale atentar que obter a licenciatura não implicava diretamente em receber a ordenação para ser ministro. Como no caso Antônio Trajano, que foram ordenados em 1875 na cidade de Rio Claro¹¹⁶.

Em 1878 foi publicado no jornal *Imprensa Evangélica* um currículo do seminário do Rio de Janeiro. A seguir, segue a grade do curso de licenciatura em Teologia que adaptamos ao formato de um quadro. A matéria também está disponível nos anexos do trabalho de Boanerges Ribeiro¹¹⁷

**Quadro 01 – Grade de Licenciatura em Teologia do Seminário do
Rio de Janeiro, 1878.**

1º ano
Gramática portuguesa, leitura e declamação, composição em português, estudo do Breve Catecismo, geografia e história prática, aritmética superior, noções de música e inglês.
2º ano
Português (análise dos clássicos), composição, recordação, do Breve Catecismo, musica(canto), história, leitura e tradução do inglês com análise lógica, álgebra, latim geografia e história universal, e ciências naturais.
3º ano
Latim (tradução dos clássicos), gramática grega, francês, geometria, filosofia mental de Wayland ou de Upham, geografia e história universal, composição em português, musica (canto) ciências naturais.
4º ano
Latin(clássicos), grego, teologia, por A. A. Hodge D.D., história eclesiástica, por Thiago Wharey, Mosheim, ou Kurts, Filosofia moral de Alexander, Filosofia do plano de salvação, Exegésis, homilética e música.
5º ano

¹¹⁶ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira**. São Paulo: Casa editora Presbiteriana, 1981. P.350 – 352.

¹¹⁷RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira**. São Paulo: Casa editora Presbiteriana, 1981. P.351.

Latin , grego, hebraico, teologia, por A.A. Hodge D.D., C. Hodge D.D., História eclesiástica (autores já referidos) e eloquência sagrada.
6º ano
Grego, Hebraico, teologia (autores referidos), história eclesiástica (autores referidos), confissão de fé, governo e disciplina da igreja e comentário de Hodge sobre a confissão de fé, eloquência sagrada e polemica religiosa.

Ao proferir um dos seus últimos sermões no Brasil, *Os Meios Necessários E Próprios Para Plantar O Reino De Jesus Cristo No Brasil*¹¹⁸, perante o Presbitério do Rio de Janeiro no dia 16 de julho de 1867, Simonton destacou as principais estratégias para a propagação do Evangelho no Brasil.

Apesar do conceito de “Reino de Deus” não ser explorado sistemática e exaustivamente ao longo do texto, ele é assumido como uma realidade do tempo presente que se expande com a pregação do evangelho, resultando na transformação de toda a sociedade: “É assim que o Evangelho se propaga. Cada crente deve comunicar a seu vizinho ou ao próximo aquilo que recebe até que toda a sociedade seja transformada”¹¹⁹.

Imaginar que toda a sociedade seria transformada em decorrência da pregação do Evangelho pode apontar para o fato de que, por mais que a Igreja Presbiteriana do Brasil tomasse como prioridade a salvação das almas e a morada eterna dos homens, havia em seus membros certa esperança, um desejo e um compromisso com transformação da morada terrena e passageira. A sua missão era a de trazer à nação a felicidade da comunhão íntima e diária com Cristo.¹²⁰

O primeiro meio adequado para a propagação de tal evangelho consistia na vida santa e irrepreensível dos seguidores de Cristo. O modelo de vida destes seria como “sal” para temperar a vida dos que ainda tinham a Jesus como Senhor e Salvador.

O segundo meio apresentado pelo missionário estava na distribuição de bíblias, livros e folhetos religiosos. E não se tratava de um recurso opcional, mas de uma estratégia que os cristãos deveriam usar obrigatoriamente se estivessem levando com

¹¹⁸ SIMONTON, Ashbel Green. **Os meios próprios e necessários para plantar o Reino de Jesus Cristo no Brasil. In:** O diário de Simonton (1852-1866). São Paulo: Cultura Cristã, 2002. p.182

¹¹⁹ SIMONTON, Ashbel Green. **Os meios próprios e necessários para plantar o Reino de Jesus Cristo no Brasil. In:** O diário de Simonton (1852-1866). São Paulo: Cultura Cristã, 2002. p.182

¹²⁰. **O diário de Simonton (1852-1866).** São Paulo: Cultura Cristã, 2002. 20 de Janeiro de 1861 p. 145.

seriedade a responsabilidade de tornar o nome de Cristo conhecido.

Nesta época a imprensa é arma poderosa para o bem, ou para o mal. Devemos trabalhar para que se faça e se propague em toda parte uma literatura religiosa em que se possa beber a pura verdade ensinada na Bíblia. (...) O cristão evangélico que não espalha nenhum livro ou folheto nem folha, não tem convicção do seu dever.¹²¹

O terceiro meio consistia em conversas espontâneas de cristãos com os seus amigos não cristãos, assim como em convites aos cultos. O quarto meio consistia no preparo de obreiros que seriam levantados no meio da igreja mediante a oração dos cristãos. Este preparo era tanto de estrangeiros como de nacionais que deveriam conhecer as escrituras sagradas e as ciências, assim eles teriam capacidade de apresentar a razão da fé aos que tentassem contradizê-los.

O último meio mencionado foi a construção de escolas. Mesmo com as dificuldades apresentadas pelo governo imperial, seria uma obrigação da missão se empenhar para que, pela educação alicerçada no evangelho, todas as faculdades do homem fossem desenvolvidas de modo que a sociedade progredisse, esperando, assim, que a geração posterior fosse superior à sua geração.

Dentre os meios tidos pelo missionário como adequados para a plantação do Reino de Jesus Cristo e dos trabalhos que ele realizou ao longo do seu ministério no Brasil, selecionaremos o *Imprensa Evangélica* por considerar a sua importância na compreensão da historicidade do conceito de “Reino de Deus” no presbiterianismo da segunda metade do século XIX no Brasil.

1.3.1 - O Jornal *Imprensa Evangélica*.

O jornal *Imprensa Evangélica*, que existiu até 1892, foi fundado por Simonton em 1864 e por ele presidido até a sua morte em 1867. Ele era mantido pela Junta de Missões da Igreja Presbiteriana e a sua redação ficava na Rua do Hospício, Rio de Janeiro. O periódico não era apenas um dos mais importantes meios de evangelização dos presbiterianos, mas também discutia as principais questões do contexto brasileiro e internacional. Além da motivação evangelística de Simonton ao fundar o periódico, David Gueiros Vieira afirma que o missionário foi motivado pela grande quantidade de artigos envolvendo a temática religiosa publicados na imprensa, principalmente nos

¹²¹ SIMONTON, Ashbel Green. **Os meios próprios e necessários para a plantação do Reino de Jesus Cristo no Brasil.**In: O diário de Simonton (1852-1866). São Paulo: Cultura Cristã, 2002. p.181.

periódicos anticlericais.¹²²

Apesar de Alderi S. Matos afirmar¹²³ que os pastores nacionais somente passaram a colaborar na redação do periódico com a sua transferência para São Paulo, Lessa argumenta que a contribuição dos nacionais pode ser constatada ainda na primeira década de sua criação (1860). Antônio Pedro contribui assiduamente com o periódico¹²⁴. Trajano ou Miguel Torres, ambos brasileiros, também contribuiu com a *Imprensa Evangélica* (neste caso, não fica claro qual dos dois ajudou, nem se a contribuição foi na redação). Isso aconteceu por ocasião da licença do Reverendo Lenington¹²⁵. Outro indício dessa participação de nacionais na redação do *Imprensa Evangélica* pode ser percebido na biografia do pastor nacional José Manuel de Conceição intitulada Cristo é tudo (Os Infalíveis de Roma) publicada e organizada pelo major Fausto de Souza.¹²⁶

Mesmo não sendo assinados, Lessa ao organizar as atas das Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, identifica a autoria de alguns artigos do periódico. De acordo com João Leonel, não assinar os artigos era uma medida de segurança adotada pelos primeiros missionários.¹²⁷ Contudo, não assinar ou identificar a autoria do artigo nos periódicos era uma prática comum daquele período.

Tal artifício foi utilizado por autores desconhecidos assim como por autores consagrados, como José de Alencar e Machado de Assis. Quanto aos motivos: “Uma das razões, a mais óbvia talvez, diz respeito à necessidade de proteção, seja da autoridade, seja da reputação, ou até mesmo, no caso das mulheres, de algum pai ou marido ciumento”. Provavelmente Simonton e os demais articulistas, ao utilizarem o anonimato, visavam protegerem-se de possíveis

¹²² FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. “Que venha o Teu Reino”: estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874). Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012. p. 39

¹²³ SOUZA DE MATOS, Alderi. *Atividade Literária dos Presbiterianos no Brasil*. Disponível em << <http://www.mackenzie.br/10982.html> >> Acessado em 20/12/2013.

¹²⁴ LESSA, Vicente Themudo. *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo: Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. (1863-1903)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. (Obra Organizada em 1938). p. 44.

¹²⁵ LESSA, Vicente Themudo. *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo: Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. (1863-1903)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. (Obra Organizada em 1938). p. 89

¹²⁶ LESSA, Vicente Themudo. *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo: Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. (1863-1903)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. (Obra Organizada em 1938). p.93

¹²⁷ Não há indícios no próprio *Imprensa Evangélica* de quem tenha escrito cada artigo. Contudo, Lessa apresenta nas atas da primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, organizadas por ele em 1938. Não sabemos ao certo como ele chegou aos autores dos artigos, se por meio de tradição oral ou mesmo por outras documentações internas da Igreja.

represálias¹²⁸.

Tais informações nos levam a considerar não apenas o trabalho dos missionários estrangeiros na fase em que a sede esteve situada no Rio de Janeiro, mas também a distribuição do periódico. Muitos números do *Imprensa Evangélica* foram distribuídos em Sorocaba ainda em 1865 por Blackford, cunhado de Simonton¹²⁹. O periódico também já era distribuído em Campinas e, curiosamente, tendo um padre da localidade como um dos assinantes¹³⁰.

Ao discorrer sobre a inserção do protestantismo em Fortaleza, Américo menciona que boa parte da evangelização da igreja era destinada à elite intelectual da cidade, sendo o jornal *O Libertador* um importante meio de divulgação das suas ideias. Os líderes da igreja encontraram na defesa dos valores republicanos e do progresso uma porta de entrada para alcançar os liberais, que muitas vezes viam a igreja católica como um empecilho para o desenvolvimento da nação brasileira. O seu trabalho também ajuda-nos a considerar o alcance que o Jornal *Imprensa Evangélica* teve no Brasil, que circulou nas principais cidades onde a Igreja Presbiteriana estendia a missão. Além da circulação de exemplares deste Jornal confessional em Fortaleza, alguns trechos seus eram transcritos pelo Reverendo De Layce Wlard em jornais de posição liberal, como *O Libertador*¹³¹.

A dissertação de Américo demonstra como foi realizada inserção do protestantismo em Fortaleza. Boa parte da evangelização da igreja era destinada à elite intelectual da cidade, sendo o jornal *O Libertador* um importante meio de divulgação das suas ideias. Os líderes da igreja encontraram na defesa dos valores republicanos e do progresso uma porta de entrada para alcançar os liberais, que muitas vezes viam a igreja católica como um empecilho ao desenvolvimento do Brasil.

¹²⁸ LEONEL, João. **O jornal Imprensa Evangélica e a formação do leitor protestante brasileiro no século XIX. *Protestantismo em Revista* | São Leopoldo | v. 35 | p. 65-81 | set./dez. 2014. . P. 71**

¹²⁹LESSA, Vicente Themudo. **Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo: Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. (1863-1903)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. (Obra Organizada em 1938). P.38

¹³⁰LESSA, Vicente Themudo. **Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo: Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. (1863-1903)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. (Obra Organizada em 1938). p. 92

Considerando a estreita relação entre pastores e missionários do Rio de Janeiro e São Paulo na redação e distribuição do periódico, não limitaremos a pesquisa ao período em quem o jornal esteve situado em uma cidade específica. Trataremos o jornal como um todo durante o período monárquico. Quando, porém, o periódico apresentar posicionamentos distintos sobre as questões aqui abordadas, explicitaremos as distintas fases.

¹³¹ SOUZA, Robério Américo do Carmo. **Fortaleza e a nova fé": A inserção do protestantismo na capital cearense (1882-1915)**. Dissertação de mestrado. PUC. São Paulo, 2001.p.99

Mesmo afirmando que a finalidade do periódico *Imprensa Evangélica* seria estritamente religiosa, o jornal tratava de vários assuntos de ordem pública como a liberdade de fé e as interferências da moral cristã no Estado. Assim, o seu fundador, Simonton, parece sinalizar que a sua religião não estava restrita ao espaço privado e que a missão do jornal de “reformatar os corações” ia além de uma transformação individual, apontando, indiretamente, para uma reforma mais ampla na sociedade.

Este trabalho, não tendo em vista senão os interesses exclusivamente religiosos da sociedade em geral, como em particular do indivíduo, estranho a toda ingerência em política, a todos é consagrado; porém, com muita particularidade o dedicamos aqueles para quem a religião de Jesus Cristo ainda não se tornou cousa indiferente, e, no meio da perversão universal dos seus princípios divinos, não traíram ainda o dom mais precioso de Deus – a liberdade de consciência perante o evangelho.¹³²

De acordo com Márcio Pereira, o anúncio da Guerra do Paraguai põe fim à pretensão apolítica apresentada nas edições iniciais do periódico. Ao comentar este acontecimento, o jornal defende a superioridade dos brasileiros em relação aos paraguaios e emprega termos elogiosos ao imperador¹³³. Contudo, a discussão sobre ao ensino religioso, já presente no primeiro número, não se trataria de uma postura política do jornal?

Além de defendermos que o periódico não iniciou o seu envolvimento político ao entrar na temática das guerras, indo de encontro ao que sustenta Márcio Pereira¹³⁴, sugerimos que, ao tratar de questões políticas, o periódico parte de pressupostos e de motivações de ordem religiosa, tornando um pouco delicada a separação entre o que seja um assunto religioso e um assunto político. Para os presbiterianos, a guerra não se tratava apenas de conflitos entre nações por motivações de ordem política e econômica, mas do agir de Deus a fim de executar a sua boa vontade sobre a humanidade.

Pode parecer estranho que um jornal de natureza puramente religiosa se preocupasse em expor notícias de acontecimentos políticos, sobretudo se alegrando com uma vitória conquistada em campo de batalha à custa de sangue. Tal estranhamento, porém, resulta de uma compreensão limitada de um dos seus mais altos dogmas da

¹³² *Imprensa Evangélica*, 5 de novembro de 1864. Ed.1. p. 1.

¹³³ PEREIRA, Márcio Pereira de. **Palanque de papel: discurso político dos jornais evangélicos brasileiros no periódico da República Velha**. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2007.p.28

¹³⁴ PEREIRA, Márcio Pereira de. **Palanque de papel: discurso político dos jornais evangélicos brasileiros no periódico da República Velha**. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2007.p.28

revelação.¹³⁵

Quais seriam estes mais altos dogmas? Para o professor de Teologia Histórica de Oxford, Alister McGrath, segundo a teoria do conhecimento religioso em João Calvino, o conhecimento de Deus seria alcançado por uma dialética entre o conhecimento divino em sua forma revelada pelas escrituras (revelação especial) e a sua forma natural¹³⁶. O conhecimento obtido pelos meios naturais não conduzia o homem à salvação, que só poderia ser obtida pela revelação especial encontrada nos livros sagrados. O conhecimento de Deus e da sua vontade, ou seja, de tudo o que pode ser considerado bom, são acessíveis à todos os homens, mesmo aos que nunca tiveram acesso aos livros sagrados. Isso acontece porque Deus se revelou, primeiramente, por meio da lei moral inscrita nos corações humanos¹³⁷.

De acordo com João Calvino, a revelação divina não se restringe aos livros sagrados, ou seja, à “revelação especial” que conduz o homem para a salvação. A revelação também está presente em sua forma natural em outros três lugares: nos corações humanos, em inscreve-se a lei moral; na natureza, que, de acordo com o Salmo 19, manifesta a glória de Deus; e na História, por meio da qual Deus apresenta a sua intervenção sobre os eventos da humanidade¹³⁸.

Ainda sobre este assunto, O *Imprensa Evangélica* apresenta um texto intitulado “A Bíblia, a natureza e a história do gênero humano, particularmente dão testemunho de Deus”, no qual será também apresentada uma dialética entre revelação natural e especial envolvendo o conhecimento de Deus¹³⁹.

Neste sentido, o conceito de “*providência*” é um elemento chave que envolve o conhecimento sobre a divindade a parte da “revelação especial”, pois ele diz respeito ao controle de Deus sobre todos os eventos do universo, que tem como objetivo maior a sua própria glória, portanto, visa o bem maior de toda a humanidade. Deste modo, as

¹³⁵ *Imprensa Evangélica*, 6 de outubro de 1866. Ed.19. p. 6

¹³⁶ McGrath. Alister. **Teologia Sistemática, Histórica e Filosófica**. São Paulo: Shedd Publicações, 2010 P. 255 - 257.

E.A. Dowey Jr., *The Knowledge of God in Calvin's Theology*. New York: Columbia University Press, 1952.

¹³⁷ Catecismo breve de Westminster. Disponível em: << <http://www.ipb.org.br/recursos> >> p. 42 citação de: **Rm 2.14,15**: Quando, pois, os gentios, que não têm lei, procedem, por natureza, de conformidade com a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos. Estes mostram a norma da lei gravada no seu coração, testemunhando-lhes também a consciência e os seus pensamentos, mutuamente acusando-se ou defendendo-se.

¹³⁸ CALVINO, João. **As Institutas da Religião Cristã** p.47, 53, 61, 69, 77 e 78, 163-165 198-208 214

¹³⁹ *Imprensa Evangélica*, 6 de julho de 1867. Ed. 00013. p. 6

guerras noticiadas pela *Imprensa Evangélica*, como demonstraremos no capítulo 03, carregavam não apenas uma leitura sobre os eventos políticos, mas um posicionamento dos presbiterianos sobre o agir de Deus na história.

Para Pedro Barbosa de Souza Feitoza, a função do jornal era semelhante à distribuição de bíblias, contudo, não se restringia às temáticas religiosas e se assemelhava aos periódicos da imprensa laica ao apresentar assuntos diversificados. Ele era distribuído no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Os seus textos divulgavam a visão de mundo dos missionários ao ensinar seu leitor a "ler o mundo segundo a ótica protestante" ¹⁴⁰.

Mesmo se tratando de um jornal declaradamente religioso, não é possível desatrelar o projeto missionário defendido por esse veículo das suas articulações com o poder e com a política. Nos artigos publicados, os autores articulavam sua visão de mundo, suas impressões, posicionamentos e propostas políticas, pois a difusão de sua religião no país dependia, inclusive das relações políticas estabelecidas no país. ¹⁴¹

Ainda de acordo com Pedro Feitoza, o número de artigos de teor político no *Imprensa Evangélica* aumentou na década de 1870 influenciado, sobretudo, pelos debates em torno da chamada Questão Religiosa (1872-1873). Baseando-se no trabalho de David Gueiros Vieira, os prováveis responsáveis pela politização do periódico foram os redatores brasileiros José M. da Conceição, A. J. dos Santos Neves, Júlio César Ribeiro Vaughan e o Dr. Miguel Vieira Ferreira (um dos fundadores do clube republicano e redator do jornal "A República). O periódico se posicionou contra a união entre a Igreja e o Estado como base para o progresso, a favor dos direitos dos acatólicos. ¹⁴²

Tendo como orientação a doutrina e como ferramenta de trabalho as palavras e textos sagrados, os protestantes, em nome de sua missão e na defesa de suas crenças fizeram suas inserções nos debates e na vida política nacional. ¹⁴³

¹⁴⁰ FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. **“Que venha o Teu Reino”:** estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874). Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.p. 70

¹⁴¹ FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. **“Que venha o Teu Reino”:** estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874). Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.p. 81

¹⁴² FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. **“Que venha o Teu Reino”:** estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874). Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012. p. 81-83

¹⁴³ FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. **“Que venha o Teu Reino”:** estratégias missionárias para a

Para Boanerges Ribeiro, o periódico teve duas funções principais: o de integrar a denominação que se formava no Brasil e a de articulá-la às elites nacionais.

A Imprensa foi o grande integrador da jovem denominação religiosa. (...) no sínodo de 1888 há 62 igrejas e 31 pastores. (...) As fronteiras da nova igreja não param, é um fluxo constante de gente que vai, gente que vem, gente que chama os pregadores e não podem ser atendidas. Entrementes, a Imprensa vai lá. Atende, prega, edifica, instrui levanta o moral e o entusiasmo. Em Ubatuba, a igreja nasceu em torno dela, e como resultado de sua leitura antes que ali chegassem pregadores.(...) E serve de contato entre os presbiterianos e as elites nacionais. Denuncia os maus tratos e as perseguições e é ouvida. Fere-se a luta nacional pela liberdade religiosa: seu apoio é procurado e dado.¹⁴⁴

Segundo João Leonel, o periódico teve uma função importante na formação dos leitores protestantes no Brasil do século XIX. E isso aconteceu a partir de quatro estratégias:

A proposta de uma reunião familiar conduzida pelo pai de família ou por um responsável, leigo ou pastor(...); A segunda estratégia submetia os leitores, protestantes ou não, a uma forma de doutrinação própria a esses textos de gênero catequético(...); A terceira a qual pertenciam os missionários, no primeiro caso, assim como para atrair os católicos, no segundo estratégia fazia uso de bíblias protestante e católica como uma forma de afirmação da tradição à tradição à qual pertenciam os missionários, no primeiro caso, assim como para atrair os católicos, no segundo(...); Ausência de transcrição integral dos textos bíblicos na seção. Tal procedimento estimulava os ouvintes a possuírem a Bíblia para acompanhar as lições¹⁴⁵.

De acordo com João Leonel, Simonton tinha bastante conhecimento quanto ao mercado de publicações de periódicos nos EUA e viu no Brasil uma excelente oportunidade de inserir a mensagem da salvação neste meio de comunicação.

Em 1828 havia 852 jornais. Passados 32 anos, em 1860 o número chega a 405118. (...) Em 1843, “Mais de 60 jornais evangélicos são publicados semanalmente. Os Metodistas publicam 8, incluindo um em alemão [...]. Os Episcopais têm 12; os Batistas 20; os Presbiterianos [...] mais de 20.[...] No total, eles não devem ter menos de 250.000 assinantes”¹⁹. E, segundo o autor, em relação aos jornais comerciais: “Se considerarmos os editores de forma geral, devemos reconhecer que eles são prontos a disponibilizar suas colunas para a

inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874). Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012. p. 84

¹⁴⁴ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira.** São Paulo: Casa editora Presbiteriana, 1981. p. 101.

¹⁴⁵ LEONEL, João. **O jornal Imprensa Evangélica e a formação do leitor protestante brasileiro no século XIX.** *Protestantismo em Revista* | São Leopoldo | v. 35 | p. 65-81 | set./dez. 2014. P. 77

publicação de textos religiosos.¹⁴⁶

A experiência de Simonton no periódico *Presbyterian* foi breve e em seu diário existe apenas um registro mostrando o quão pouco ele vendeu em um dia inteiro de trabalho, tendo apenas duas assinaturas.¹⁴⁷ Para o missionário, o mal resultado seria justificado pela pouca quantidade de presbiterianos na cidade e pela existência do Jornal de Gildersleeve, que supria bem a população com informações. A pouca quantidade de vendas em sua experiência individual parece não ter desmotivado o missionário a fundar o primeiro periódico protestante no Brasil. Conforme expressou em seus diários e sermões, para difundir o evangelho neste novo país, seria preciso fazer uso da imprensa. Deste modo, a nação evangelizada teria condições de inserir dentro do grupo das grandes nações civilizadas. Ou seja, para que Cristo fosse efetivamente conhecido, e que a sociedade brasileira fosse transformada, seria preciso um avanço na difusão da literatura protestante.¹⁴⁸

Ao citar o Boanerges Ribeiro, João Leonel mostra que o primeiro número teve uma tiragem de 450 exemplares. E sobre a materialidade do jornal, menciona que:

O formato se mantém pouco alterado, à medida que o século avança. Impressa em quarto, a qualidade do papel não se mantém: volumes em áspero jornal, e outros em papel de maior peso e melhor contextura. A partir de 1868 inserem-se gravuras a traço com a intenção (declarada) de popularizar o periódico.[...] Há longas publicações em séries, desde a História da Igreja, de Wharey, até à Confissão de Fé, de Westminster e o Livro de Ordem da Igreja Presbiteriana; ou biografias, como a de Bernardo de Palissy [...] ou “ficção evangélica”, um gênero aparentemente extinto, em que os heróis são evangélicos que vencem perseguições ou outros obstáculos à vida cristã [...] Há noticiário internacional, usualmente nas últimas páginas; nesse noticiário desenha-se a imagem de uma Igreja Católica Romana em crise, dividida, perdendo fiéis e sacerdotes pelo mundo a fora, bem como de missões protestantes mundiais, Bíblias fartamente distribuídas e lidas.¹⁴⁹

Dentre os estudos sobre o periódico, dois deles apresentam uma visão panorâmica de toda a sua organização. O primeiro deles trata da *Imprensa Evangélica* em distintas fases no contexto brasileiro, atentando para a produção e distribuição do

¹⁴⁶ LEONEL, João. **O jornal Imprensa Evangélica e a formação do leitor protestante brasileiro no século XIX.** *Protestantismo em Revista* | São Leopoldo | v. 35 | p. 65-81 | set./dez. 2014. P. 71

¹⁴⁷ CRUZ, KARLA JANAINA COSTA. **Cultura impressa e prática leitora protestante no oitocentos.** Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.p. 110

¹⁴⁸ **O diário de Simonton (1852-1866).** São Paulo: Cultura Cristã, 2002. p. 169; *Imprensa Evangélica*, 5 de Novembro de 1864. N.1. p. 1,2.

¹⁴⁹LEONEL, João. **O jornal Imprensa Evangélica e a formação do leitor protestante brasileiro no século XIX.** *Protestantismo em Revista* | São Leopoldo | v. 35 | p. 65-81 | set./dez. 2014. . p. 72

jornal; sua relação com o Governo Monárquico e com a Igreja Católica.¹⁵⁰ O segundo mostra os diversos gêneros literários que se inserem dentro do jornal, relacionando-o aos outros periódicos confessionais e laicos dos Estados Unidos e Brasil¹⁵¹.

Karla Cruz notou a ausência de trabalhos sobre o periódico protestante nos manuais referência sobre a imprensa brasileira. No intuito de contribuir para preencher tal lacuna, ela propõe-se a investigar as especificidades do periódico.

Intrigou-nos, porém, o silenciamento dos principais manuais que tratam sobre a história da imprensa no Brasil, a exemplo de SODRÉ (1977) e HALLEWEEL (2003), bem como dos manuais literários em relação à produção literária protestante e à significativa circulação de impressos que, no referido período, deram início à implantação de um sistema literário e uma consequente cultura editorial evangélica. Isso talvez se deva ao fato de ser o Brasil um país tradicionalmente católico o que condicionou a maioria das pesquisas religiosas, no âmbito educacional e literário, à religião oficial.¹⁵²

A autora identificou e catalogou os principais jornais evangélicos do século XIX, descreveu os gêneros literários, dando ênfase ao Imprensa Evangélica e reconstituiu a formação de um sistema literário protestante no Brasil oitocentista considerando os critérios de autoria, tradução, leitor, editoração e obras tomando para isso, os jornais, catálogos, livros e folhetos protestantes.

Quadro 02 – Principais Jornais Protestantes em circulação entre 1864 e 1900¹⁵³

Jornal	Editor	Denominação	Local	Periodicidade de	Período de Circulação	Temáticas
<i>Imprensa Evangélica</i>	Ashbel G. Simon	Presbiteriana	Rio de Janeiro	Quinzenal	1864-1862	Propaganda evangélica, doutrina, apologia e instrução.

¹⁵⁰ DOS SANTOS, Edwiges Rosa. **O Jornal Imprensa Evangélica: Diferentes Fases no Contexto Brasileiro (1864-1892)**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2009.

¹⁵¹ CRUZ, KARLA JANAINA COSTA. **Cultura impressa e prática leitora protestante no oitocentos. Tese de doutorado**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014

¹⁵² CRUZ, KARLA JANAINA COSTA. **Cultura impressa e prática leitora protestante no oitocentos. Tese de doutorado**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014. p. 19

¹⁵³ CRUZ, KARLA JANAINA COSTA. **Cultura impressa e prática leitora protestante no oitocentos. Tese de doutorado**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.P. 127

Obs: Por erro de digitação da versão disponibilizada pela Universidade Federal da Paraíba, a data de encerramento da Imprensa Evangélica é de 1862, quando, na verdade o periódico teve as suas atividades encerradas em 1892. Também é importante mencionar que a tabela não considera o editor nas distintas fases dos periódicos, mas apenas o editor Fundador.

O Púlpito Evangélico	Emanuel Vanorden	Presbiteriana	São Paulo; Rio de Janeiro	Mensal	1884-1885	Propaganda Evangélica, doutrina, instrução, relatórios sobre as Igrejas.
O Pregador Cristão	Emanuel Vanorden	Presbiteriana	Rio Grande do Sul (RS)	?	1877-1887	Propaganda evangélica, doutrina, apologia, polemicas envolvendo questões éticas e sociais. Notícias Locais.
O Púlpito Evangélico	Edward Lane	Presbiteriana	Campinas/Lavras (SP; Rio de Janeiro)	Mensal	1888-1900	Propaganda Evangélica, doutrina, apontamentos históricos, notícias religiosas.
Salvação de Graça	John R. Smith	Presbiteriana	Recife (PE)	Mensal	1885	Propaganda evangélica, doutrina, apontamentos históricos, apologia.
O Evangelista	John Boyle	Presbiteriana	Bagagem (MG)	?	1889-1893	Propaganda Evangélica, doutrina, controvérsias envolvendo a moral dos padres católicos.
O Século	William C. Porter	Presbiteriana	Natal (RN)	Semanal	1895	Propaganda Evangélica política (questões republicanas).
O Estandarte	Eduardo Pereira, Bento Ferras, Remígio Leite.	Presbiteriana	São Paulo		1893 – ainda em circulação.	Propaganda evangélica, doutrina, polêmica intradenominacional (ataque da maçonaria).
O Puritano	Álvaro Reis	Presbiteriana	Rio de Janeiro	Semanal	1899-1957	Propaganda Evangélica, doutrina, polemica intradenominacional (defesa maçonaria)
Methodista Catholico	John J. Rason	Metodista	Rio de Janeiro	Quinzenal	1886	Propaganda Evangélica, moralidade sócio-religiosa, doutrina.
Expositor Cristão	James L. Kened	Metodista	Rio de Janeiro	Quinzenal	1887 – ainda em circulação	Propaganda Evangélica, moralidade sócio-religiosa, doutrina.

O Apologista Cristão	Justus H. Nelson	Metodista	Manaus	Semanal/Mensal/quinzenal.	1890–1910	Propaganda Evangélica, Doutrina, Informes locais, nacionais e internacionais, política (questões republicanas).
O Cristão	?	Congregacional	Rio de Janeiro	Mensal	1892 – ainda em circulação	Propaganda Evangélica, doutrina, apologia.
O Estandarte Cristão	Lucien L Kinsolving, James W. Morris	Episcopal	Porto Alegre(RS)	?	1893 – ainda em circulação	Propaganda Evangélica, doutrina, informes sobre a denominação e suas atividades.
Eco da verdade	Zachariah Taylor	Batista	Salvador(BA)	?	1886-1900	Propaganda Evangélica, doutrina, Informes denominacionais.
A Aurora	Emanuel Vanorden	Presbiteriano	São Paulo	Mensal	1892 - ?	Propaganda Evangélica, instrução e ensino bíblico

De acordo com a autora, a imprensa protestante utilizava de gêneros comuns à imprensa secular com uma finalidade utilitarista. Ela também lembra que, mesmo antes da fundação dos jornais protestantes, os missionários publicavam em periódicos seculares, como o caso de Kalley, o médico congregacional que começou publicando a obra *O Peregrino* de John Buynan no Correio Mercantil em 1861¹⁵⁴.

Quadro 03 – Gêneros veiculados nos Jornais Protestantes Oitocentistas.¹⁵⁵

Gênero textual	Comunidade leitora	Utilitarismo	Exemplos
Sermão	Obreiros, leigos e pastores	Fornecer conteúdo para as prédicas, especialmente para as novas igrejas que não possuíam pastores formados.	“ O Salvador Vivo.” (Por A. G. Simonton) In: <i>Imprensa Evangélica</i> (19/12/1891, p.399).

¹⁵⁴ CRUZ, KARLA JANAINA COSTA. **Cultura impressa e prática leitora protestante no oitocentos. Tese de doutorado.** Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.P.88

¹⁵⁵ CRUZ, KARLA JANAINA COSTA. **Cultura impressa e prática leitora protestante no oitocentos. Tese de doutorado.** Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.P.157

Fábula	Leitores em geral	Transmitir preceitos da moral evangélica.	“O bagre desobediente”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (01/12/1866, p. 1184)
Conto	Leitores em geral	Transmitir preceitos da moral evangélica.	“Pedro, o porteiro”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (06/10/1866.p.149)
Parábola	Leitores em geral	Transmitir preceitos da moral evangélica.	A Humildade. Uma parábola escrita por Guilherme que a ouviu do seu mestre”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (01/01/1870;p.02)
Poemas	Leitores em geral	Promover a doxologia e exaltação das virtudes cristãs(amor, alegria, paz, etc).	“A glória de Deus”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (01/01/1870; p.02)
Estudos Teológicos	Pastores, professores, estudantes de teologia.	Transmitir ensinamento teológico e doutrinário.	“A Justificação”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (05/02/1970;p.18)
Enigma	Leitores em geral	Entreter e incentivar o conhecimento de dados bíblicos.	“Enigma”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (17/07/1875;p.112)
Carta	Leitores em geral/Crianças	Aconselhar e transmitir preceitos morais	“Uma carta de Lutero”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (19/01/1884;p.12)
Artigos de Opinião	Leitores politizados	Transmitir opiniões sobre assuntos políticos pelo viés da ética protestante.	“Escravidão e colonização”.(por Joaquin Nabuco) In: <i>Imprensa Evangélica</i> (29/03/188;p.46)
Tratados Doutrinários	Pastores, professores e estudantes de Teologia	Transmitir conhecimentos doutrinários.	“A Doutrina da Bíblia sobre a salvação de graça e as boas obras”. (Por João M. G. dos Santos). In: <i>Imprensa Evangélica</i> (12/04/1884; 52-53)
Ensaio Literários	Pastores, professores, estudantes de Teologia	Incentivar a escrita de autores evangélicos e transmitir preceitos da moral evangélica.	“A Dignidad” (por “uma das discípulas do internato dirigido por Exma. Sra. D. Palmyra C. Leite, de Sorocaba”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (04/10/1984;p.151)
Romance	Mulheres e crianças	Transmitir elementos da moral protestante através da ficção.	“Lúcia ou a literatura da Bíblia”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (05/11/1864;p.5)
Comentário Bíblico	Obreiros leigos e pastores	Instrumentar os pastores para o ensino e preparo das prédicas.	“ A Epístolas de S. Paulo aos Romanos, analysada”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (05/11/1864;p.6-8)
Catecismo	Crianças	Instruir sobre o conhecimento bíblico e doutrinário	“Breve Catechismo para meninos”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (06/05/1864;p.7-8)
Liturgia	Família	Instruir sobre a ordem dos cultos domésticos.	“ Instrução e culto doméstico”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (03/06/186;p.4-5)
Relatório	Leitores em geral	Transmitir informações sobre as ações evangélicas dos missionários protestantes e mover os leitores pelo discurso exemplar.	“ O evangelho na China”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (20/03/1869;p.5-6)
Hino	Leitores em geral	Promover a doxologia e a propagação da doutrina evangélica através da música. Compor a liturgia dos cultos evangélicos.	“Hino de louvor”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (01/05/1865;p.08)
Tratado Histórico	Pastores, professores, estudantes de	Veicular conhecimento sobre a história da igreja cristã	“história da Reforma”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (10/01/1891;p.12)

	Teologia		
Citações	Leitores em geral	Aconselhar, transmitir preceitos morais e valorizar a ética e princípios cristãos.	“Citações de Sto. Agostinho, Montesquieur, Linnêo Platão, etc. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (19/12/1891;p.394)
Trava Língua	Leitores em geral	Produzir entretenimento e recreação	“ Para ler depressa”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (03/01/1891;p.03)
Anedota	Leitores em geral	Produzir entretenimento e recreação	“Uma anedota engraçada”. In: <i>Imprensa Evangélica</i> (03/04/1875;p.56)

Nos últimos anos em que o *Imprensa Evangélica* circulou, a sede da sua redação estava em São Paulo. Em 1891, o redator chefe era o Reverendo Wandwell, que entregou ao sr. J. A. Corrêa a responsabilidade de gerenciar o periódico. A revisão e distribuição ficavam com os estudantes de teologia ¹⁵⁶.

Além da falta de apoio financeiro na missão para que o jornal continuasse, os estrangeiros não concederam os direitos para que o periódico seguisse organizado pelos nacionais. Assim, em 1892, as atividades do *Imprensa Evangélica* foram encerradas.

Desde o desaparecimento da *Imprensa Evangélica*, até então publicada pelos missionários, surgiu a ideia, entre os nacionais, de ressuscitá-la; mas, como da declaração que fez, por ocasião de sua suspensão, se deduzia ser esta temporária nada se podia fazer sem aquiescência de seus editores. Estes, porém, negaram-se a ceder aos nacionais o direito que tinham sobre o título da publicação. Quem escreve estas foi um dos membros da comissão encarregada de entender-se com os missionários a tal respeito¹⁵⁷.

Os nacionais só conseguiram os direitos do periódico em 1898 quando o Reverendo Matias Gomes dos Santos ressuscitou o *Imprensa Evangélica* na Bahia por alguns anos¹⁵⁸. Não tivemos, porém, acesso a esta documentação.

O que foi ensinado e divulgado na *Imprensa Evangélica* sobre a vida na terra e a história da humanidade até o retorno de Jesus? Havia uma esperança de que o “Reino de Deus” seria pleno quando a humanidade chegasse a um elevado nível de progresso

¹⁵⁶LESSA, Vicente Themudo. **Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo: Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. (1863-1903)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. (Obra Organizada em 1938). p. 320.

¹⁵⁷ LESSA, Vicente Themudo. **Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo: Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. (1863-1903)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. (Obra Organizada em 1938). p.343.

¹⁵⁸LESSA, Vicente Themudo. **Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo: Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. (1863-1903)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. (Obra Organizada em 1938). p. 547.

moral, científico e civilizatório? Como ocorreria a expansão do “Reino de Deus” no Império do Brasil? Como tal expansão transformaria a condição humana? Qual o papel do homem e de Deus para a efetivação dessa transformação? Quais os papéis, do Estado, da família, da igreja e dos indivíduos nesta expansão? A partir de agora, exploraremos tais questões a partir da análise do conceito de “Reino de Deus” presente nas distintas fases do periódico e dos conceitos de “providência” e “humanidade” a partir dos casos da guerra do Paraguai, de Secessão e do *Risorgimento Italiano*.

CAPÍTULO 2

A METÁFORA DO “REINO DE DEUS” NO JORNAL *IMPrensa EVANGÉLICA*.

2.1 – Considerações preliminares sobre linguagem e escatologia.

Sabe-se que a legitimidade das metáforas na construção de sentidos é criticada pelos credores da objetividade científica já que a subjetividade do signo linguístico pode gerar uma imprecisão dos saberes. É preciso sinalizar que os estudos da linguagem estiveram, durante muitos séculos, marcados por princípios racionais lógicos que, por conseguinte, deram espaço aos estudos históricos por meio dos quais as transformações linguísticas assumem uma certa regularidade e não dependem das ações dos homens enquanto indivíduos. Contudo, a partir dos postulados linguísticos de Ferdinand de Saussure¹⁵⁹ deu-se o advento do estruturalismo a partir do qual os teóricos passaram a dedicar-se às inter-relações culturais que projetam o signo em uma dada cultura. Para os estruturalistas, a língua é um sistema vivo e, por isso, não pode ser estudada somente a partir de uma visão diacrônica (linguística histórica), mas deve ser avaliada a partir de sua inserção em determinado contexto (visão sincrônica). Essa constatação é importante porque revela que os componentes linguísticos estão em constantes transformações e são construídos por pares de opostos que dialogam com a visão dicotômica da linguagem discutida por Saussure em seu *Curso de Lingüística Geral*: língua versus fala; sincronia versus diacronia; sintagma *versus* paradigma; e significante versus significado. Em síntese, as dicotomias saussurianas consideram que a língua não é um elemento individual, mas sim uma rede de signos que advém de convenções estabelecidas pela sociedade.

O sistema linguístico saussuriano permite ao homem, a partir da palavra, organizar a realidade e a percepção do universo que lhe rodeia. Esse é um mecanismo que se dá através da intersecção de processos históricos e contratos sociais que caracterizam o seu uso. Segundo Saussure, o signo linguístico compõe-se de um conceito e de uma imagem acústica, ambos extrínsecos ao indivíduo e pertencentes às sistematizações socioculturais e históricas. Por seu caráter sistêmico, a filosofia estruturalista é acusada de destruir a autossuficiência da racionalidade humana já que o homem, subjugado por sistemas culturais concretos (entre eles linguísticos) desde o seu

¹⁵⁹De Saussure, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral* 30ª ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

Ferdinand de Saussure foi professor na Universidade de Genebra e, logo após a sua morte, os seus discípulos reuniram os seus estudos na obra *Curso de Linguística Geral*.

nascimento, tem a sua autonomia e subjetividade prejudicadas.

O filósofo contemporâneo Paul Ricoeur, respeitado pesquisador da área da hermenêutica e da fenomenologia, apropria-se da ideia do signo linguístico de Saussure, no entanto busca encontrar uma teoria do sujeito e, conseqüentemente, coloca em evidência a subjetividade do discurso. O autor francês, portanto, reconhece que a concretização da linguagem enquanto língua não é algo estático e predeterminado por um sistema cultural, mas sim uma questão dinâmica e, também, individual. Em sua obra *A metáfora viva*¹⁶⁰, o estudioso evidencia o "estranho uso das palavras" que designa coisas distintas permitindo um alargamento de sentidos. Para ele, é possível tecer uma estreita relação entre a metáfora e a retórica: “Poesia e eloquência delineiam deste modo dois universos do discurso distintos. Ora, a metáfora tem um pé em cada um destes domínios (...) há, portanto, uma única estrutura da metáfora [transferência do sentido] mas duas funções da metáfora [retórica e poética]”¹⁶¹.

Além do sentido retórico, Ricoeur apresenta a importância de considerar-se os aspectos semânticos da metáfora. Para isso, ele recorre às críticas da semântica moderna e às classificações da metáfora feitas pela retórica antiga. Seis críticas são apresentadas. Na primeira delas, ele sustenta que a metáfora não se trata de uma figura concernente à nomenclatura, mas ao sentido, não sendo apenas “um acidente da nomenclatura”. A segunda, antes de propor uma mudança de sentido das palavras, ela propõe uma mudança dos enunciados não sendo possível, portanto, compreender uma palavra metafórica, mas sim um “enunciado metafórico”. Conforme a terceira, a razão desta mudança não é uma mera ilustração, porém a conciliação de duas ideias normalmente entendidas como incompatíveis, sendo a metáfora responsável tanto pela identificação, como pela fundação de uma semelhança entre elas. De acordo com a quarta crítica, mais que uma substituição e uma associação por semelhança entre palavras, a metáfora propõe uma tensão e uma inovação semântica, de modo que o novo sentido não pode ser encontrado nos dicionários ou nos usos convencionalmente estipulados numa sociedade¹⁶².

Por seu caráter inovador de um enunciado metafórico fundado num discurso inédito e compreendido pelos receptores como um paradoxo a ser decifrado, a metáfora é viva. Caso entrasse nos dicionários ou no uso corriqueiro das palavras, a metáfora se

¹⁶⁰ RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. P. 41

¹⁶¹ RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. P. 19

¹⁶² RICOEUR, Paul. **Hermenêutica bíblica**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. P.171-173.

tornaria morta e, portanto, deixaria de ser metáfora como, por exemplo, a palavra “pé-de-mesa”. A quinta observação sugere que a outra marca desta inovação semântica é a impossibilidade de traduzir a metáfora na tentativa de reestabelecer um sentido literal. Neste caso, o significado metafórico seria diluído e não compreendido pelos receptores de outro contexto sócio-histórico-linguístico. Por último, a metáfora diz algo novo sobre a realidade de um dado contexto.

A fundação da metáfora do “Reino de Deus” foi atribuída, de acordo com os presbiterianos, à Jesus Cristo no contexto do domínio do Império Romano sobre a região da Palestina. Contudo, os usos deste conceito metafórico foram ganhando novos sentidos à medida em que foram sendo incorporados, com sentidos variados, às vivências religiosas de diversos segmentos do Cristianismo ao longo do tempo. A expressão deixou de ser algo utilizado de modo simples, poético e retórico direcionado ao homem comum da Palestina, e passou pelas análises dos teólogos, que nela buscaram, mais que um uso prático para o cotidiano, compreender aspectos do “agir de Deus sobre a história da humanidade”. Portanto, o “Reino de Deus” passou a ser um conceito chave da escatologia.

De acordo com Antony A. Hoekema, professor de Teologia Sistemática no Calvin Seminary entre os anos de 1958 e 1978, a Escatologia, para além das suas aplicações individuais e coletivas, é uma área da teologia que envolve tanto aspectos futuros, “escatologia futura”, como aspectos presentes, “escatologia inaugurada”. Sobre seus elementos futuros, em relação aos indivíduos, ela ocupa-se de assuntos como a morte física, imortalidade da alma e o estado intermediário entre a morte individual e a ressurreição coletiva; em relação ao universo e à totalidade dos seres humanos, a escatologia trata do retorno de Cristo, da ressurreição geral, do juízo final e do estado final das últimas coisas, como a criação de um “novo céu e uma nova terra”. Sobre seus elementos presentes, ela preocupa-se em investigar a situação atual do cristão e a atual fase do “Reino de Deus”.¹⁶³

Na *Teologia Sistemática* de Charles Hodge¹⁶⁴, a divisão da escatologia aparece de modo semelhante, e o conceito de “Reino de Deus” é destacado em dois momentos. Primeiramente, na parte sobre Cristologia e, posteriormente, na parte sobre Escatologia.

¹⁶³ HOEKEMA, Antony A. **A Bíblia e o Futuro**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. P.12

¹⁶⁴ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001

Hoekema defende que a pessoa de Jesus Cristo confunde-se no Novo Testamento com o seu próprio “Reino”¹⁶⁵. Para Hodge, falar sobre Cristo implica em falar também sobre a sua função enquanto rei.

Como, portanto, o conceito de “Reino de Deus”, seria um bom indicativo da “expectativa” dos presbiterianos na formação do presbiterianismo brasileiro? Uma vez associado à “escatologia presente”, não seria este conceito importante apenas para a compreensão da “experiência” dos presbiterianos? Mesmo considerando apenas os aspectos da “escatologia presente” que envolvem o “Reino de Deus”, podemos encontrar elementos da expectativa presbiteriana, uma vez que a sua utilização é motivada muitas vezes pela tentativa de compreensão do estágio atual do “Reino” em relação aos eventos futuros que são aguardados. Além de presente e futuro, não devemos deixar de considerar os aspectos do tempo “passado” que se fazem presentes no conceito de “Reino de Deus”.

Para Charles Hodge, o “Reino de Deus” foi iniciado de modo preparatório desde a “queda” de Adão e é composto por todos os homens que “reconhecem, adoram, amam e obedecem a Jeová como único Deus vivo e verdadeiro”¹⁶⁶. Temos aqui dois elementos de continuidade do Velho Testamento no Novo Testamento: “Povo de Deus” e “Reino de Deus”. Eles são chaves na compreensão da hermenêutica presbiteriana aliancista, ou teologia do pacto, também chamada de federalismo, que baseia a sua perspectiva a respeito do “Reino de Deus” e suas respectivas implicações políticas em oposição às concepções dispensacionalistas.

Para alguns teólogos do início do século XX como Ritschl, Harnack e C.H. Dodd, o “Reino” seria algo exclusivamente presente, enquanto para outros, como, Weiss, Schweitzer e Moltmann o “Reino” seria exclusivamente futuro¹⁶⁷. Contudo, para Charles Hodge e os primeiros presbiterianos no Brasil (a partir do que foi difundido no periódico *Imprensa Evangélica*), a metáfora do “Reino de Deus” condensava noções de passado, presente e futuro, sendo, portanto, elementar na compreensão da “experiência”

¹⁶⁵ HOEKEMA, Antony A. **A Bíblia e o Futuro**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.P. 54

“Isso fica evidente se observarmos as passagens paralelas nos sinóticos, que tratam da história do jovem rico. Em resposta à pergunta de Pedro: “Eis que nós tudo deixamos e te seguimos; que será, pois, de nós? (Mt 19.27), Jesus diz: “todo aquele que tiver deixado casa, irmão, pai, mãe, filhos ou campos, *por causa do meu nome*, receberá muitas vezes mais e herdará a vida eterna”(v.29, grifo do autor). Já em Lucas, Jesus fala em deixar todas estas coisas “por causa do “Reino de Deus””.

¹⁶⁶ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. Capítulo XI. P.929

¹⁶⁷ HOEKEMA, Antony A. **A Bíblia e o Futuro**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. P. 52

e “expectativa” religiosa no Império de Brasil.

As expressões “Reino de Deus”, “Reino de Jesus Cristo” e “Reino dos Céus” de acordo com Hodge são intercambiáveis. Chamado de “Reino de Jesus Cristo” por Cristo ser o seu administrador e governante máximo, estabelece, pois, o que havia sido apenas prenunciado no Antigo Testamento. E chamado de “Reino dos Céus”, por ser espiritual e celestial, porque será habitado consumado nos céus¹⁶⁸.

Este “Reino” é exercido por Cristo em esferas diferentes: “reino de poder” e “reino da graça”. Em seu “reino de poder”, no domínio de Cristo sobre todo o Universo, cuja autoridade é “exercida em um controle providencial e para o benefício da igreja. (...) Controla e reprime os principados, potestades, governadores deste mundo, bem como espíritos de maldade. Predomina sobre todos os assuntos das nações e dos indivíduos para o mesmo fim”¹⁶⁹. No “reino da graça”, é também exibido em dois aspectos: o invisível e o visível. O invisível consiste no domínio de Cristo sobre todo o seu povo individual e coletivo, por todos que decidiram pela fé, ao longo de toda a história da igreja, seguir as suas leis, mantendo a humildade de espírito, a mansidão, a misericórdia, e fugindo da avareza, soberba e dos fortes desejos, alcançando a salvação gratuitamente.¹⁷⁰ O visível consiste numa manifestação externa dos seus aspectos espirituais e invisíveis do “reino”, ou seja, seria a igreja visível. Tal manifestação deve seguir diretrizes espirituais, não buscando um domínio sobre assuntos civis, políticos ou seculares. Ele é católico, ou universal, por abarcar todos os que professam a “verdadeira religião”, que não se limita a uma instituição religiosa. E é temporal, pois deve ser finalizado com o “segundo advento de Cristo”¹⁷¹.

O *Breve Catecismo de Westminster* também afirma a função de rei de Cristo ao sujeitar todos os cristãos a si mesmo, protegendo e governando sobre todos de modo a conter e subjugar todos os seus inimigos¹⁷². Nas *Institutas da Religião Cristã*, João Calvino demonstra três funções essenciais de Cristo: ofício profético, ofício real e ofício sacerdotal¹⁷³. A eternidade do seu “reino” se aplicaria tanto a todo o corpo da Igreja como a cada um de seus membros.

¹⁶⁸ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. Capítulo XI. P. 931

¹⁶⁹ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. Capítulo XI. P. 932

¹⁷⁰ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. Capítulo XI. P. 934

¹⁷¹ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. Capítulo XI. P. 934-937.

¹⁷² Catecismo breve de Westminster. Disponível em: << <http://www.ipb.org.br/recursos> >>P. 31

¹⁷³ CALVINO, João. **As Institutas da Religião Cristã**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Capítulo XV P. 248 - 256.

Por se tratar de um “reino espiritual”, para João Calvino, os que participam do “reino” na condição de “filhos do rei”, não são mais favorecidos com “bênçãos terrenas”, antes, estão sujeitos a todos os tipos de moléstias, assim como aconteceu com Jesus Cristo. As bênçãos, antes de tudo, são “espirituais”. Os cristãos, portanto, ao receberem o Espírito Santo, carregam consigo tudo que precisam para vencer “as ciladas do diabo” e para guardar na alma a esperança de vida eterna consumada no “estado eterno onde não haverá mais morte, fome ou dor”¹⁷⁴.

Calvino defende que as promessas de Deus ao povo hebreu no *Velho Testamento* são realizadas na pessoa de Cristo.

Deve atribuir-se o que se diz no Salmo [89.35-37]: “Uma vez a Davi jurei por minha santidade, não mentirei; sua semente permanecerá para sempre; seu trono será como o sol à minha vista, como a lua será firmado para sempre, e fiel testemunha será no céu.” Pois não há dúvida de que aí Deus está prometendo que, pela mão de seu Filho, haverá de ser o eterno mentor e protetor da Igreja. Ora, não em outra parte, senão que em Cristo, se achará a verdade deste vaticínio, pois, imediatamente após a morte de Salomão, a dignidade do reino foi, em sua maior porção, posta por terra, e com a ignomínia da família davídica foi transferida a um homem estranho. Mais tarde foi ela pouco a pouco diminuída, até que, por fim, decaísse de todo em uma triste e vergonhosa ruína. O mesmo sentido tem essa exclamação de Isaías: “Sua geração, quem a narrará!” [Is 53.8]. Pois está a proclamar que Cristo assim haverá de sobreviver à morte que o liga com seus membros¹⁷⁵.

Ou seja, a Igreja é uma continuação do povo de Israel, que no *Velho Testamento* recebera promessas de um “reino” eterno não concretizadas no “mundo terreno”, mas concretizadas no “mundo espiritual” mediante a pessoa de Cristo, que se tornou não apenas rei de uma nação, como se limitasse os benefícios dos seus feitos ao povo judeu, mas de pessoas que procedem de todas as “tribos línguas, povos e raças”. Para Calvino, a inauguração deste “reino” na pessoa de Cristo implicaria a ausência da necessidade de Deus manter a promessa da restauração do Reino de Davi e da sua manutenção por toda a eternidade. Tal aspecto da teologia de João Calvino constitui um elemento comum entre as perspectivas da *Teologia da Aliança*, ou federalismo, que, mesmo mantendo variações por defenderem diferentes aplicações para o princípio teológico de que a Igreja seria o “novo Israel”, enfatiza mais os elementos de continuidade entre os testamentos, sobretudo no que se trata dos conceitos de *Povo de Deus* e de Reino de

¹⁷⁴ CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Capítulo XV P. 252

¹⁷⁵ CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Capítulo XV P. 249.

Deus.

Se a igreja é o “novo Israel”, os princípios que baseiam leis civis¹⁷⁶ instituídas aos hebreus por Moisés prescritas no *Pentateuco* deveriam continuar sendo válidos para os que habitavam em Genebra no tempo de Calvino, ou na Escócia na ocasião da formação da Igreja Presbiteriana e, pouco depois, na elaboração da *Confissão de Fé de Westminster*. O mesmo aconteceria aos protestantes que mudaram para a América ou mesmo aos Presbiterianos que fizeram missão no Império do Brasil? Apesar de alguns grupos reformados afirmarem que sim, vemos na história da Igreja Presbiteriana, sobretudo nos Estados Unidos e no Brasil, uma alternativa à teonomia¹⁷⁷.

A negação do teonomismo, por sua vez, não implica necessariamente no dispensacionalismo. A própria teologia da aliança apresenta inúmeras variações quanto às concepções escatológicas mais, especificamente, quanto as concepções de “Povo de Deus” e “Reino de Deus”, que, mesmo enfatizando os elementos de continuidade do Antigo Testamento em relação ao Novo Testamento, encaram a aplicação dos princípios da lei civil mosaica ao mundo contemporâneo de modo distinto dos teonomistas.

Rodney Petersen, professor de Desenvolvimento Humano e Relações Internacionais na Webster University em Genebra fez uma síntese diacrônica das relações propostas entre o Antigo e o Novo Testamento ao longo da história do Cristianismo, considerando tanto as abordagens hermenêuticas que enfatizaram os elementos de continuidade do Antigo em relação ao Novo, como as abordagens que enfatizaram os elementos de descontinuidade¹⁷⁸. Havia uma abordagem comum entre João Calvino, Ulrico Zuínglio e Henrique Bullinger que os diferenciavam dos luteranos. Eles enfatizavam a superfície ou sentido histórico dos textos proféticos do Antigo Testamento, em contraposição ao alegorismo mais comum entre os luteranos.

¹⁷⁶A Confissão de Fé de Westminster prevê aplicações diferentes para as leis contidas no pentateuco, que são divididas em: cerimoniais, civis e morais. As cerimoniais teriam sido ab-rogadas com o sacrifício de Cristo, enquanto as leis civis foram encerradas, não ab-rogadas, com o fim da nacionalidade do povo de Israel, sendo exigido dos cristãos apenas o que a equidade dessas leis ensinam, não as leis propriamente ditas.

¹⁷⁷O teonomismo consiste na ideia de que “a igreja e o Estado permanecem essencialmente na mesma relação mútua como nas dimensões cerimonial e civil da vida de Israel sob Moisés”. FEINBERG, John S. **Continuidade e descontinuidade: perspectivas sobre o relacionamento entre o antigo e o novo testamento: Ensaio em homenagem ao S. Lins e Johnson Jr.** São Paulo: Hagnos, 2013.P. 441

¹⁷⁸PETERSEN, Rodney. **Continuidade e descontinuidade: o debate ao longo da história da igreja.** In: FEINBERG, John S. Continuidade e descontinuidade: perspectivas sobre o relacionamento entre o antigo e o novo testamento: Ensaio em homenagem ao S. Lins e Johnson Jr. São Paulo: Hagnos, 2013. P.13-34.

Também é importante lembrarmos o que a *Confissão de Fé de Westminster* afirma sobre a continuidade das leis do Antigo Testamento nos tempos iniciados com a chegada de Cristo.

IV. A eles (**hebreus**) também, considerado como um corpo político, Ele (**Deus**) deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige *a sua equidade geral* (Ex cap. 21; Ex 22:1-29; Gn 49:10 com 1Pe 2:13,14; Mt 5:17 com versos 38,39; 1Co 9:8-10).

Apesar desta parte da *Confissão de Fé de Westminster* não ter sido alterada na sua versão estadunidense, a aplicação nas distintas fases do presbiterianismo se deu de formas diferentes. No caso europeu, a expressão “leis civis que terminaram com aquela nacionalidade” difere da expressão “ab-rogadas”. O fato de ter “terminado” com a nação israelense, não parece indicar que as suas leis civis, ou seus princípios, devessem ter o uso abolido por todos os povos para sempre, inclusive pela igreja. Também não é afirmado na Confissão que o Novo Testamento tornaria estas leis desnecessárias. Contudo, ao se referir às leis cerimoniais, a Confissão anuncia a sua “ab-rogação” sob o Novo Testamento. Ou seja, o Novo Testamento revogaria completamente o Velho que apenas renunciava a obra de Cristo. Mesmo não tomando a Confissão como um reflexo da experiência da igreja e da sociedade inglesa de meados do século XVII, consideramos a sua relação com as discussões públicas que, neste caso, buscava no Velho Testamento um modelo, isto é, um exemplo a ser seguido pelo “novo Israel”. Assim, a “equidade geral da lei”, no caso da lei de Moisés, foi tratada pelos ingleses do século XVII como uma exemplo a ser seguido, não apenas pela Igreja, mas por toda a sociedade.

2.2 – O uso de textos escatológicos no *Imprensa Evangélica*

Os usos de conceitos escatológicos no *Imprensa Evangélica* aparecem muitas vezes associados ao livro de *Apocalipse*. Ao mapear o uso do livro de apocalipse e de termos relacionados à segunda vinda de Cristo no *Imprensa Evangélica*, verificamos que, além aplicações da escatologia individual, coletiva, presente (inaugurada/realizada) e futura, aparecem muitas aplicações das doutrinas da salvação (soteriologia) e da igreja (eclesiologia). Tais temas, contudo, não aparecem de modo separado. Cada um tangencia o outro, uma vez que o uso e a aplicação de textos bíblicos nem sempre são dispostos de maneira sistemática, tal como acontece no campo da Teologia Sistemática. Como podemos ver no seguinte uso do texto de *Apocalipse*.

Desde a sua ascensão ao céu Ele vive e reina no trono de Deus, revestido de tanta glória e de tanto resplendor que S. João, vendo em visão, caiu ante seus pés como morto. **Apocalipse 1: 13-17** Meditando na sua vida e paixão, e crendo na sua intervenção à tua mão direita, sejamos transformados na mesma imagem pelo Espírito-Santo, e preparados para ir gozar no céu da visão beatífica que só poderá fazer a nossa perfeita felicidade¹⁷⁹.

Neste caso, o versículo de *Apocalipse* foi utilizado para fundamentar uma doutrina sobre a pessoa de Cristo, sua divindade e sua função de rei. A ideia era demonstrar que, antes de configurar idolatria, a contemplação da pessoa de Cristo enquanto “rei soberano ressurreto” outorga aos humanos uma adoração contrita e imediata. Se considerarmos a Sistemática, temos uma discussão sobre cristologia (pessoa de Cristo) e, ao refletir sobre a *trindade*, sobre teologia própria (a pessoa de Deus). O uso de tal texto insere-se dentro de um comentário sobre o segundo mandamento “não farás para ti imagem de escultura”. A adoração à Cristo, portanto, enquanto não fosse realizada na consumação dos eventos finais, visualizados por São João de modo sobrenatural, deveria ser realizada “em espírito”, não mediante o uso de imagens que supostamente o representavam enquanto servo ou rei glorificado, mas que, verdadeiramente, “tem muito mais probabilidade de sair com as feições do Pintor”¹⁸⁰. Ou seja, este texto bíblico costumeiramente associado à doutrina das últimas coisas aqui é aplicado de modo a refutar uma doutrina do catolicismo romano que incentiva as representações da pessoa de Cristo. Tal uso sinaliza a postura anticatólica dos presbiterianos que vieram para o Brasil fazer missão no século XIX. Além disso, a aplicação final do texto é elaborada no intuito de convencer os leitores de que a salvação é oferecida somente aos que confiam exclusivamente na pessoa de Cristo, homens que experimentarão, no “estado eterno”, a verdadeira felicidade.

Consideramos, portanto, que a compreensão dos usos de livros e conceitos diretamente associados à doutrina das últimas coisas, apresentam implicações sobre outras áreas do pensamento teológico e das experiências cristãs com as relações dos seus respectivos sujeitos, envoltos em questões sociais e políticas.

Tentamos fazer uma divisão básica dos usos do livro de *Apocalipse* e de textos referentes a *segunda vinda de Cristo* de modo a classificar os que tratam dos indivíduos

¹⁷⁹ *Imprensa Evangélica*, 3 de junho 1865 -Ed. 00015. P. 5 – INSTRUÇÃO E CULTO DOMÉSTICO. O Segundo Mandamento

¹⁸⁰ *Imprensa Evangélica*, 3 de junho 1865 – Ed. 15 - (1) P. 5 – INSTRUÇÃO E CULTO DOMÉSTICO. O Segundo Mandamento

no presente e no futuro, e da humanidade/igreja no presente o no futuro. Mesmo ajudando na organização da documentação, tal classificação apresentou alguns limites. Vejamos, por exemplo, o caso do *Breve Catecismo Para Meninos* que indaga até quando permanecerão dentro da igreja os homens que não eram verdadeiramente regenerados em Cristo. Como resposta, o catecismo afirma “até a segunda vinda de Christo”¹⁸¹. Temos um tema relacionado à eclesiologia (o presente da igreja), que é estruturada a partir de uma expectativa futura (a segunda vinda de Cristo). Ambos os tempos encontram aplicações na vida do indivíduo, tendo sido ele “regenerado” ou não, e na vida da Igreja e da humanidade (aspectos coletivos). Neste ponto, o discurso institucional expresso pelo catecismo demonstra aspectos da visão acerca da relação entre os cristãos na igreja visível no tempo presente, que vive debaixo na relação com as autoridades civis, e da relação que será estabelecida no futuro.

Para Pedro Henrique C. Medeiros, durante a gestão de Alexander Latimer Blackford o periódico *Imprensa Evangélica* seria marcado pela principal ideia que fundamentou o pensamento do editor chefe, sendo esta o pré-milenarismo¹⁸². Sem recorrer aos documentos próprios do missionário Blackford, Medeiros associa o pensamento deste ao discurso teológico do *Imprensa Evangélica* no período da sua gestão, tempo em que os artigos não eram assinados.

Ao analisar os artigos da série *O Catecismo Da Nossa Redenção*¹⁸³, Medeiros afirma que a doutrina dispensacionalista foi difundida pelo *Imprensa Evangélica* na gestão de Blackford. Ele, porém, não demonstra de que maneira este catecismo expressa uma posição dispensacionalista, exceto pelo fato dele mencionar que Deus havia planejado a salvação da humanidade. Este aspecto é comum ao cristianismo, sobretudo às vertentes protestantes, não ao dispensacionalismo. Entretanto, ao apresentar o dispensacionalismo, Medeiros toma como exemplo apenas o caso do “dispensacionalismo clássico” expresso na primeira versão da Bíblia de Estudo Scofield, que popularizou a teoria de John N. Darby. Portanto, Medeiros não considerou a diversidade de correntes dispensacionistas, como os revisados e progressivos, e suas

¹⁸¹ *Imprensa Evangélica*, 06 de maio de 1864 - 00013 (1) P.7 - O BREVE CATECHISMO PARA MENINOS

¹⁸² DE MEDEIROS, PEDRO HENRIQUE CAVALCANTE. **Pelo progresso da sociedade: A imprensa protestante no Rio de Janeiro Imperial (1864-1873)**. Dissertação de mestrado de História defendida em 2014 pela UFRJ. P.56

¹⁸³ DE MEDEIROS, PEDRO HENRIQUE CAVALCANTE. **Pelo progresso da sociedade: A imprensa protestante no Rio de Janeiro Imperial (1864-1873)**. Dissertação de mestrado de História defendida em 2014 pela UFRJ.P.41

implicações históricas, o que tornaria mais difícil até mesmo a tarefa de definir esta corrente teológica. Segundo a sua definição, o dispensacionalismo consiste em:

Uma filosofia cristã da história. Tal doutrina sustenta que a relação de Deus com o homem está dividida em sete dispensações, todas elas referidas na Bíblia. A primeira seria a do homem em estado de inocência, compreendida entre a criação e a expulsão de Adão e Eva do jardim do Éden. A segunda, chamada de consciência, compreende a expulsão do jardim do Éden até o dilúvio. A terceira dispensação é a do domínio do homem sobre o mundo que vai do dilúvio até a torre de Babel. A quarta dispensação é a do homem sob a promessa de Deus, compreende o período entre a Torre de Babel e a escravização do povo israelita pelos egípcios. Em seguida, houve a dispensação do homem sob o governo da lei, compreendida entre Moisés e a crucificação de Jesus. A penúltima dispensação é a que vivemos atualmente, indo da ressurreição de Jesus até o seu retorno para estabelecer o milênio; é a dispensação da graça. A última dispensação é o milênio, quando a humanidade estará sob o governo pessoal de Jesus Cristo.¹⁸⁴

Entre os sistemas de interpretação dispensacionalistas, contudo, não temos o uso do termo “dispensação” como um distintivo, uma vez que este termo também é amplamente usado pelos teólogos da Aliança. Também há consenso entre os dispensacionalistas quanto à divisão da história em sete dispensações¹⁸⁵, como alega Pedro Henrique C. Medeiros. Identificar os presbiterianos no Império do Brasil como dispensacionalistas ajudaria o referido autor a defender a ideia de que eles eram “premilenaristas”, como também defende Antônio Gouveia Mendonça, à proporção que a adesão de tal sistema os colocaria na expectativa do retorno iminente de Cristo e da instauração do seu Reino Milenar. Contudo, tais crenças não aparecem claramente no *Imprensa Evangélica*, inclusive na gestão de Blackford.

Pedro Henrique C. Medeiros também infere que a aplicação das profecias apocalípticas aos acontecimentos históricos dos contemporâneos de então implicaria numa interpretação literal do texto de *Apocalipse 20* e a aceitação do reinado presencial e milenar de Cristo sobre a terra (pré milenarismo).

Em 18 de julho de 1868, o editorial, baseado nos livros do profeta Daniel 7:7-8, 11, 19-20, 24-25, no qual há o relato da visão do profeta Daniel de que surgiria em algum tempo não identificado da história

¹⁸⁴ DE MEDEIROS, PEDRO HENRIQUE CAVALCANTE. **Pelo progresso da sociedade: A imprensa protestante no Rio de Janeiro Imperial (1864-1873)**. Dissertação de mestrado de História defendida em 2014 pela UFRRJ.P.56-57

¹⁸⁵ FEINBERG, John S. **Continuidade e descontinuidade: perspectivas sobre o relacionamento entre o antigo e o novo testamento: Ensaio em homenagem ao S. Lins e Johnson Jr.** São Paulo: Hagnos, 2013.p.79

humana, quatro animais terríveis, sendo o quarto, o pior de todos, com dentes de ferro e dez chifres representando dez reis; em determinado momento, um pequeno chifre surgia e derrubava outros três; este pequeno chifre tinha olhos e boca com a qual proferia blasfêmias contra Deus. Em conjunto com o texto da segunda epístola de Paulo aos Tessalonicenses 2:1-4, 7-8, que fala a respeito do surgimento do “homem do pecado, o filho da perdição” que se oporá a Deus e desejará ser adorado. Afirmava que, segundo a “opinião de todos os comentaristas judiciosos”, mas também de acordo com as ideias milenaristas e dispensacionalistas do conservadorismo presbiteriano, tais textos faziam referência à “origem e o progresso do papismo”.¹⁸⁶

Na Teologia Sistemática de Hodge é afirmado que a segunda vinda de Cristo será precedida pelo aparecimento do Anticristo, mas que a definição de quem ou do que seja o anticristo não é um consenso para os cristãos. Entre as correntes protestantes, porém, é comum a interpretação de que “as profecias concernentes ao Anticristo fazem referência ao papado”¹⁸⁷,

Tal inferência de Medeiros, porém, não pode ser verificada ao longo da história do cristianismo, que sempre lidou de distintas maneiras com a tensão entre o real e o figurado, o literal e o alegórico na interpretação e aplicação das profecias, sendo difícil encontrar princípios gerais que normatizam tais relações. Por exemplo, ao investigar os princípios escatológicos dos principais teólogos da Inglaterra do século XVI, Delumeau demonstra que a maioria já “identificava o Anticristo com o papado, e Roma com a Babilônia do Apocalipse. Todavia, John Naiper e Arthur Dent não eram milenaristas”¹⁸⁸.

Se retornarmos à análise do “*catecismo da nossa redenção*”, divulgado pelo *Imprensa Evangélica*, veremos que a Igreja não foi considerada como uma instituição, ou grupo de pessoas, criada por ocasião da morte e ressurreição de Cristo, mas fundada na organização de um povo que desde a antiguidade acreditava na promessa do messias. Ou seja, a Igreja não foi vista pelos presbiterianos como um marco de descontinuidade do Novo Testamento em relação ao Antigo Testamento¹⁸⁹.

No artigo “*A Igreja Em Estado De Transição De Família Para Nação*, também

¹⁸⁶ DE MEDEIROS, PEDRO HENRIQUE CAVALCANTE. **Pelo progresso da sociedade: A imprensa protestante no Rio de Janeiro Imperial (1864-1873)**. Dissertação de mestrado de História defendida em 2014 pela UFRRJ.P.59-60

¹⁸⁷ Hodge, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. P.1618

¹⁸⁸ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 218.

¹⁸⁹ *Imprensa Evangélica*, 2 de novembro 1867. Ed. 21 P. 4 – CATECISMO DA NOSSA REDENÇÃO (A IGREJA EM ESTADO DE TRANSIÇÃO DE FAMÍLIA PARA NAÇÃO).

retirado da série “catecismo da nossa redenção”, verificamos que a igreja é vista como um elemento de continuidade do Antigo Testamento em relação ao Novo Testamento. O artigo propõe-se a demonstrar como a Igreja migrou de um núcleo familiar liderado por Abraão, para um núcleo nacional, quando o povo hebreu se organizou como nação civilizada após o Êxodo e a escrita do Pentateuco (os cinco primeiros livros da bíblia cristã). Cabe-nos, portanto, investigar as implicações históricas de tal continuidade, se a igreja é o “novo Israel”, e como ela deveria atuar numa sociedade cuja constituição reconhecia a Igreja Católica como oficial. Como aplicar a lei, ou os princípios da lei, dada ao “povo de Deus” na antiguidade, aos protestantes brasileiros do século XIX?

Ao adentrar no campo da escatologia investigando o conceito de “Reino de Deus”, Mendonça elabora uma trajetória da mentalidade do povo brasileiro de modo a identificá-lo como receptível aos ensinamentos do pré-milenarismo. Nesta trajetória histórica, alguns acontecimentos significativos são notados: o sebastianismo, o movimento de Pedra Bonita, o Reino Encantado, Canudos, a Cidade Santa (Juazeiro do Norte), e Contestado¹⁹⁰.

As conexões históricas frouxamente amarradas apresentadas pelo sociólogo é acompanhada do uso da categoria de *mentalidade*, sem considerar que a sua aplicação, neste caso, demandaria um rigor metodológico que escaparia ao trabalho pretendido inicialmente. Assim, Mendonça caminha sobre a pressuposição de que o pré-milenarismo ganhou peso e força para marcar a mentalidade de um povo amplo e diversificado sem, contudo, apresentar indícios sólidos da sua abrangência, alcance e assimilação.

Outro ponto a ser observado no trabalho de A. G. Mendonça é o fato dele recorrer aos hinos objetivando extrair conclusões teológicas precisas quanto ao posicionamento escatológico das Igrejas Protestantes no Brasil. No entanto, os hinos não expressam de maneira organizada e sistemática os detalhes a respeito da opção escatológica adotada, havendo uma relativa abertura para teólogos de concepções pós-milenarista, pré-milenarista e amilenarista cantarem a mesma música que representa o anseio dos fiéis pelo encontro final com Jesus e pelo estabelecimento do seu “Reino” em sua plenitude. Vejamos um exemplo de um hino considerado pré-milenarista:

¹⁹⁰ MENDONÇA, ANTÔNIO GOVEIA. **O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. P.349-351.

Cantemos no belo país,
 Melodias de Santo ardor
 Nessa terra celeste feliz
 Não há pranto, gemido nem dor.¹⁹¹

Desse hino não é possível extrair uma conclusão sobre o seu posicionamento quanto ao milênio, pois nada é afirmado sobre o que seria a terra celeste feliz. Seria o “*Estado Eterno*” ou “*Milênio*”? Nem sobre quando não haverá mais pranto, gemido nem dor. Seria a morte física do indivíduo ou instauração dos novos céus e da nova terra estabelecidos por Deus? Ou seja, os cânticos podem explicitar fundamentos comuns da fé cristã, mas nem sempre, como na maior parte dos hinos “escatológicos” analisados por Mendonça, explicitam especificações teológicas.

Por fim, Mendonça identifica a posição escatológica protestante brasileira como pré-milenarista¹⁹² tomando como fundamento o posicionamento teológico de Alfredo Borges (1921), negligenciando, portanto, se considerarmos somente o caso presbiteriano, sessenta e dois anos de discussões teológicas e desprezando os diversos empreendimentos missionários e ideologias religiosas. Além disso, ao afirmar que o pós-milenarismo implica na aceitação da teologia liberal, Mendonça desconsidera os teólogos pós-milenaristas que fogem daquilo que ele mesmo definiu como liberalismo teológico, dentre os quais destacamos o Jonatahn Edwards¹⁹³ e o Chales Hodgue (um dos professores de Simonton), Blackford e outros missionários presbiterianos no Seminário de Princeton.

Assim, longe de identificarmos uma tendência ao pré milenarismo que implicaria, além da crença da realização do Reino Milenar literal de Cristo Reinando sobre a Terra, no ceticismo para com a capacidade humana em instaurar um estado de felicidade coletiva, verificaremos os aspectos da escatologia presbiteriana a partir do jornal *Imprensa Evangélica* considerando o modo como a instituição relacionou-se aos ideais de progresso correntes na imprensa oitocentista.

¹⁹¹ **Salmos e Hinos**, 1899, n 468. In: MENDONÇA, ANTÔNIO GOVÊA. **O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. P. 355.

¹⁹² MENDONÇA, ANTÔNIO GOVEIA. **O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. P.352.

¹⁹³ DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 276.

2.3 - O “Reino de Deus” e a Felicidade a partir do *Imprensa Evangélica*

Mais que uma reflexão teológica, o conceito de “Reino de Deus” proposto pelos presbiterianos apresentou inovações semânticas aplicadas ao contexto das missões denominacionais estadunidenses em território brasileiro. Inovações, pois, elaboradas a partir de novas tensões históricas. Logo, se tratava de uma metáfora viva que, além de fundamentar a fé protestante, seja em suas “experiências” nos espaços religiosos ou seculares, seja em suas “expectativas” quanto ao futuro da humanidade diante das mudanças estruturais da política e das guerras entre nações.

Em um artigo do *Imprensa Evangélica* sobre a religião publicado em 1864, a religião é apresentada a partir da inquietação da humanidade com a presente realidade, isto é, como algo originário do seu sentimento de desejo não satisfeito e de sua angústia decorrentes dos conflitos entre os homens, da sua falta de capacidade de dominar a natureza a ponto de evitar os infortúnios que ela traz e do seu distanciamento de Deus. Sem o apelo da humanidade ao sobrenatural, para aquilo que os seus sentidos não tangenciam, o homem enquanto indivíduo é incapaz de satisfazer os anseios da alma e de encontrar a felicidade que tanto procura. A religião, de acordo com a definição do artigo, é toda tentativa humana de buscar responder às questões últimas da vida partindo de categorias sobrenaturais, isto é, está além do que a razão consegue explicar a partir das lógicas construídas por sua interação com a sociedade. Tornar-se-ia diferente da filosofia, apesar de muitas vezes caminhar ao seu lado, pelo fato desta não assumir pressupostos sobrenaturais em suas tentativas de conhecer a realidade e questionar sobre as questões últimas da vida, tais como: o que é realidade e como a conhecemos? O que é vida? O que é o homem? Há algum sentido que justifique a existência?

Qualquer sistema que não reconheça a necessidade de buscarmos fora de nós as forças indispensáveis à nossa felicidade, não passa de um sistema filosófico. O Sobrenatural é a linha divisória entre a filosofia e a religião¹⁹⁴.

Para além de todas as tentativas humanas de alcançar a Deus e à felicidade (de todas as religiões e de todos os sistemas filosóficos), os presbiterianos afirmavam a exclusividade da religião cristã, representada pelas denominações protestantes, que seria fundada na iniciativa de Jesus Cristo em reconciliar consigo a humanidade. Este marco de exclusividade seria, então, o único responsável pela satisfação da alma humana. Não

¹⁹⁴*Imprensa Evangélica*, 1864 – 00001(1) P. 1 – SOBRE A RELIGIÃO

apenas de cada indivíduo que recebe a fé tida como verdadeira, mas sim a sociedade como um todo. Tal princípio aparece no periódico *Imprensa Evangélica* com muita frequência, como podemos verificar nesta publicação de 1869: “E que a religião ensinada no evangelho de Cristo é a única que pode assegurar a liberdade que garante a grandeza e felicidade social de um povo”¹⁹⁵.

Ao adentrar numa discussão política sobre o ensino religioso no Império do Brasil, o redator do periódico, provavelmente, A. G. Simonton (1866), propõe que sem o conhecimento da bíblia a nação brasileira não seria capaz de avançar no progresso e desenvolver a civilização. A liberdade de culto e o incentivo ao conhecimento bíblico seriam os meios que abririam o caminho para que os brasileiros se convertessem à fé protestante e inclinassem a moral da nação aos modelos das nações civilizadas, como os Estados Unidos e a Inglaterra.

Tal desenvolvimento, tal propagação, são condições sem as quais não pode haver felicidade social nem prosperidade nacional em país algum. Sem estes, nenhum governo, por mais sábio e forte que seja, nem legislação alguma, por justa e benigna que seja, pode conseguir o bem-estar do povo. Pais de família! Esta é a responsabilidade a que não vos podeis subtrair. Dedicando-vos a este sagrado dever, com o Evangelho, a fonte de toda moral e religião, na mão, e, se quiserdes, com catecismos ou compêndios de doutrina tirados dele, hei de achar a vossa própria felicidade, hei de assegurar o bem-estar temporal e eterno de vossos filhos, e contribuir para a salvação e prosperidade de vossa pátria¹⁹⁶.

Uma vez que o governo negligenciava a responsabilidade de ensinar ao seu povo os princípios do “Evangelho”, caberia, pois, aos “pais de família” esforçarem-se para que os valores morais necessários à felicidade do indivíduo e da nação fossem enraizados na mente das crianças por meio de devocionais, catecismos ou manuais doutrinários. Em artigo publicado no ano subsequente, intitulado *Instrução religiosa de filhos*, o autor não identificado reforça a ideia da responsabilidade dos pais de ensinarem aos seus filhos a “buscarem primeiramente o “Reino de Deus” e a sua justiça”¹⁹⁷.

Ainda na primeira gestão do periódico *Imprensa Evangélica*, foi criada uma coluna intitulada *Instrução ao Culto Doméstico*, em que se publicavam comentários bíblicos, estudos, catecismos e materiais que auxiliavam os chefes de família a organizarem cultos familiares e estudos bíblicos. Além desta coluna específica, foi

¹⁹⁵*Imprensa Evangélica*, 1869 – 00022(1) P. 1 – VERDADES SALUTARES

¹⁹⁶*Imprensa Evangélica*, 1866 – 000013(1) P. 1 E P.3– O GOVERNO E O ENSINO RELIGIOSO

¹⁹⁷*Imprensa Evangélica*, 1867– 00013 P.8 - INSTRUÇÃO RELIGIOSA DE FILHOS

iniciada uma das séries de estudos que comentava os 10 mandamentos. Chegando ao estudo do sétimo mandamento¹⁹⁸ “não cobiçarás a mulher do próximo”, houve uma tentativa de reforçar a luta contra a prática do adultério, encarado como um mal que minava as bases do progresso de qualquer civilização. Houve a denúncia da falta de compromisso do governo que não apresentava posturas mais rígidas para combater aquilo que os missionários estadunidenses encaravam como um elevado nível de promiscuidade.

Para os presbiterianos, estariam, portanto, “fora do Reino” os que praticavam o adultério. As consequências disso, porém, não recairiam apenas sobre os indivíduos que o praticassem, mas sobre toda a sociedade que vivenciava tais atos. Conforme os presbiterianos, o princípio geral da lei mosaica deveria continuar valendo para o Império do Brasil, ou mesmo para qualquer nação que almejasse o progresso. A fidelidade conjugal e o casamento monogâmico, portanto, não seriam princípios fundados primeiramente na religião, mas sim valores comuns à moral de todas as sociedades. Em consonância, o periódico sugere que o Império do Brasil considere o exemplo das nações civilizadas, inclusive da antiguidade e avalie a postura tomada pelos legisladores no intuito de saber se as punições previstas no mundo moderno são suficientes para barrar o avanço desse “mal à sociedade brasileira”. Os exemplos mencionam os seguintes casos¹⁹⁹: os judeus puniam com a morte ambas as partes; no Egito o homem levava mil açoites e a mulher perdia o nariz; os gregos arrancavam os olhos; os romanos cortavam as orelhas e os narizes, amarrando os adúlteros em sacos e lançando-os ao mar.

Como vimos, a interpretação de que a lei representaria um elemento de continuidade do Antigo Testamento em relação ao Novo Testamento é uma característica das teologias aliancistas. Contudo, os termos desta continuidade variam dentro desta vertente teológica. Para os teonomistas, caberia aos cristãos ocupar os cargos importantes do governo e do magistrado no intuito de aplicar os princípios da lei revelada por Deus aos hebreus. Entendemos, porém, que o artigo não apresenta uma perspectiva teonômista, já que a aplicação de alguns princípios da Lei mosaica foi justificada não do ponto de vista da revelação especial, mas da lei moral, compreendida

¹⁹⁸ *Imprensa Evangélica, 1866– 00005 P.3 - O SÉTIMO MANDAMENTO (adultério) Traduzido do: W. J. M.*

¹⁹⁹ *Imprensa Evangélica, 1866– 00005 P.3 - O SÉTIMO MANDAMENTO (adultério) Traduzido do: W. J. M.*

como comum à toda humanidade.

Para os presbiterianos, portanto, estariam fora do “Reino de Deus” os “fornicadores, adúlteros, beberrões ladrões, homicidas, efeminados” e todos os que praticam as obras contrárias ao que eles consideravam “Espírito de Deus”²⁰⁰. Baseando-se na teologia de Santo Agostinho interpretando São Paulo, em artigo publicado em 1869 sobre o “Pecado”, “A carne e o sangue não podem possuir o ‘Reino de Deus’ ”²⁰¹. O Artigo subsequente, também sobre a temática do pecado, propõe uma lista dos que estão fora do “reino”²⁰²

Assim, também estavam enquadrados os viciados que, além de manterem suas almas distantes do “Reino”, colocavam o seu povo sobre uma mazela ao arriscar o provimento da própria família. O vício, por minar a família, vista como a base das civilizações e o núcleo da expansão do “Reino de Deus” no Império do Brasil, seria tão nocivo quanto o adultério. Para o redator, o vício seria “todo habito nocivo e danoso que possa acarretar males sobre o homem tanto em sua natureza physica como moral”²⁰³, não podendo ser limitado ao que normalmente a sociedade entende por vício. Mesmo iniciando o artigo sugerindo que o vício tem um alcance muito maior do que se imagina, os vícios de jogos e bebidas alcóolicas são enfatizados.

Na tentativa de demonstrar os efeitos nocivos dos danos que os vícios, sobretudo do álcool, trazem sobre os indivíduos, o artigo apresenta duas imagens de um mesmo homem. Primeiramente, a imagem da infância com cinco anos de idade e, posteriormente, na fase adulta, com trinta anos de idade. Para o redator, olhando apenas para a imagem da criança bonita e robusta, não seria possível imaginar que ela se tornaria um homem com semblante abatido, desfalecido e sem vigor²⁰⁴.

²⁰⁰

Ver também:
Imprensa Evangélica, 1866– 00015 P.4 - A HISTÓRIA DE ANDRÉ DUNN
 Referências bíblicas utilizadas: Gl. 5.19-21/ 1Co 11.9 / 1Co 6: 9-11 / 1Cor 15:21

²⁰¹ *Imprensa Evangélica*, 1869– 00022 P. 4 - O PECADO.” / 1872 – 00019 P. 4 - AS PROMESSAS DA ESCRITURA -

²⁰² *Imprensa Evangélica*, 1869 – 00023 P. 3 - O PECADO. . / 1878 – 00041 P.3 - DIALOGOS DE UM CLERIGO HESPANHOL

²⁰³ *Imprensa Evangélica*, 1870 - 00009 p. 4 - O VÍCIO.

²⁰⁴ *Imprensa Evangélica*, 1870 - 00009 p. 4 - O VÍCIO.

Imagem 01



Imagem 02



Imagens retiradas do artigo *O Vício - Imprensa Evangélica 1870*²⁰⁵

²⁰⁵ *Imprensa Evangélica*, 1870 - 00009 p. 4 - O VÍCIO.

Em contraste à imagem do viciado, os presbiterianos sugerem que um dos elementos constitutivos da felicidade social da nação brasileira deveria estar alicerçado na força laboral. Em 1885, o pastor presbiteriano brasileiro Eduardo Carlos Pereira propõe no *Imprensa Evangélica* que a felicidade social estaria ligada ao barulho produzido pelos instrumentos de trabalho, às atividades que fariam o país prosperar, não à nacionalidade daqueles que trabalham na construção de tal prosperidade. O argumento foi afirmado no intuito de legitimar a entrada dos imigrantes europeus. Por outro lado, a nacionalidade, a formação civilizada e o “sangue” dos estrangeiros, seriam importantes na constituição de uma nação rica e desenvolvida.

Temos terras vastas e férteis, temos riquíssimo tesouro de matérias primas, temos um povo inteligente e de boa índole; mas não temos braços suficientes, nem a indústria necessária para aproveitarmos esses poderosíssimos elementos de progresso. [...] no meio de tão exuberantes riquezas naturais, ali vegeta na pobreza, no desanimo e na indolência! Venha, pois, o imigrante trabalhador e industrioso ensinar-nos e ajudar-nos a tirar do vasto seio de nossas terras as riquezas inesgotáveis, que, pela nossa ignorância, incúria e pouca força, ali se esterilizam. Entendemos a mão hospitaleira e fraternal ao estrangeiro que aporta em nossas plagas. Nós precisamos dele material, moral e psicologicamente. Finalmente, será um sangue novo em nossas veias, onde corre um sangue tanto degenerado. Nos sábios desígnios da Providência as raças mais diversas devem considerar-se membros da família humana. São os vagidos do berço, ou é o ruído das machinhas e ferramentas que faz a nossa felicidade social?²⁰⁶

No intuito de aproximar a Bíblia das discussões da Ciência Moderna, o professor B. Silliman publicou no *Imprensa Evangélica* um artigo intitulado *A Bíblia e a Ciencia*, no qual o conhecimento bíblico é tratado como um elemento condicionante à felicidade do povo. Não seria, portanto, apenas um livro de caráter religioso, mas uma literatura com princípios aplicados às questões políticas e científicas dos contemporâneos de então.

A Bíblia é a carta magna da igualdade política e civil do homem, da liberdade e da ordem. É o guardião e o único poderoso protetor da felicidade social. As guerras nacionais assim como as dissensões pessoas acabariam e este mundo tornar-se-ia um paraíso terreal se a razão humana estivesse completamente sob a sua influência. A relação que há entre a geologia, a astronomia e a Bíblia, sendo todas bem compreendidas, é da mais perfeita harmonia. A Bíblia em parte alguma limita a idade do nosso globo; e segundo a sua cronologia, a raça humana é de uma data recente, a geologia não só confirma a verdade da história do homem, mas também fornece evidências

²⁰⁶ *Imprensa Evangélica*, 1885 – 00021(1) P.2,3 – A IMIGRAÇÃO (SÃO PAULO) E. CARLOS PEREIRA

decisivas em prol da narração do Gênesis, do progresso do arranjo terrestre e da introdução dos seres vivos, na ordem em que os seus restos fósseis se encontram nas camadas da terra. As Palavras e as obras de Deus não podem estar em conflito; pelo contrário, quanto mais forem estudadas, mais perfeitas apareceram em harmonia²⁰⁷.

Verificamos no periódico uma preocupação com um tipo de felicidade coletiva. Ela seria executada em última instância por Deus mediante a sua “providência”. Contudo, Ele usaria a humanidade através das autoridades governamentais e familiares para expandir o seu “reino”. Excetuando-se o aspecto da autonomia humana, temos um elemento comum à busca pela felicidade proposto pelas utopias modernas: a busca pela felicidade coletiva²⁰⁸.

Em oposição a algumas utopias modernas, porém, os presbiterianos insistiam em afirmar a dependência de Deus para que a humanidade conseguisse alcançar o elevado nível de progresso moral, científico e intelectual que almejava. Desta forma, em 1877 encontramos um artigo que expõe uma crítica aberta e direta ao Socialismo²⁰⁹. Apesar de ampla, não especificando a qual corrente do socialismo está sendo dirigida, a crítica está centrada no suposto uso do relato bíblico do livro de Atos dos Apóstolos por um grupo de socialistas²¹⁰.

No entanto, o contraste do relato de Atos com a proposta dos socialistas é apontado pelos presbiterianos em três motivos: os socialistas não são homens ou mulheres que “abandonaram seus vícios”; nem que costumam viver em harmonia; e o socialismo encontra apoio entre os que não observam as leis civis ou divinas. No intuito de reforçar a defesa da propriedade privada, o autor do artigo defende que as terras doadas em Atos foram entregues espontaneamente, não por imposição da religião ou do Estado: e apesar de ser uma experiência espontânea da igreja de Jerusalém, o mesmo não aconteceu em igrejas posteriores. Não seria, portanto, possível aplicar aquela experiência em larga escala, uma vez que grande parte dos homens não se sentiriam

²⁰⁷ **1886 – 00007 (1) P. 3 – A BÍBLIA E A CIENCIA (SÃO PAULO) professor B. Silliman.**

²⁰⁸ Em um comentário sobre oração do Pai Nosso, atribuída a Jesus Cristo, o Imprensa Evangélica sugere que pedir o advento de Cristo não significa uma solicitação individual, mas um pedido que resulta da preocupação que o cristão deve ter para com todos os homens. Pedir o advento do Reino significa: “Que Deus nos faça a nós e a todos os homens justos, cheios da paz e felizes”.

Ver: Imprensa Evangélica, 1864 – 00001 P.3 – INSTRUÇÃO AO CULTO DOMÉSTICO (O PAI NOSSO).

²⁰⁹ Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1878. Imprensa Evangélica ed 00043. **O Socialismo.**

²¹⁰ O texto referido pode ser encontrado em Atos 4: 32, que, segundo a tradução do periódico, afirma: “e da multidão dos que criam o coração era um, e a alma uma; nenhum dizia ser sua coisa alguma d’aquelas que possuía, mas tudo entre eles era commum... E não havia necessitado entre elles”.
Ver: *Imprensa Evangélica*, 24 de Outubro de 1878. Ed. 43. **O Socialismo.**

motivados a trabalharem com zelo, pois a igualdade não estimularia a qualidade do trabalho resultante da competição. Também, seria necessário presumir que os homens ricos distribuiriam sem relutância as suas propriedades e que os pobres estariam satisfeitos com as partes supostamente divididas de modo igualitário. No entanto, para evitar que a sociedade caísse em barbárie, seria necessário a manutenção do direito à propriedade privada, ao casamento, à autoridade dos pais sobre a família e à autoridade dos magistrados sobre a sociedade.²¹¹ Ou seja, a abolição da propriedade privada não seria o evento responsável pela felicidade do indivíduo, muito menos da sociedade, mas sim do ingresso do homem no “Reino de Deus”, que dependeria do ensino das “Escrituras” e da transformação dos “princípios e hábitos de uma geração”²¹²

De acordo com Grant R. Osborne, em seu comentário exegético sobre o livro de *Apocalipse*, o relato dos mil anos de felicidade descritos no capítulo 20 faz referência a outros textos conhecidos na antiguidade pelos hebreus. Trata-se das profecias de Zacarias, Isaías e de um Salmo profético. E essa relação foi feita por muitos outros teólogos ao longo da história do Cristianismo²¹³.

Em 1889, o *Imprensa Evangélica* publicou um sermão de A. G. Simonton intitulado *Práticas sobre o evangelho*, em que o missionário pioneiro afirma que para esclarecer o conceito de “Reino de Deus bastara citar algumas profecias que ensinam que o messias havia de estabelecer um reino eterno. Vid. *Isaias 9:6 - 7. Daniel 2:44. Miqueias 4:7, etc*²¹⁴. Desta forma, além de investigarmos os usos dos textos de *Apocalipse*, sobretudo o capítulo 20, procuramos os usos dos livros de Isaías 9 e 11, Salmos 72, Daniel 2, Miquéias 4 e Zacarias 14 no periódico *Imprensa Evangélica*.

Ao descrever a infância como uma fase de pureza, trazendo ao público a frase atribuída a Cristo “deixai vir a mim os pequeninos porque dos tais é o Reino de Deus”,

²¹¹ *Imprensa Evangélica*, 24 de Outubro de 1878. Imprensa Evangélica ed 00043. **O Socialismo.**

²¹² *Imprensa Evangélica*, **1875 – 00003 P. 3 CONSELHO ÀS PESSOAS ENCARREGADAS DE DIRIGIR AS ESCOLAS DOMINICAIS (PELO REV. J.MEDLEY)** “O ingresso no “Reino de Deus” e a felicidade do homem dependem em subido grão dos princípios e habitos incutidos na geração que caminha, crescendo sempre.

²¹³ Osborne, Grant R. *Apocalipse: comentário exegético* / Grant R. Osborne; tradução de Robinson Malkomes, Tiago AbdallaT. Neto. - São Paulo: Vida Nova, 2014. P.778 Ver **SI 72.8 - 14; Is 11.6-9; Zc 14.5-17**

²¹⁴ *Imprensa Evangélica*, **1889 - 00047 P.6 - PRATICAS SOBRE O EVANGELHO (A. G. SIMONTON)**

Em Isaías 11:9-7, não temos uma descrição sobre o reino, mas sobre os papel do messias enquanto rei. Eles entendem que o Messias, ainda no seu primeiro advento seria o Rei que se colocaria sobre o trono de Davi e iniciaria um reino eterno.

um artigo escrito no ano de 1887, sugere que Isaías, sete séculos antes de Cristo, já profetizava acerca das características do reino do Messias ²¹⁵

E o profeta Isaías falando do reino do Messias, para mostrar a paz e a inocência que haverá entre os homens n'esse tempo, também diz: “morará o lobo com cordeiro e o leopardo com o cabrito se deitará: e o bezerro e o filho do leão, e o animal cevado andarão junto, e o menino pequeno os guiará”. **Isaias 11: 6**²¹⁶

No “reino” descrito, até as crianças frágeis e indefesas seriam capazes de guiar os animais que na presente realidade são temidos por homens grandes e armados.

O mesmo capítulo de Isaías também é citado no artigo *Evidência da verdade da religião cristã*²¹⁷ usando, porém, os versos anteriores ao trecho do 6 ao 9, ou seja, não discursa sobre o suposto reino milenar, mas sobre o juízo final, no qual o Messias julgaria o mundo com justiça e retidão de modo a favorecer os pobres. A profecia, contudo, é apenas citada como mais um exemplo das inúmeras profecias do Antigo Testamento que se referiam ao Messias. O artigo propõe que as profecias do Velho Testamento foram realizadas plenamente na pessoa de Jesus, tais como: nascimento virginal de Cristo, na cidade de Belém por descendentes paterno e materno de Davi; a fuga dos pais de Cristo para o Egito e o seu retorno à palestina para crescer na cidade de Nazaré; a morte dolorosa no madeiro sem a quebra de nenhum osso; a ressurreição ao terceiro dia. O cumprimento de todas estas profecias seria, portanto, um indicador da veracidade da fé cristã e da certeza de que a fé nas promessas futuras, inclusive na promessa dos mil anos de felicidade, quer sejam eles literais ou alegóricas.

Por fim, em 1886, o periódico publica um estudo bíblico²¹⁸ baseado no capítulo 11 de Isaías. Mais uma vez, porém, não é apresentada uma discussão sobre os versos 5-9 (que supostamente seria o milênio), mas apenas uma sobre o Messias, ou seja, sobre os aspectos das profecias que determinam os seus ascendentes no intuito de afirmar que ele deveria ser um descendente de Jessé, pai de Davi.

As palavras atribuídas à Jesus são usadas com frequência para afirmar o caminho

²¹⁵ *Imprensa Evangélica*, 1873 – 00019 P. 5 - A INFANCIA

²¹⁶ 1873 – 00019 P. 5 - A INFANCIA / 1868– 00001 P.6 - TODO MENINO PODE FAZER ALGUM BEM / 1870 – 00016 P. 2 - A PROMESSA DA RELIGIÃO AOS MOÇOS / 1873 – 00009 P. 5 - O FIEL MENINO PASTOR.

²¹⁷ 1878 – 00039 P.5 - EVIDENCIA DA VERDADE DA RELIGIÃO CHRISTÃ.

²¹⁸ 1886 - 00034 P.2 - ESTUDO BÍBLICO - ISAIAS XI
Ver também :1879 – 00033 P.2 - O TABERNÁCULO POR MOYSES NO SINAI.
O artigo também utiliza o texto de Isaías 11 no intuito de afirmar a integridade da justiça do messias.

que o homem deve percorrer para participar do “Reino de Deus”. A conhecida conversa de Jesus com Nicodemos em que se afirma que “Quem não nascer... do Espírito Santo, não pode entrar no “Reino de Deus”²¹⁹ é muito recorrente no periódico, sobretudo no intuito de enfatizar a importância da conversão à fé protestante. Os “renascidos” devem rejeitar os “desejos humanos” e se apagar aos valores do “reino”, que consiste sobretudo em se alegrar com a sua expansão e “com a salvação dos seus semelhantes”²²⁰.

Numa história criada com o intuito de estabelecer uma analogia, os redatores demonstram que o envolvimento no reino envolvia três frentes: o financiamento, a oração, e a entrega do próprio coração, ou seja, do centro das emoções e da razão do ser humano.

Bela na verdade, era a lição que a classe tinha recitado acerca do reino do salvador. Eles aprenderam que esse reino era de grande alegria e profundo amor, que a paz habitava ali e que a paz e a boa vontade derramava-se sobre ele. Era o reino sobre o qual o sol da justiça resplandecia, e em seu claro firmamento surpreendia a estrela de Belém. Então o mestre tomou o Livro, e a questão foi a seguinte:

- O que fareis para adiantar este reino sobre a terra? O que fareis Thiago?
- Eu darei os meus vinténs e os meus tostões aos missionários, e eles pregarão aos gentios, >>Respondeu Thiago, com grande veemência.
- E o que fareis Jorge?
- Eu orarei pelo seu progresso
- E o que fareis vós, João?

Ele abaixou a cabeça, e com a voz lacrimosa disse brandamente:

- Eu darei meu coração.

Estas três respostas compreendem tudo que podemos fazer por Jesus²²¹

O “Reino de Deus” seria orientado por valores contrários aos encontrados nos reinos estabelecidos pelos homens. Usando textos bíblicos, os redatores do periódico propõem que ele “não consiste em comida, nem bebida: mas em justiça, paz e gozo no Espírito Santo”²²². Também, “não consiste em palavras”, ou seja, na capacidade de fala

²¹⁹ Evangelho de São João 3.15. Ver: **1865– 00001 P.3 - DOUTRINA DA SALVAÇÃO / 1879 – 00031 P.4 - OS 3 C DE JOÃO / 1878 – 00027 P. 2 A FÉ / 1879 – 00006 P.6 - NÃO SE NASCE CRISTÃO / 1866– 00009 P.7 - POR UM CORAÇÃO NOVO - VINDE / 1878 – 00035 P.6 - A ORAÇÃO EFFICAZ / 1868– 00019 P.7 - O ESPÍRITO SANTO / 1869– 00018 P. 2 - (O CHRISTIANISMO - 00014 - 00019) / 1872 – 00002 P. 1 - A VIDA ESPIRITUAL / 1868– 00019 P.7 - SOBRE O PAPEL DO ESPÍRITO SANTO NO NOVO NASCIMENTO.**

²²⁰ **1889 - 00048 P. 5 - O CRENTE É UMA NOVA CRIATURA.** “Os desejos do crente são outros. Ele deseja o progresso do “Reino de Deus” e a salvação dos seus semelhantes”.

²²¹ **1872 – 00005 P. 4 - TRÊS RESPOSTAS**

²²² **1872 – 00014 P.7 - AS PROMESSAS DA ESCRITURA / 1864 – 00001 P.3 – INSTRUÇÃO AO CULTO DOMÉSTICO (O PAI NOSSO).** Ver: **Rom 14:17.**

ou de persuasão dos homens, mas em “virtude”²²³. Ele seria pautado na pobreza de espírito²²⁴ que contrastaria, paradoxalmente, à posição elevada de todos os seus “súditos” que, diante dos homens, podem nada possuir, mas diante de Deus, mediante adoção, receberiam honras maiores que há de um duque²²⁵.

O contraste é enfatizado em outro artigo publicado em 1865 que mostra que os reinos humanos são fundados sobre o desejo de um homem, ou de um pequeno grupo de homens, de dominar sobre os demais, impondo, se preciso, medo e terror. O reino de Cristo, pelo menos em sua fase inicial, seria diferente. O ingresso no “reino”, na perspectiva humana, seria voluntário, mesmo que, paradoxalmente, o “chamado irresistível da graça” fosse uma função divina. Desta maneira, enquanto “Os outros reinos têm-se fundado em horrendas carniceiras e, muitas vezes, do sangue vertido dos seus contrários, o reino de Cristo, porém, fundou-se em sua própria morte, e o sangue, pelo qual crescia e fortalecia-se, era o de seus próprios filhos”²²⁶. Ou seja, além de uma referência direta ao sacrifício de Cristo, o fundador do Reino, o lugar dos mártires é lembrado pelos presbiterianos como um elemento de expansão do “reino”, um modelo a ser seguido, sem o qual, não seria possível, mesmo que numa perspectiva alegórica, verificar a sua continuidade dentre os contemporâneos de então.

É muito recorrente o uso do conceito de “Reino de Deus”, mesmo, como anunciado no caso de A. G. Simonton, não havendo uma preocupação constante por parte dos presbiterianos, sobretudo no periódico *Imprensa Evangélica*, em apresentá-lo de maneira organizada, sistemática ou explicativa. O termo é simplesmente apresentado como uma realidade dada no tempo presente, tanto em seu aspecto terreno, como celestial. Antes de tudo, o reino deve ser anunciado e buscado por cada um dos que se propõe a aderir a fé protestante. A célebre frase atribuída a Jesus Cristo “Buscai primeiramente o Reino de Deus e a sua justiça” é onde o conceito aparece com mais frequência no periódico²²⁷.

²²³ **1879 – 00032 P.4 - MEDITAÇÕES EVANGÉLICAS.**

²²⁴ **1869– 00013 P. 2 - Uma Carta Anonyma**

²²⁵ *Imprensa Evangélica*, **1873 – 00006 P. 2 - A RESSURREIÇÃO DE CRISTO Ver:** “então vosso amigo será maior que um duque, por que um grande rei vos adoptará por seus filhos, e sereis felizes e honrados no “Reino de Deus””.

²²⁶ 15 de Julho de **1865 - 00018 p.2 - O reino de Jesus.**

²²⁷ **Alguns usos do conceito dentro da frase “ buscai primeiro o “Reino de Deus””:** 1866– 00013 P.6 - ABRAÃO, O PAI DOS CRENTES / 1869– 00019 P. 7 - As promessas da Escripura / 1870 – 00004 P. 3 - A PROVIDÊNCIA DIVINA/ 1870 – 00025 P. 2 - O PODER DA VERDADE OU A BÍBLIA EMPRESTADA/ *Imprensa Evangélica*, 1873 – 00005 P. 4 - O MARINHEIRO/ 1874 – 00008 P. 7 -

A metáfora do “reino” nas palavras atribuídas a Jesus Cristo, também aparece com frequência no *Imprensa Evangélica* pelas citações das suas parábolas.

O reino dos céus **não** é um tesouro em cuja posse só havemos de entrar num futuro, pois já nesta vida quando nos apossamos dele. O tesouro no campo não é só procurado, mas é achado já neste mundo. <<Quem crer em mim>>, diz Jesus Cristo, <<tem>>, não diz terá, <<a vida eterna>>. [...] O reino dos céus e um dom gratuito da parte de Deus para com alguém que o acha. [...]. É assim chamado por que é escondido aos sábios e entendidos e revelado só aos pequeninos. (S. MT XI:25) [...] O reino dos céus é comparado a um tesouro escondido no campo, por que para nós está oculto em um envoltório, que é o mundo ou a sua palavra nas Santas Escrituras. [...] depois de termos conhecimento do Reino de Deus, só podemos obtê-lo permutando por ele, ou sacrificando por ele, tudo quanto possuímos²²⁸.

Longe de encontrarmos um “calvinismo mitigado”, como sugere Gouvêa Mendonça, os presbiterianos no Império do Brasil afirmaram a doutrina da salvação pela graça por meio da fé. O ingresso no “Reino” não depende do mérito humano, da sua capacidade intelectual ou da sua capacidade de escolher a fé salvadora. O “reino” está oculto aos seres humanos decaídos e só pode ser contemplado pelos que recebem o “dom gratuito de Deus”. O paradoxo da doutrina calvinista, porém, reside no fato deste “dom gratuito” ser manifestado na vida daqueles que “sacrificam” tudo o que possuem em troca de Cristo, ou seja, no movimento que, aparentemente, o homem faz em direção à Deus.

Mais uma vez os aspectos do tempo presente que envolvem o “reino” são enfatizados. Os presbiterianos não encaram o “reino” como uma promessa futura. Mas sim, como algo que pode ser encontrado no tempo presente e cujos benefícios podem ser aproveitados nesta vida, não sendo concretizados apenas na vida após a morte.

Para que todos fossem evangelizados e o “reino” expandido, seria preciso que os cristãos trabalhassem com zelo e esforço²²⁹. Sem a pregação e a submissão às “leis do evangelho, seria impossível estender o “Reino de Deus”. No intuito de mostrar o avanço do “reino” no mundo inteiro, o periódico noticiou eventos mundiais que contribuíram para a evangelização. Como o caso da inauguração da sala evangélica na exposição

ENTRE OS BENS QUE O MUNDO OSTENTA / 1874 – 00010 P. 7 - EIS O HOMEM / 1874 – 00015 P. 7 - BUSCAI PRIMEIRO O “REINO DE DEUS” E A SUA JUSTIÇA.

²²⁸*Imprensa Evangélica*, 1869– 00010 P.1 e 2 - O tesouro escondido no campo. Ver citação de S. MTT. XIII:44:

O reino dos céus é semelhante à um tesouro escondido no campo, que quando um homem o acha, o esconde, e pelo gosto que sente de o achar, vai e vende tudo o que tem e compra aquele campo.

²²⁹*Imprensa Evangélica*, 1870 – 00008 P. 6 - EVANGELIZAÇÃO DO MUNDO

universal de Paris, em cujo principal promotor da sala, o conde Shaftsbury, é mencionado como um homem cuja existência é consagrada à mais nobre de todas as causas, ou seja, a extensão do “Reino de Deus”²³⁰. Pelo trabalho livre, pelo reconhecimento da diversidade das habilidades dos agentes do “reino” é que o “Reino de Deus” ganharia maiores proporções.²³¹

No Reino de Deus há trabalhos abundantes, e serviços apropriados a cada um de seus servos; no cumprimento dos quais a fé é confirmada, a santificação promovida, o caráter estabelecido e o nome de nosso Pai Celeste glorificado²³².

Além de não serem alcançados pelo esforço humano, o crescimento e a expansão deste “reino” fogem ao seu controle, assim como acontece com “um homem que lança a semente sobre a terra”²³³. A semente aqui é comparada à “palavra de Deus” que entra em contato com o solo (comparado aos “corações humanos”). E de modo incompreensível à razão humana ela foge completamente do seu controle, germina, cresce e frutifica. Deste modo, o “Reino” se espalha sobre a terra ganhando proporções inimagináveis pelos homens, como aconteceu no caso de Lorena e Roma, noticiados mais de uma vez pelo *Imprensa Evangélica*, no qual foi possível verificar o avanço do trabalho missionário protestante²³⁴.

No que envolve a responsabilidade humana no ingresso e na expansão do “reino”, as palavras atribuídas a Jesus Cristo são lembradas na tentativa de chamar o homem para a responsabilidade de manter um domínio preciso sobre o corpo a fim de não cometer erros que demonstrem que a sua alma está fora do “Reino de Deus”. Portanto, melhor seria o homem perder o olho para entrar no “reino” que mantê-lo, permitindo que o pecado dele derivado o lançasse por inteiro no “fogo do inferno”²³⁵

²³⁰ *Imprensa Evangélica*, 1867– 00015 P.7 - INAUGURAÇÃO DA SALA EVANGÉLICA NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS.

²³¹ *Imprensa Evangélica*, 1877 – 00024 P. 3/ 1871 – 00011 P. 3 - FREI JACINTHO SOBRE OS ERROS DA IGREJA ROMANA

²³² *Imprensa Evangélica*, 1871 – 00003 P. 5 - A ATIVIDADE CHRISTÃ UMA PROVA DE SER DISCIPULO DE CRISTO.

²³³ *Imprensa Evangélica*, 1868– 00018 P.6,7 - A ACTUALIDADE (LORENA) Ver citação de:

Mc. 9.26-28 - Tal é o “Reino de Deus” como um homem que lança a semente sobre a terra, e que dorme, e se levanta de noite e de dia, e a semente brota e cresce sem ele saber como. Por que a terra por si mesma produz, primeiramente a erva, depois a espiga e por último o grão na espiga.

Imprensa Evangélica, 1871 – 00018 P. 7 - O EVANGELHO EM ROMA

²³⁴ 1868– 00018 P.6,7 - A ACTUALIDADE (LORENA) / 1868– 00023 P.6 - A ACTUALIDADE (LORENA)

²³⁵ 1868– 00005 P.3 - A VIDA OU A MORTE ETERNA NOS ESPERAM Ver: Mc. 9.42-47. (...) se o teu olho te escandalisa, lança-o fora: melhor te é entrar no Reino de Deus Reino de Deus Reino de Deus

A “expansão do reino”, mesmo envolvendo mudanças nas demais estruturas da sociedade, não previa uma interferência direta da religião cristã nas autoridades instituídas. Portanto, não caberia aos propagadores do “Reino de Deus” lutarem contra os impérios humanos constituídos, como no caso do Brasil. O “Reino de Deus” tinha um caráter espiritual e deveria trabalhar para a transformação dos corações e das mentes dos seres humanos a fim de que a moral instituída fosse pautada nos preceitos protestantes. A pretensão da Igreja Católica em legitimar, instituir ou destituir autoridades seculares era tida como uma deturpação do caráter da Igreja tal como pensada por Jesus e seus apóstolos²³⁶.

Ao criticar a doutrina católica da infalibilidade papal e da interferência pontifícia sobre as questões seculares, os presbiterianos basearam-se em Santo Agostinho, “que disse sobre São Matheus: Não um só homem, mas a Igreja recebeu as chaves do Reino de Deus. de div. Serm. 108”²³⁷. Ou seja, o papa não teria recebido de São Pedro, muito menos de Cristo, a autoridade para “ligar na terra ou no céu” ou para interferir nas questões que cabem aos governantes seculares. Deste modo, não somente as chaves do “Reino de Deus” estariam com a Igreja, ou seja, com um conjunto de indivíduos que ao longo da história aderiram àquilo que os presbiterianos consideram o essencial da fé cristã, mas a própria igreja seria este “reino”.

Finalmente: A igreja é o Reino de Deus no Mundo.(...)A história da igreja como um interessante ramo de ciência geral, não deve ser ignorada; porém, quando é considerada a igreja como o Reino de Deus no Mundo, no qual cada indivíduo é considerado súdito, ou rebelde; e no qual cada um é finalmente salvo ou perdido; sua história deve ser lida com atenção, e diligentemente estudada²³⁸.

O “Reino de Deus” seria melhor compreendido à medida que o homem avançasse no conhecimento da História da Igreja. O periódico tentou apresentar este conhecimento mediante séries²³⁹ de estudos sobre a História da Igreja buscando solidificar a fé dos protestantes e convencer, mediante argumentações apologéticas, aos outros da necessidade de se aceitar a fé reformada.

De cunho “espiritual”, o “reino” estaria presente nos corações dos “verdadeiros

sem um olho, do que tendo dous ser lançado no fogo do inferno: onde o bichos que os rõe nunca morre.

²³⁶ *Imprensa Evangélica, 1878 – 00030 P.3 - NÃO HÁ MAL QUE SEMPRE DURE*

²³⁷ *Imprensa Evangélica, 1870 – 00023 P. 2 - SERÁ O SYSTEMA PAPAL DE INSTITUIÇÃO DIVINA?*

²³⁸ *Imprensa Evangélica, 1868 – 00018 P.6,7 - A HISTÓRIA DA IGREJA*

²³⁹ *Imprensa Evangélica, 1868 – A HISTÓRIA DA IGREJA*

convertidos” de modo que tudo o que pode ser adquirido na presente realidade tenha um valor muito menor que as “riquezas” esperadas no porvir. Sobre o peso da expectativa da “plenitude do reino” o primeiro padre brasileiro convertido ao presbiterianismo publicou no *Imprensa Evangélica*:

O Reino de Deus

Deste mundo as riquezas se evaporam,
Reduz-se enfim no pó toda grandeza.
Teu reino só, Senhor, por natureza,
O passado e futuro eterno adoram.

Agora mesmo em gozo transportados,
De súditos os olhos mil contemplam
As obras graciosas, que te exemplam
Dos céus ainda além mais remontados

Nem há senão só loucos, que a luz
Não queiram na tua fé gratos olhar,
Que com o sangue o mais pobre quis selar
De amor e verdade o Rei da Cruz

Aumenta, Pai, o número dos crentes,
Que em espírito e verdade te dão culto.
Cessando de adorar deuses de vulto
Os que do reino tem vagão ausentes.

Chamando-os assim ao teu domínio,
Deus Espírito! Imenso! Criador!
Também dás a tua Igreja o resplendor
Da gloria do Teu Trono mais que ‘exímio.

J. M. DA CONCEIÇÃO²⁴⁰

O “reino” em todo o periódico é apresentado como “espiritual”, não circunscrito a um tempo ou espaço específico. Os “mil anos” descritos em *Apocalipse* não são tratados como literais. Apenas um reino espiritual é apresentado. Do mesmo modo que um reino temporal exige dos seus cidadãos obediência às suas leis, Cristo exige dos seus seguidores obediência aos preceitos apresentados na Bíblia. O princípio da obediência estaria, sobretudo, na centralidade de Cristo, que deve ser adorado como o único Deus. O amor à Cristo deveria ser estendido aos seus outros seguidores e aos homens que ainda não creram, de modo que, por meio da oração, todos venham a participar do “reino”²⁴¹.

²⁴⁰*Imprensa Evangélica*, 1872 – 00002 P. 1 - O “REINO DE DEUS”

²⁴¹*Imprensa Evangélica*, 1878 – 00040 P.1 - AS LEIS DO REINO

A citação direta à Santo Agostinho²⁴² pode sugerir que a perspectiva do milênio entre os primeiros presbiterianos no Brasil seja amilenista. Contudo, é importante retomar que os pormenores da escatologia não foram consensuais na formação do presbiterianismo no Brasil. Além disso, de acordo com Millard J. Erickson, até o século XVIII a distinção entre o pós milenarismo e o amilenarismo não eram muito claras. Apesar de uma sistematização no intuito de separar ambas abordagens, Agostinho, João Calvino e Benjamin B. Warfield são reivindicados como autoridades em ambas perspectivas escatológicas²⁴³. Se reconhecemos no periódico *Imprensa Evangélica* uma tendência ao pós milenarismo, verificarmos uma aproximação dos ideais de progresso e modernidade ao conceito de “Reino de Deus”, ao identificarmos uma perspectiva otimista em relação ao futuro da humanidade antes do retorno de Cristo. Isso seria mais que suficiente para distanciá-los do amilenarismo que não antevê o crescimento da justiça em escala mundial.

No seio no Império do Brasil, os presbiterianos pretendiam expandir o “Reino de Deus”. Considerando os limites postos pelo governo monárquico ao culto público dos protestantes, estes encaravam no advento republicano um catalizador do avanço do “reino”.

A Proclamação da República foi um evento comemorado pelos presbiterianos, contudo os seus efeitos para a promoção da felicidade do povo só seriam sentidos mediante a liberdade, sobretudo, a “liberdade de espírito”:

(...)a lei de 13 de maio, A Proclamação da República no dia 15 de novembro, não podiam trazer a felicidade do país, se ao lado da liberdade que essas datas memoradas consubstanciam e recordam, não se proclamasse a liberdade do espírito ensinada com tanta insistência pelo divino Mestre. - **Presidente da Sociedade União Evangélica**²⁴⁴.

²⁴² *Imprensa Evangélica*, 1878 – 00046 P.5 – CHRISTO O NOSSO REI

²⁴³ Erickson, Millard J. **Opções Contemporâneas na escatologia.p.63-64.**

²⁴⁴*Imprensa Evangélica*, 1891 – 00023 (1) P. 1 – CONFERENCIA.

Sobre a aproximação da Igreja Presbiteriana do Brasil com outras denominações, **Carlos Barros Gonçalves** afirma que: No âmbito presbiteriano, o primeiro registro de uma iniciativa com vistas à aproximação dessa igreja com outras confissões foi encontrado no livro de Atas do I Sínodo Presbiteriano do Brasil, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1888. Na sétima sessão, ocorrida no dia sete de setembro, por proposta do reverendo Eduardo Carlos Pereira: Com a aprovação da sugestão de **Eduardo Carlos Pereira**, o Sínodo nomeou uma comissão composta pelo próprio reverendo Eduardo e pelos reverendos G. W. Thompson e Lacey Wardlaw. Importante registrar que foi a primeira menção que encontrei ao termo “aliança evangélica” nas fontes consultadas. Essa associação não foi registrada por escritores presbiterianos como Vicente Themudo Lessa ou estudiosos como Duncan Reily (2003), Antonio Gouvêa Mendonça (1995), Valdinei Ferreira (2010) e Silas Luiz de Souza (2005). Contudo, creio não ser exagerado aproximar essa proposta de Eduardo Carlos Pereira aos seus anseios por uma autonomia da Igreja Presbiteriana no país.

ver: GONÇALVES, Carlos Barros. **UNUM CORPUS SUMUS IN CRISTO? INICIATIVAS DE**

Na expectativa presbiteriana, com o fim da oficialidade da Igreja Católica sobre a nação brasileira e da limitação aos cultos públicos protestantes (iniciadas com o advento da República) o “Reino de Deus” estaria livre para invadir os corações anteriormente inalcançados, conquistar os lares, as ruas, praças e os demais espaços públicos.

Para além da ação divina por meio dos cristãos enquanto indivíduos, das famílias, das instituições eclesiais e para-eclesiais, resta-nos saber o papel atribuído à Deus na expansão do seu “reino” mediante o uso de eventos traumáticos, como a guerra.

CAPÍTULO 3

NAS FRONTEIRAS DA “HUMANIDADE”: AS GUERRAS NOTICIADAS NA GÊNESIS DO PRESBITERIANISMO BRASILEIRO (1861-1870).

Para compreendermos a visão presbiteriana a respeito dos papéis atribuídos a Deus e aos homens na expansão do “Reino de Deus” e do “progresso” no Império do Brasil, recorreremos aos noticiários sobre as guerras de Secessão, do Paraguai e do *Risorgimento Italiano* relatados no *Diário de Simonton* e publicados no jornal *Imprensa Evangélica*, de modo a investigar como os conceitos de “humanidade” e “providência” foram formulados na formação do presbiterianismo brasileiro.

Na elaboração de conceitos que marcam os limites entre os seres humanos ao longo da história, Koselleck chama de conceitos “assimétricos” aqueles utilizados na direção do outro de modo a tratá-lo como diferente e contrário, isto é, não implicando um reconhecimento mútuo, induzindo, porém, a significados depreciativos. Neste caso, o “outro” é apenas identificado, mas não reconhecido como um semelhante.²⁴⁵

O uso do “nós” e do “vós” sinaliza como ocorre a demarcação do “outro”. O “nós” não apenas indica, mas também cria e caracteriza as unidades de ação e os grupos políticos e sociais²⁴⁶. Povo, Estado, partido, classe, sociedade, Igreja podem ser entendidos como unidades de ação que muitas vezes são antecidas por um artigo definido, reclamando para si o direito exclusivo à universalidade e produzindo conceitos opostos que discriminam os excluídos.

Os conceitos podem ser organizados de acordo com os seguintes critérios:

1. Conceitos que se excluem mutuamente e cujos grupos de referência podem separar-se especialmente. Como o caso de helenos e bárbaros.
2. Os conceitos antitéticos se coordenam mutuamente no tempo, deslocando a relação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. O que foi insinuado pelos gregos passa a servir de parâmetro no par de conceitos: “ cristão – pagão”.
3. A referência à humanidade representa uma exigência tão grande de universalidade que parece não permitir que homem algum seja excluído²⁴⁷.

²⁴⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. P. 191

²⁴⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. P. 192

²⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. P. 193-196

Levando em conta as elaborações do conceito de “unidade” da raça humana formuladas pelos presbiterianos durante as experiências das três guerras que serão apresentadas neste capítulo, investigamos de que maneira os homens foram identificados em posições comuns e opostas tendo em vista as suas relações com o trabalho, com a nação e com a religião. Buscaremos no grupo religioso presbiteriano, cujas unidades de ação apresentadas no periódico *Imprensa Evangélica* foram demarcadas a partir da oposição entre os “católicos” e “protestantes”, em que medida as suas identidades expressam pretensões universais, exclusivistas e excludentes.

3.1 A “guerra” enquanto metáfora no *Imprensa Evangélica*

A linguagem metafórica mais uma vez foi encontrada com frequência no periódico *Imprensa Evangélica*, desta fazendo referência às guerras, sobretudo no ataque à Igreja Católica e às outras religiões. Como, por exemplo, no combate ao culto às imagens da Igreja Católica e no apelo à sensualidade das religiões “pagãs”. Para os presbiterianos, a valorização das imagens afrontaria o princípio da fé no Deus invisível que exige uma adoração verdadeira, realizada somente em espírito. Logo, a “guerra” estava declarada a tudo o que era considerado mal. Contudo, a guerra era espiritual não implicando, portanto, um conflito violento entre adversários humanos, nem o pegar em “armas carnis”, mas sim em “armas espirituais” eficazes para a grande batalha da vida cristã.²⁴⁸

Na *Confissão de Fé de Westminster* a metáfora da guerra também é utilizada ao referir-se ao processo de santificação presente na vida de todos os cristãos:

II. Esta santificação é no homem todo (1Ts 5:23), porém, imperfeita nesta vida; permanecendo ainda, em todas as partes dele, restos da corrupção (1Jo 1:10; Rm 7:18,23 Fp 3:12), e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável: a carne lutando contra o Espírito e o Espírito contra a carne (Gl5:17; 1Pe 2:11).

III. Nesta guerra, embora as corrupções restantes prevaleçam por algum tempo, (Rm 7:23), contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada vence (Rm 6:14; 1Jo 5:4; Ef 4:15,16), e assim os santos crescem em graça (2Pe 2:18; 2Co 3:18), aperfeiçoando a santidade no temor de Deus (2Co 7:1).²⁴⁹

²⁴⁸ *Imprensa Evangélica*, 03 de março de 1866. Ed. 00005. P.1; *Imprensa Evangélica*, 6 de junho de 1866. Ed. 00012. P.8

²⁴⁹ A Confissão De Westminster. Tradução: Filipe Luiz C. Machado E Joelson Galvão Pinheiro. São Paulo: Congregação Puritana Livre, 2013.P.35

Na inserção do presbiterianismo no Brasil, a vida cristã também foi comparada ao campo de batalha e o cristão ao soldado. Numa analogia com os voluntários apresentados para defender o Império do Brasil contra o Paraguai durante a “Maldita Guerra”, (Os *Voluntários da Pátria*), o periódico *Imprensa Evangélica* divulgou um guia de orientações para os voluntários cristãos ardentes com a missão de expandir o Reino de Jesus Cristo no Brasil: *Guia para voluntários Christãos*. Neste guia, passagens do Antigo Testamento que se referem à preparação para um campo de batalha real são tratadas como metáforas e aplicadas de maneira espiritual à vida dos cristãos. E os fragmentos neotestamentários, que tratam a guerra como metáfora, também foram aplicados pelos presbiterianos de forma semelhante.

QUADRO 04

Guia para voluntários cristãos²⁵⁰	
<p>O GUIADOR O Senhor que é o vosso condutor, ele mesmo será contigo; ele não te deixará, nem te desampará: não temas, nem te assustes. Dt. 31 v. 8.</p> <p>A VOZ DO COMANDO. Há-te com valor no santo combate da fé; trabalha por levar a vida eterna. Tim. 6 v.12</p> <p>OS INIMIGOS Sede sóbrios e vigiai; porque o diabo, vosso adversário anda ao redor de vós como um leão que ruge, buscando a quem possa tragar. 1.^a Ped. 2 v. 11 (...)</p> <p>AS ORDENS PERMANENTES Vigiai, estai firmes na fé, portai-vos varonilmente e fortalecei-vos. I Cor.16 v.13</p> <p>ORDENS DE MARCHA Não declineis nem para a direita nem para a esquerda; retira o teu pé do mal; por que o Senhor conhece os caminhos que estão a direita; e os caminhos que estão à esquerda são perdição; mas ele mesmo endireitará as suas carreiras, e guiando prolongará em paz os teus caminhos. Prov. 4 v. 27(...)</p> <p>DISCIPLINA CORPORAL Mortificai pois os vossos membros que estão sobre a terra: a fornicção, a impureza, a lascívia, os desejos mãos e a avareza, que é serviço de ídolos. Coloss. 3 v. 5.(...)</p>	<p>AS ARMAS Tomai outrossim o capacete da salvação e a espada do espírito (que é a palavra de Deus). Ef. 6 v. 17(...)</p> <p>FARDAMENTOS Portanto, tomai a armadura de Deus, para que possais resistir ao dia mau, e estar completos em tudo. Embracando o escudo da fé, com que possais apagar os dardos inflamados do mais que maligno, e tendo os pés calçados na preparação do Evangelho da paz. Ef .6 v.13,14,15</p> <p>SENHA Deus conosco. Math. 1 v. 23.</p> <p>ESTANDARTE O Senhor é o meu estandarte (no inglês), é minha glória (no português). Exodo 17 v.13</p> <p>ANIMAÇÃO Não temas nem hajas medo; porque o Senhor teu Deus é contigo para qualquer parte que fores. Jos. 1 v. 9.</p> <p>VICTORIA FINAL (...) Aquele que vencer eu(Jesus) o farei assentar comigo no meu trono; assim como eu também depois que venci, me assentei igualmente com meu pai no seu trono. Apoc. 3 v.21.</p>

Mesmo não havendo na nova versão da confissão um encorajamento para as

²⁵⁰ *Imprensa Evangélica*, 1 de agosto de 1868. Ed.00015. P.6

autoridades trabalhem na manutenção da pureza e da unidade da igreja, inclusive, lançando mão à “guerra justa”, a guerra continuava a ser um elemento comum entre as versões da confissão. Não nos referimos às guerras civis decorrentes da intolerância religiosa de um rei para com os súditos divergentes, ou aos conflitos entre seitas distintas do protestantismo ou entre os católicos e protestantes. Contudo, colocamos em debate uma guerra “supra religiosa” ou “supradenominacional”, cuja vitória demonstraria o favor de Deus atuando na História, por meio da ação humana, em benefício dos homens injustiçados.

O posicionamento citado não era o mesmo dos Espíritas, os quais não noticiaram guerras específicas em seu periódico (1858 – 1869), mas trataram todas genericamente como um mal a humanidade²⁵¹. A superação dos entraves ao progresso, como a escravidão no Brasil, não seria realizada abruptamente por um conflito entre os homens, porém pela transformação gradual da sociedade. Como defendia o espírita Silva Neto:

Seria preciso impedir uma guerra civil – as crateras que vomitariam lavas – como a ocorrida nos Estados Unidos. Para atuar em prol da abolição, bastava que os jornalistas orientassem, ou melhor, conscientizassem os senhores de escravos: que eles tivessem uma conduta humanitária para com seus cativos. Em vez de castigos físicos, os morais. Nada de chicote, mas gratificações. Para ele, a propriedade justificada por leis injustas transformava a posse de escravos num crime.²⁵²

Portanto, para os Espíritas, os homens compreenderiam melhor a fraternidade e as guerras desapareceriam juntamente com o egoísmo.

Conforme os presbiterianos que atuaram no Brasil, sejam nacionais ou estrangeiros, as autoridades seculares nos Estados Unidos, Brasil e Itália, depararam-se com situações históricas tão injustas que a alternativa para a mudança passaria pela deflagração de guerras. O horror da escravidão, a “barbaridade” dos paraguaios e o poderio da Igreja Católica sobre as questões políticas na península Itálica deveriam ser superados, e o caminho apontado até então era o da guerra.

As guerras literais, não apenas metafóricas, ganham espaço no noticiário do periódico *Imprensa Evangélica*, assim como acontece nos jornais não confessionais

²⁵¹ *Revista Espírita Jornal de Estudos Psicológicos*. Edição 00004. 1858. P112; Edição 00006. 1858. P175

²⁵² DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo**. São Paulo: Planeta, 2014. Pag. 61

(correntes no Império do Brasil). Os eventos são narrados não apenas do ponto de vista da informação, mas sim dentro de uma perspectiva da História que oferecia elementos para a produção de uma narrativa carregada de juízos de valor. Os acontecimentos ancoram-se numa leitura providencialista da História e, por isso, os seus agentes participam do plano soberano divino e não atuam como meros derramadores de sangues sedentos por poder.

Entretanto, os noticiários presbiterianos não apenas sugerem uma leitura providencialista da História, mas buscam discernir a causação divina dos eventos ao identificarem o agir de Deus na história da humanidade, inclusive em eventos traumáticos como a guerra. O “criador” não se torna conhecido apenas por uma revelação expressa num livro sagrado, todavia demonstra o seu cuidado para com o homem no universo mediante o seu agir na História. A escravidão dos hebreus na terra do Egito, por exemplo, foi vista dentro da ótica da “providência”, que capacitou o “povo de Deus” a aperfeiçoar-se nas artes e na cultura, tomando como exemplo a civilização mais avançada daquele período²⁵³.

O leitor do *Imprensa Evangélica* considera, portanto, que é possível conhecer mais sobre Deus e sobre a sua intervenção na História da humanidade pelo conhecimento dos acontecimentos notáveis noticiados pelos periódicos contemporâneos. “Leio jornais pois quero saber o progresso que o reino de Jesus Christo vai fazendo neste mundo”.²⁵⁴

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que anunciam a expansão do “Reino de Deus”, as guerras sanguinolentas vinham ferindo as promessas da civilização e do progresso, devendo elas chamarem a atenção da humanidade para a necessidade da aproximação de Deus e da formação de “uma só família e nação”.

E em um tempo onde, a despeito de todas as promessas da civilização e do progresso, temos experimentado tantas decepções, vendo, depois de esperanças de paz, guerras sanguinolentas aparecerem, é bom neste lugar, onde as maquinas de guerra aperfeiçoadas ocupam um tão largo espaço, aproximando-nos de Deus para formar uma só família e não ter senão uma pátria.²⁵⁵

²⁵³ *Imprensa Evangélica*, 2 de novembro de 1867. Ed. 21 P. 4 . **CATECISMO DA NOSSA REDENÇÃO (A IGREJA EM ESTADO DE TRANSIÇÃO DE FAMÍLIA PARA NAÇÃO)**.

²⁵⁴ *Imprensa Evangélica*, 6 de outubro de 1866. Ed. 19. P. 6

²⁵⁵ *Imprensa Evangélica*, 03 de agosto de 1867. Ed. 00015. P.8

Os presbiterianos, então, na experiência da guerra, exclamaram o anseio pela formação de uma comunidade humana que superasse as demarcações excludentes estabelecidas pelo egoísmo dos homens. Isto é, as definições do conceito de humanidade e as demarcações que a divide não foram elaboradas na história do presbiterianismo apenas pelos “grandes teólogos” responsáveis pela sistematização das doutrinas. A experiência histórica dos presbiterianos em acontecimentos fora do espaço normalmente tido como religioso, a exemplo da experiência e das leituras das guerras, constitui parte importante da formação das ideologias religiosas, das quais daremos atenção aos conceitos de humanidade e providencia.

No *Imprensa Evangélica* temos a seguinte afirmação sobre o homem: “O homem não seria um anjo nem um animal, mas o filho de Deus decaído”²⁵⁶. Ainda que corrompido pelo pecado, o homem carrega marcas da imagem de Deus. Essas marcas fazem com que haja nele um desejo que não pode ser satisfeito por nada encontrado neste mundo. O homem carrega uma angústia existencial por se deparar com a maldade e o sofrimento existente decorrentes do seu pecado. Essa angústia demonstra a sua insatisfação com o ordenamento do mundo. Outrossim, a angústia e a insatisfação decorrem do pecado e do sentimento de culpa que o homem criou ao desobedecer a Deus. Nesta matéria do *Imprensa Evangélica*, a autoria do mal está relacionada ao uso inadequado da liberdade que o homem recebeu de Deus, e não a um decreto divino, como afirmam algumas vertentes do calvinismo.

Para o *Imprensa Evangélica*, as desigualdades entre os homens, as guerras, as paixões em lutas tão revoltantes e o mal parecendo sobrepujar tanto o bem, fazem com que a vida humana seja uma molesta para contemplar-se²⁵⁷. Diante de tamanhas moléstias conhecidas nos eventos da Guerra de Secessão, Guerra do Paraguai e *Risorgimento Italiano*, coube-nos a seguinte indagação: como a igreja presbiteriana vivenciou a esperança na “providência divina” diante de tais conflitos?

3.2 A Guerra de Secessão (1861 - 1865)

De acordo com Max Weber, o trabalho na concepção calvinista, é um elemento formador da identidade dos seres humanos. Ele entra como um elemento obrigatório, no sentido de que todos os homens, se quiserem viver dignamente tal como Deus planejou,

²⁵⁶ *Imprensa Evangélica*, 02 de outubro de 1869. Ed. 00019. P.2

²⁵⁷ *Imprensa Evangélica*, 18 de Janeiro de 1868 Ed. 00002. P.4

precisam considerar o seu trabalho como uma obrigação. Por outro lado, tal obrigação, na ética calvinista, não implicava necessariamente no domínio de um homem sobre outro homem no intuito de escravizá-lo.

De fato: essa ideia singular, hoje tão comum e corrente e na verdade tão pouco auto evidente, da profissão como dever, de uma obrigação que o indivíduo deve sentir, e sente, com respeito ao conteúdo de sua atividade “profissional”, seja ela qual for, pouco importa se isso aparece à percepção espontânea como pura valorização de uma força de trabalho ou então de propriedades e bens (de um “capital”) — é essa ideia que é característica da “ética social” da cultura capitalista e em certo sentido tem para ela uma significação constitutiva.²⁵⁸

A crença de que as boas obras do indivíduo, incluindo o trabalho sobre o mundo secular, evidenciavam a sua predestinação, segundo Weber, foi um dos elementos que contribuiu para o desenvolvimento do Capitalismo Industrial na Europa²⁵⁹.

Muito mais que uma punição ao pecado de Adão, o trabalho, conforme Hodge, foi uma ordem dada ao homem, o responsável por dominar sobre os animais e as plantas ainda no estado de perfeição do paraíso²⁶⁰. Inicialmente, este domínio seria exercido ao catalogar tudo que havia no jardim. Posteriormente, caberia à Adão e a sua descendência cuidar de tudo o que ali existisse. Ou seja, o trabalho relacionava-se com a formação da identidade humana desde o princípio da Criação. As formas de trabalho haviam sido corrompidas após a queda do homem, que passaria a sofrer para obter o seu próprio sustento e estaria sujeito ao domínio do seu semelhante nas relações de trabalho. Considerando tal perspectiva calvinista, lançamos a hipótese de que diante do sacrifício de Cristo, capaz de restaurar consigo mesmo todas as coisas, tais relações deveriam ser repensadas a partir de uma visão de mundo que considerasse a igualdade entre os seres humanos.

De acordo com um artigo do *Imprensa Evangélica* de 1866, toda “criatura”, não apenas os cristãos, deveria trabalhar para adiantar “o reino de Cristo, lembrando-se que Deus não é um duro Senhor”²⁶¹. Nesse sentido, o trabalho não está restrito à missão ou atividades religiosa. Todo o trabalho deve ser visto como uma maneira de glorificar a Deus e contribuir para o avanço do seu “Reino”.

²⁵⁸ WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. P.47

²⁵⁹ McGrath. Alister. **Teologia Sistemática, Histórica e Filosófica**. São Paulo: Shedd Publicações, 2010. P.537 – 539.

²⁶⁰ HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001. P. 559-561.

²⁶¹ *Imprensa Evangélica*, 27 de março de 1886. Ed. 13. p.5

No diário pessoal do missionário Ashbel Green Simonton ainda em sua viagem ao sul dos Estados Unidos, antes mesmo de tornar-se seminarista em Princeton, é possível perceber a sua rejeição ao sistema escravista. Inúmeras são as passagens do diário nas quais o missionário declara a sua indignação contra a escravidão²⁶², sobretudo quando o jovem registra pela primeira vez o seu encontro com “um lote de negros” que estavam sendo conduzidos com o fim de serem vendidos.²⁶³

Sobre a estratégia política para a abolição nos Estados do Sul, em 1854 Simonton sugere que o problema deveria ser retirado do Congresso e entregue à Suprema Corte ou à população dos territórios à época de votarem as respectivas Constituições Estaduais. A sua crença de que o caminho para a abolição estaria aberto pela população se dava ao fato dele reconhecer em vários senhores de escravos do sul um sentimento de pesar e uma responsabilidade pela imposição deste tipo de trabalho. Para Simonton, os sentimentos da população deveriam produzir a transformação necessária para a extinção dessa condição desumana. Porém, deflagrada a Guerra Civil nos Estados Unidos, Simonton, assume a necessidade da guerra na superação do sistema de trabalho escravo:

Os poucos meses que se passaram desde a eleição de Lincoln davam interesse especial às suas notícias. Desde a revolução da qual surgiu nosso governo nacional até a presente rebelião que pretende pôr fim a esse governo não houve crise igual na vida nacional. Por algum tempo tive minhas dúvidas sobre a conveniência e o dever da guerra, nunca sobre o direito constitucional de fazê-la. Agora estou convencido de que qualquer acordo (se é que haverá acordo aconselhável) só pode ser feito com as armas nas mãos do governo. Creio também que não será esperar demais prever o começo do fim da escravidão. Se ao menos esta mancha puder ser removida, esse íncubo retirado do corpo da nação, mesmo que com longa demora até o fim do processo, teremos obtido grande vitória. É tempo de provação, tempo de humilhação do orgulho nacional, de confissão de pecados e súplica do socorro divino²⁶⁴.

Em seu primeiro jantar em terras brasileiras, juntamente com a família do cônsul Sr. Wright, foi servido por escravos²⁶⁵. Durante a sua missão no Brasil, Simonton teve

²⁶² A maior parte destas passagens também foram trabalhadas por Lenz César e por Valmir. Ver: CÉSAR, Elben Lenz. **Mochila nas costas, diário na mão**. Viçosa: Ultimato, 2009.

SANTOS, Valmir Rocha. **Polêmica religiosa e defesa doutrinária no discurso de Ashbel Green Simonton**. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013.

²⁶³ SIMONTON, Ashbel Green. **O diário de Simonton (1852-1866)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. P.52. 3 de fevereiro de 1854

²⁶⁴ O DIÁRIO DE SIMONTON. Rio de Janeiro, 19 de Junho de 1861. p.149

²⁶⁵ SIMONTON, Ashbel Green. **O diário de Simonton (1852-1866)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. P.

inicialmente certo cuidado ao tratar da questão escravista a fim de não dificultar a abertura para a pregação do evangelho entre algumas famílias. “Tive uma conversa com S. e me arrependi. Foi sobre a escravidão; ele é absurdamente a favor e eu, contrariando-o, acabo perdendo poder e influência sobre ele”²⁶⁶.

O arrependimento referia-se muito mais ao momento e à maneira com que o assunto foi tratado, do que propriamente ao posicionamento do missionário sobre a escravidão e ao papel que ele atribuía à igreja, aos indivíduos e ao Estado no processo abolicionista.

Simonton é republicano entusiasta, mas não está no Brasil para subverter a monarquia; é antiescravagista visceral, e não faz segredo disso, mas não vai dedicar-se à campanha abolicionista no país. Ele visa a inserção no sistema religioso brasileiro de uma nova denominação integrada por pessoas que tenham experiência pessoal de que Deus perdoou seus pecados porque creram em Cristo.²⁶⁷

A preocupação de Simonton em não entrar inicialmente em discussões diretas em torno da escravidão pode ser evidenciada na pouca quantidade de discussões abolicionistas no periódico *Imprensa Evangélica* durante os anos em que foi o editor chefe (1864-1867).

Em 1865, porém, verificamos um comentário sobre a morte do presidente Abraham Lincoln e sobre o fim da Guerra de Secessão. Os acontecimentos são apresentados como fatos que consolidam a emancipação libertadora de mais de quatro milhões de escravos.²⁶⁸ Posteriormente, o periódico comenta os possíveis efeitos da vitória do norte dos Estados Unidos e da morte de Abraham Lincoln sobre a Europa, demonstrando o apreço generalizado pelos feitos do presidente assassinado²⁶⁹.

De acordo com Angela Randolph Paiva, há uma ausência de argumentação religiosa na campanha abolicionista brasileira, diferentemente do caso estadunidense²⁷⁰. Se considerarmos a campanha abolicionista no espaço público oficial, como o Conselho

126.12 de agosto de 1859.

²⁶⁶ SIMONTON, Ashbel Green. **O diário de Simonton (1852-1866)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002P. 129. 29 de setembro de 1859.

²⁶⁷ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira**. São Paulo: Casa editora Presbiteriana, 1981. P.27.

²⁶⁸ *Imprensa Evangélica*, 1 de agosto de 1865. N. 17. P. 8 – Guerra de Secessão / Encíclica Pio IX.

²⁶⁹ *Imprensa Evangélica*, 29 de setembro. 1865 N. 21.P.8 – Correspondência de Paris (Thiago).

Imprensa Evangélica, 06 de março de 1869. Ed. 00005. P.2

²⁷⁰ PAIVA, Angela Randolph. **Católico, Protestante, Cidadão: Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2010.

de Estado ou o Senado, veremos que o discurso religioso não aparece em evidência, mas que os argumentos sobre como aconteceria a libertação dos escravos pautavam-se na viabilidade econômica e na repercussão da liberação sobre as relações sociais no Império do Brasil.

Contudo, não devemos desconsiderar que o debate em torno da escravidão no Brasil passou por várias frentes da Imprensa, inclusive pela imprensa religiosa, como o caso do próprio *Imprensa Evangélica* e do jornal católico *O Apóstolo*, que não discursaram apenas sobre a abolição, mas também sobre o lugar da guerra no processo abolicionista.

A pouca publicação sobre o caso da guerra de Secessão no *Imprensa Evangélica* durante a gestão de Simonton não nos parece indicar a sua indiferença com relação à guerra e suas implicações sobre as condições de trabalho no sul dos Estados Unidos, uma vez que o missionário registra em seu diário suas angústias em relação ao eventos do conflito civil. Diante da separação do Estado da Carolina do Sul, o missionário narra em seu diário a expectativa de que tal evento, dentro da história da providência, resulte em um futuro melhor para a humanidade.

Agora quem poderá prever a marcha dos acontecimentos nos Estados não mais “unidos”? Talvez Deus por caminhos inimaginados vai dar meios para se expulsar o íncubo da escravidão, apesar de, à nossa vida humana parecer que se dará justamente o contrário. Sinto forte convicção de que há um bom propósito, de algum modo oculto sob essas sombrias providências²⁷¹.

No espaço do diário, o missionário não tem o compromisso de sustentar uma ideia diante de uma plateia, como o faria em um sermão, nem de argumentar para os seus leitores, como o faria ao escrever um artigo no *Imprensa Evangélica*. No diário, o missionário coloca os seus pensamentos imediatos e as suas respostas, ainda em elaboração, aos eventos traumáticos da História. Não há um compromisso com uma resposta definitiva. Não há uma conclusão dogmática do propósito exato da providência divina que, de acordo com Calvino, é secreto. Mas a imaginação, as inquietações do tempo presente do missionário, assim como a sua crença nos valores que, supostamente, seriam apreciados por Deus, o levaram a crer que tais eventos catastróficos poderiam resultar num bem maior: a libertação dos escravos. Deste modo, os Estados Unidos

²⁷¹ *O diário de Simonton (1852-1866)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. P.147 - 14 DE FEVEREIRO DE 1861.

continuariam a ser o modelo a ser seguido pelas outras nações.

A preocupação de Simonton em acompanhar o conflito continua e os eventos da guerra são registrados em seu diário e, por se tratar de uma escrita pessoal, o missionário não teve a preocupação de anotar a fonte de tais informações, como no caso a seguir:

Enquanto isso tristes notícias chegaram dos Estados Unidos. O Forte Sumter foi atacado pela Carolina do Sul no dia 12 de abril e instantaneamente a nação pegou fogo. Lincoln pediu 75.000 voluntários e proclamou o bloqueio do sul. A Virgínia separou-se; as instalações da Marinha de Norfolk e o arsenal de Harper's Ferry foram queimados para impedir que caísse em mãos federais. Todos estão muito agitados e a multidão de ambos os lados exige guerra. Os fundos da Junta estão se acabando e não sabemos onde esse desastre vai nos levar²⁷².

Apesar de favoráveis à abolição, Simonton e os primeiros presbiterianos redatores do *Imprensa Evangélica* não usaram o termo “escravidão” com frequência no periódico para referir-se a um sistema de trabalho a ser combatido, mas apenas enquanto condição espiritual da humanidade. Em 1871, temos a primeira manifestação política direta e clara do periódico sobre a escravidão. Trata-se de um comentário da lei sobre o elemento servil aprovada pelo Senado e sancionada pela Regente, que se tornou conhecida como “Lei do Ventre Livre”. O comentário é baseado em trechos do discurso do Sr. Conselheiro Souza Franco²⁷³.

O periódico protestante também reconhece o envolvimento da Igreja Católica na luta contra a escravidão por meio da manifestação de bispos através de cartas e do posicionamento do Jornal *O Apóstolo*²⁷⁴. Ou seja, mesmo tratando a Igreja Católica como atrasada em relação aos valores da modernidade, os protestantes brasileiros buscaram, em poucos momentos, reconhecer as atividades positivas da instituição. Assim, o *Imprensa Evangélica* publicou a lista de 10 artigos que demonstram porque o cristão não deve aceitar a escravidão. Os artigos alicerçavam-se em justificativas religiosas, econômicas e políticas.

Em 1886, quando o jornal era impresso em São Paulo, semanalmente, há

²⁷² *O diário de Simonton (1852-1866)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. P.148 - Rio de Janeiro, 17 de Junho de 1861.

²⁷³ *Imprensa Evangélica*, 7 de outubro de 1871. N. 9 P.1 – Lei sobre o elemento servil.

²⁷⁴ *Imprensa Evangélica*, 5 de Novembro de 1887. N. 45. P. 3

menção ao lugar da educação na substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre. O periódico exemplifica o que aconteceu nos Estados Unidos após a sua Guerra Civil com a fundação de diversas escolas livres, de agricultura e de ensino de toda qualidade de trabalho científico gerando, conseqüentemente, nos Estados escravocratas do Sul uma classe industrial capaz de rivalizar com os Estados do Norte.²⁷⁵ Comparando os Estados Unidos com o Brasil, o redator do jornal indaga no final do artigo quem será o brasileiro capaz de se imortalizar enquanto herói nacional por fundar escolas capazes de produzirem mão de obra qualificada para as indústrias, tornando o seu país mais próspero e desenvolvido.

2.3 A Guerra do Paraguai (1864 - 1870).

Enquanto as Treze Colônias conseguiram independência no século XVIII, as colônias da América Espanhola foram conquistando a sua independência ao longo do século XIX. Estas não formaram imediatamente Estados Nações solidificados com territórios claramente demarcados. As ex-colônias construíram os seus Estados e definiram seus limites ao longo do século mediante processos históricos que envolveram guerras tanto com as nações em formação, como com os reinos na Europa. Neste processo histórico, está situada a “Maldita Guerra”, também conhecida como Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança ou Grande Guerra²⁷⁶.

Na historiografia há uma longa discussão acerca dos efeitos desta guerra sobre o fim do sistema escravista e do governo monárquico. Conforme Jorge Prata, no decorrer da Guerra do Paraguai, é verificado um aumento significativo das cartas de alforria e do número de escravos libertos. Jorge Prata demonstra que “dos 7.752 libertos dos cinco anos de guerra, 37% obtiveram alforria sobre a explícita condição de marcharem em guerra (...) percebe-se que no biênio 1867/1868 as alforrias para a guerra superaram as libertações por outro motivo²⁷⁷”.

²⁷⁵ Imprensa Evangélica, 23 de janeiro de 1886. Ed. 4 P.3

²⁷⁶ IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: O Brasil Imperial - Vol.II - 1831 - 1889. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.P.391

²⁷⁷ DE SOUSA, Jorge Prata. Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. - Rio de Janeiro: Muad: ADESA, 1996. P.95

QUADRO 05

LIBERTOS PARA A GUERRA E POR OUTROS MOTIVOS ²⁷⁸			
ANO	PARA A GUERRA	OUTROS	SOMA
1865	16	799	815
1866	221	990	1211
1867	1409	1021	2430
1868	1252	1029	2281
1869	5	1010	1015
TOTAIS	2903	4849	7752

Durante a guerra, o valor dos escravos passou por um aumento significativo, o mais barato tendo sido comprado por 1.250\$000 e o mais caro por 2.800\$00, custando para os cofres do Império um total de 2.746,950\$000. Nem todos os alforriados para a guerra, porém, foram comprados pelo governo. Alguns homens convocados para a guerra recorreram à compra de escravos visando a substituição. Algumas instituições e particulares também ofertaram os seus escravos, seja por títulos honoríficos ou para evitar a convocação de homens que cuidavam da segurança local²⁷⁹.

De acordo com Robert Conrad²⁸⁰, cerca de 20 000 escravos receberam a carta de alforria com a participação na guerra. No entanto, Ricardo Salles demonstra que a tarefa de determinar os números de escravos envolvidos na guerra não é um trabalho fácil, pois, além da precariedade das estatísticas da época, havia “um desejo de ocultar o quanto uma sociedade escravocrata dependeu de escravos para responder ao chamado de defesa da Pátria”²⁸¹. Vitor Izecksohn lembra que os números apresentados pelos

²⁷⁸ DE SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. - Rio de Janeiro: Muad: ADESA, 1996. P.95

²⁷⁹ DE SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. - Rio de Janeiro: Muad: ADESA, 1996. P.98 -100

²⁸⁰ CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª Ed, 1978. p. 96. IN: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 63

²⁸¹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. - Rio de

relatórios do “Ministério de Guerra, da Marinha e da Justiça não concordam entre si, muito menos com os números da província²⁸².”

Para Salles, a contradição resultante da participação dos negros no campo de batalha “não se fez aparente, e restringiu seus efeitos àqueles que diretamente nela estiveram envolvidos, os antigos combatentes e seus familiares²⁸³”. Talvez, por esse motivo, os presbiterianos não demonstraram através do *Imprensa Evangélica* o reconhecimento do lugar desta guerra no processo de libertação dos escravos, tal como fizeram quando escreveram sobre a Guerra de Secessão.

De acordo com Jorge Prata, a Guerra do Paraguai foi um dos elementos desestabilizadores do sistema de trabalho escravo no Império do Brasil. Ricardo Salles, mesmo divergindo nos detalhes a respeito da participação dos escravos na guerra, chega a uma conclusão semelhante:

Nesse sentido é que a presença do escravo como Voluntário da Pátria e Herói Nacional, assim mesmo, com as maiúsculas que o respeito da época lhes conferia, contribui para minar a estrutura social escravista, ao ser uma manifestação da contradição entre a estrutura político-jurídica liberal do Império e sua base escravocrata²⁸⁴.

Para Ricardo Sales, a participação dos libertos na guerra teria gerado na sociedade brasileira uma contradição que resultaria numa crise que fomentaria a luta abolicionista e os ideais republicanos que minariam as bases do Império²⁸⁵.

Nos estudos recentes de Vitor Izecksohn, porém, vemos que o movimento para a participação dos escravos na guerra partiu muito mais de um esforço do governo. Ou seja, as demandas da guerra não mobilizaram os donos de escravos em favor de uma

Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 63

²⁸² IZECKSOHN, Vitor. **O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo.** In: Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 96-110 – 2015. P. 104

²⁸³ SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 75

²⁸⁴ SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 74

²⁸⁵ SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 76-77. Doratioto também faz uso desta citação de Salles. Ver: Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva Maldita guerra : nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo : Companhia das Letras, 2002. p. 274

luta nacional a ponto de abrirem mão de um humano tido como propriedade.

Cinquenta e seis por cento de todos os indivíduos emancipados provieram de doações imperiais, da Casa Imperial, das Fazendas Imperiais ou de instituições fortemente relacionadas ao Estado, como a Igreja. Metade das contribuições privadas proveio de substituições. As doações privadas representaram somente dois por cento de todos os esforços de recrutamento. A má vontade dos fazendeiros para contribuir com escravos pode ser atribuída à crise permanente, decorrente do fim do tráfico internacional, na década anterior²⁸⁶.

Para Izecksohn, além do número de libertos ter sido bem inferior ao esperado no início da guerra, os ex-combatentes sofriam restrições e controles institucionais que “impediam que a sua experiência militar se tornasse um elemento chave na luta imediata pela abolição”²⁸⁷. Contudo, para o autor, o envolvimento da monarquia com a guerra, gerou um desgaste dos grandes proprietários e da Igreja com governo, o que contribuiu para a sua desestabilização²⁸⁸.

Além dos alforriados, vários homens nascidos livres participaram da guerra, sejam voluntários ou convocados. Para incentivar a participação voluntária e tentar solucionar os problemas decorrentes do recrutamento diante das tensões entre o uso de mão de obra livre e escrava no avanço da civilização dentro da nação brasileira, o governo lançou a campanha dos *Voluntários da Pátria*²⁸⁹, que não passou despercebida pelo *Imprensa Evangélica*.

Nas guerras, a tensão entre o “nós” e o “vós” é agravada, os limites são claramente demarcados e o “outro” facilmente anulado, não reconhecido como um semelhante. Resta saber como uma religião, cuja antropologia teológica prevê a unidade entre os seres humanos (todos reconhecidos enquanto imagens de Deus distorcidas pelo pecado igualmente necessitados da sua graça salvífica) posicionou-se frente à anulação

²⁸⁶ IZECKSOHN, Vitor. **O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo**. In: Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 96-110 – 2015. P. 104

²⁸⁷ IZECKSOHN, Vitor. **O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo**. In: Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 96-110 – 2015. P. 106

²⁸⁸ IZECKSOHN, Vitor. **O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo**. In: Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 96-110 – 2015. P. 106

²⁸⁹ Sobre o lugar da lei do voluntarismo no debate em torno das questões dos trabalhos livre e escravo na senda do “progresso” brasileiro a partir das discussões dos Militares, do Senado e do Conselho de Estado, ver: DE SOUSA, Jorge Prata. **Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. - Rio de Janeiro: Muad: ADESA, 1996. P. 37 – 54.

do “outro” diante de uma guerra entre nações em formação.

Ao noticiar a Guerra do Paraguai, o periódico enfatiza a superioridade dos brasileiros em relação aos paraguaios. Para que o Brasil tivesse condições de dedicar -se às questões internas, como aquelas relacionadas à abolição, seria necessário a finalização da guerra, o que, apesar das expectativas de vitória rápida, ocorreu apenas em 1870²⁹⁰.

A partida do Imperador Dom Pedro II para o Rio Grande do Sul é apresentada pelo jornal como um grandioso ato de patriotismo. A guerra, mesmo com as suas atrocidades, levaria a nação a despertar um sentimento glorioso de identidade nacional, assim como aconteceu com a Guerra Civil dos Estados Unidos.

A guerra é sempre uma terrível calamidade. Mas a história atesta, que nas provocações da guerra é que as melhores qualidades nacionais se desenvolvem. Não sabemos ainda se tal sucederá entre nós. Não vemos ainda as condições necessárias para este resultado. A desconfiança é ainda a política reinante. Correm boatos aterradores entre o povo, que os escuta e acredita por falta de esclarecimentos oficiais. Se há falta de disciplina e de boa organização no exército, ninguém disso há de admirar-se a vista de falta de boa inteligência entre o Governo e a nação, e da letargia, a que o espírito público parece estar entregue²⁹¹.

Termos elogiosos dirigidos ao Imperador continuam sendo empregados pelo periódico no intuito de engrandecer os brasileiros em relação aos paraguaios, demonstrando a nobreza do líder do seu povo ao envolver-se diretamente com a guerra, administrando-a de modo responsável e retornando do campo de batalha com a cabeça erguida²⁹².

O desgaste da guerra violenta seria compensado pelo seu resultado final, tornando a nação brasileira mais unificada e os seus cidadãos mais cômicos das suas qualidades nacionais então aperfeiçoadas. Ou seja, a guerra desempenha, na perspectiva presbiteriana um evento significativo na formação da unidade política de um povo que está se constituindo enquanto nação, portanto, da formação da identidade dos indivíduos que dela participam.

²⁹⁰ *Imprensa Evangélica*, 5 de maio de 1866. Ed. 9. p. 8

²⁹¹ *Imprensa Evangélica*, 16 de agosto de 1865 N. 18. P. 8. – Guerra do Paraguai.

²⁹² *Imprensa Evangélica*, 14 de outubro de 1865. N. 22 – Reconhecimento da Itália pela Hespanha.p. 5 / Guerra entre Prússia e Áustria P.8 / liberdade de culto no Chile.P.8 / Guerra do Paraguai. P.8.

Por outro lado, apesar de reconhecer a superioridade do governo republicano em relação ao governo monárquico, a preocupação com a mudança de tal estrutura política não constitui um alvo dos presbiterianos envolvidos na redação do *Imprensa Evangélica*. Coube ao periódico o dever de apresentar os princípios sobre os quais os sistemas políticos deveriam tomar como base. Portanto, os “grandes feitos” do Imperador e de todas as instâncias de poder na monarquia brasileira, inclusive durante a guerra, foram notados, interpretados e difundidos pelos presbiterianos. Também, as suas “ingerências” são denunciadas, como veremos no capítulo posterior.

Mais uma vez o periódico louva à iniciativa do imperador. Agora por ele convocar a população por meio de um chamado voluntário e não obrigatório. Se tratava da *Lei do Voluntarismo*. Isso mostrava que o governo não estava impondo deveres ao povo, mas que, como representante do povo que forma a pátria, busca a manutenção da sua segurança a partir o exercício do direito do povo que compõe a nação²⁹³.

Em contraste à figura do Imperador do Brasil, o jornal deprecia a imagem do líder paraguaio, apresentado como um ditador. A metáfora da guerra a partir do caso dos voluntários para a Guerra do Paraguai é usada novamente pelos presbiterianos. Desta vez, com uma analogia mais direta entre Francisco Solano López e o Diabo. O objetivo era o de lembrar aos cristãos de que todo mal personificado na pessoa de López não estava presente apenas nos campos de batalha da Guerra do Paraguai, mas estava em todos os lugares. Seria ele o maior inimigo dos homens, o responsável pela deflagração de todas as guerras. A crença na ressurreição seria um elemento de encorajamento tanto à batalha espiritual da vida cristã como à batalha real entre os seres humanos, desde o combatente esteja ao lado da justiça e mantenha seu olhar fixado a esperança por vir.

Quando nada nos falta, quando temos A CERTEZA que não morreremos nesse combate, e que, ainda quando morramos *ressuscitaremos em carne e osso*, é certamente uma grande covardia, deixarmos a Deus a defesa de sua causa, deixarmos nossos irmãos espalhados pelo mundo sucumbirem ao império da tirania dos Lopez; assistirmos impassíveis aos desgostos que trazem acabrunhada a sociedade dos homens. O homem que se diz cristão e que, impávido, vê atacado o reino dos céus, deve ter pejo de si mesmo: esse vive na terra de empréstimo, é um parasita que não participa do solo, não frutando a seiva da árvore a que está pegada²⁹⁴.

A guerra mobilizada para combater o governo “tirano” de Lopez deveria ser

²⁹³ *Imprensa Evangélica*, 4 de março de 1865. Ed.0009. P.1

²⁹⁴ *Imprensa Evangélica*, 1 de agosto de 1868. Ed.00015. P.6

compreendida como justa, como uma causa a ser vencida para o próprio Deus. Os homens empregados nesta causa seriam devidamente compensados por Deus. Os cidadãos do “Reino de Deus” e peregrinos no Império do Brasil deveriam considerar com seriedade o trabalho que o próprio Deus estava fazendo entre outras nações, inclusive usando, por meio da “providência”, os eventos traumáticos iniciados pela ação maligna do Diabo.

O nosso Deus é o mesmo Deus dos Chins, e dos Turcos; dos gregos e dos Romanos; dos Bárbaros e dos Scythas. Aquele que adora a Fó, ou a Vudús, ou a jacarés é feito pelo mesmo Deus que nos fez a nós; (...) arranquemos as nossas almas e as almas de nossos irmão das trevas que os corrompem: - purifiquemos a atmosfera em que vivemos com o odor da vida que é em Cristo Jesus.(...) a vitória já a temos de antemão na nossa fé, no nosso general, o Senhor Jesus Cristo. Eis, pois, filhos da ressurreição – avante²⁹⁵!

Temos duas implicações para a crença de que Deus havia criado todos os povos iguais: 1. Os brasileiros não deveriam temer a “barbaridade” ou falta de civilidade dos paraguaios; 2. Deus deseja que todas as nações sejam abençoadas com a expansão do seu reino sobre a Terra, mesmo que para isso seja necessário utilizar a guerra.

A *Lei do Voluntarismo*, contudo, não extinguiu o recrutamento obrigatório, que, por sua vez, foi muito recorrente na Guerra do Paraguai, de modo que “creditar aos voluntários a constituição dos batalhões é uma tremenda injustiça para com os inúmeros forçados a engrossar as fileiras do Exército e da Armada”²⁹⁶.

Os recrutamentos não costumavam seguir um critério. Muitas vezes, os convocados eram oposição política aos que estavam no poder de uma certa região. Tais recrutamentos atingiam livres e escravos. Estes podiam ser recrutados sem o consentimento do seu senhor, que depois da guerra reivindicada o direito à sua propriedade, mesmo que este tenha se tornado um herói durante o combate²⁹⁷.

Para o periódico *Imprensa Evangélica*, havia limites na aplicação da campanha dos voluntários da pátria. O perigo de tal convocação “voluntária” estaria na pressuposição da moralidade, educação e patriotismo do povo, o que nem todo povo

²⁹⁵ *Imprensa Evangélica*, 1 de agosto de 1868. Ed.00015. P.7

²⁹⁶ DE SOUSA, Jorge Prata. **Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. - Rio de Janeiro: Muad: ADESA, 1996. P.112.

²⁹⁷ DE SOUSA, Jorge Prata. **Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. - Rio de Janeiro: Muad: ADESA, 1996. P.66-67.

tem, e pelo fato do Brasil estar numa transição para a modernidade e o progresso. Para garantir o sucesso das convocações voluntárias, seria necessário garantir escolas públicas, liberdade de expressão e liberdade religiosa²⁹⁸.

O jornal ressaltou a importância da substituição da mão de obra escrava pela livre. Neste processo, contudo, o negro não foi considerado. Não foi relatado no periódico que a substituição aconteceria pela incorporação dos alforriados ao trabalho assalariado, mas pela recepção de imigrantes europeus e estadunidenses. Tais grupos são apresentados no periódico como as raças mais aperfeiçoadas e cultas. De acordo com o Dr. Furquim de Almeida, sem uma larga torrente da emigração seria difícil fugir dos males previstos para o futuro da economia do país. Contudo, seria imprescindível oferecer aos colonos além de condições favoráveis de trabalho, liberdade cultural e religiosa²⁹⁹.

O pressuposto da igualdade entre os homens fundamentava-se nos textos sagrados e sinalizava-se por evidências científicas nos manuais teológicos, porém, parece encontrar um limite de aplicação. Os europeus e estadunidenses são apontados como homens mais inclinados ao progresso e ao desenvolvimento da civilização. O artigo não entra com explicações detalhadas sobre o motivo que levam estes grupos humanos a serem mais valorosos, isto é, não esclarece se é por motivos naturais ou por uma construção sócio-cultural realizada ao longo da história. Contudo, os escravos libertos não encontram lugar efetivo na construção desta nação que marcha em direção ao progresso. A expectativa de libertação dos escravos expressa no *Imprensa Evangélica* não fora acompanhada de uma projeção de sociedade que contemplasse o negro livre em sua construção.

De modo semelhante ao *Imprensa Evangélica*, o periódico católico *O Apóstolo* reconheceu em inúmeras notícias a validade do envolvimento do Império do Brasil na luta contra os “bárbaros” paraguaios³⁰⁰, assim como reconheceu, em alguns momentos, a importância das conquistas da Guerra de Secessão para as condições de trabalho nos Estados Unidos. Neste caso, o periódico católico chama a atenção para a inserção do negro numa economia de trabalho livre:

²⁹⁸ *Imprensa Evangélica*, 4 de março de 1865. Ed.0009. P.1

²⁹⁹ *Imprensa Evangélica*, 1866. N.2. – O branqueamento como saída. P.5

³⁰⁰ *Imprensa Evangélica*, 25 de março de 1866.
O Apóstolo, 18 de março de 1866. N. 11. P. 3
O Apóstolo, 9 de agosto de 1868. N. 32. P. 5

No Estado de Geórgia floresce a agricultura, como nunca se vivo, aumentam os edifícios, improvisam-se cidades, nota-se uma animação portentosa, corre o dinheiro abundantemente nas mãos dos trabalhadores e dos donos dos distritos agrícolas e manufatureiros, e as suas relações são tão amigáveis e benévolas, quanto parece que podem existir entre amos e criados. Os trabalhadores recém-emancipados trabalham fiel e dedicadamente; são felizes; estão bem mantidos, convenientemente vestidos, e contentes³⁰¹;

Na comparação da Guerra do Paraguai com a Guerra de Secessão, o jornal *Imprensa Evangélica* afirma a importância da oração levantada no meio da nação para que Deus intervenha em seu favor. “Festas, missas e outras solenidades prescritas pela rubrica do Breviario não faltam, mas não há culto algum espontâneo e real em que se faça menção das coisas que são de primeira necessidade para o país”³⁰². Assim, os presbiterianos contrastam a presença da oração na formação das nações diante dos eventos traumáticos. De um lado uma nação protestante capaz de identificar as motivações divinas no desenrolar dos acontecimentos, tendo a oração como caminho para aprender com Deus no seu interferir na história da humanidade, e do outro na nação católica, incapaz de aprender com Deus no sofrimento do seu povo.

3.4 O *Risorgimento Italiano*

A despeito dos pontos de semelhança entre as ideias básicas do Cristianismo, houve na inserção do protestantismo brasileiro um grande embate entre católicos e protestantes. Desde a primeira metade do século XIX, é verificado nos Estados Unidos um trabalho de unificação entre as denominações protestantes no intuito de combater as ideias católicas que avançavam em decorrência das migrações de grupos, dentre eles os franceses, irlandeses e alemães católicos. Na luta contra avanço dos ideais da Igreja Católica, tidos como obscurantistas e medievais, se fez presente nas missões realizadas pelas igrejas estadunidenses a preocupação com a conversão dos católicos ao protestantismo e a transplantação cultural, ou a exportação, do *american way of life*³⁰³. Ainda, de acordo com Antônio Gouveia Mendonça, as missões protestantes tiveram o Brasil e os países católicos como os seus principais alvos.

³⁰¹ *O Apóstolo*, 11 de dezembro de 1870 .N.51 Palavras de um crente. P. 7

³⁰² *Imprensa Evangélica*, 16 de março de 1867. Ed. 00006. P. 8

³⁰³ MENDONÇA, ANTÔNIO GOVÊA. *O Celeste Porvir: A inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 115-118

O conflito entre católicos e protestantes ganha uma atenção especial nos noticiários sobre a guerra do *Risorgimento* italiano, que apresentam reflexões acerca do lugar da religiosidade na formação da identidade do indivíduo, da constituição das suas qualidades e dos valores que formariam os homens e as nações civilizadas.

Para João Calvino, o sentimento religioso faz parte da formação humana, sendo uma realidade universal aplicada à todos os seres humanos, sendo impossível a prática de um ateísmo real.³⁰⁴ Entretanto, para o reformador existe apenas uma religião agradável a Deus. Não necessariamente uma instituição religiosa, mas um único caminho para se viver a verdadeira religião. O caminho é apresentado ao homem pela revelação especial, uma vez que a revelação natural, mesmo dando indícios da existência exclusividade do único Deus, não é suficiente para apontar o caminho da salvação, sendo suficiente apenas para tornar o homem cômico da sua maldade, culpa, e necessidade de Deus. Todas as religiões baseadas fora da revelação especial, ou seja, da bíblia, seriam abomináveis ao Espírito Santo.³⁰⁵

O jornal *Imprensa Evangélica* reitera o posicionamento calvinista de que as religiões baseadas em interpretações não convencionais da bíblia, isto é, abalizadas em outros livros sagrados ou mesmo na razão humana, além de uma abominação ao Espírito Santo, foram encaradas pelos presbiterianos que atuaram no Império do Brasil como entraves ao “Reino de Deus”, ao progresso e à modernidade. Logo, elas deveriam ser minadas. No mundo, “Restam ainda as fortalezas do paganismo: o Confucionismo, Budismo, Hinduísmo e Maometismo ainda escravidão milhões”; no Brasil os obstáculos ao progresso da “igreja cristã”, como “romanismo, escravidão, espiritismo, positivismo e indiferença”³⁰⁶.

Como bem observa Pedro Henrique C. de Medeiros³⁰⁷, o periódico *Imprensa Evangélica* pouco se dedicou ao confronto das religiões acatólicas presentes no Brasil. O caso dos Judeus, Espíritas, religiões afro, e outras manifestações religiosas praticadas em terras brasileiras, mesmo que em alguns casos mencionadas, não resultaram em artigos apologéticos ou em longos debates na imprensa, como aconteceu com o caso

³⁰⁴ CALVINO, João. **As Institutas da Religião Cristã**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Cap. III . 1

³⁰⁵ CALVINO, João. **As Institutas da Religião Cristã**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Cap. V . 13

³⁰⁶ *Imprensa Evangélica*, 30 de janeiro de 1886. Ed 00005. **A explosão de «Flood-Rock»** P. 6

³⁰⁷ DE MEDEIROS, PEDRO HENRIQUE CAVALCANTE. **Pelo progresso da sociedade: A imprensa protestante no Rio de Janeiro Imperial (1864-1873)**. Dissertação de mestrado.UFRRJ: Seropédica, 2014. P.84.

católico. Em 1868, porém, o periódico lança uma série de oito artigos contra as “religiões pagãs” e seus ídolos, considerando tanto os casos da antiguidade como contemporâneos, sobretudo os casos orientais e africanos, mas também incluindo o catolicismo romano.

Mesmo reconhecendo as inúmeras religiões a serem combatidas, por se tratar de uma nação predominantemente católica, no Brasil, os presbiterianos deram uma atenção especial ao ataque à Igreja Católica Apostólica Romana e aos seus defensores na Imprensa, sobretudo os ultramontanos³⁰⁸. Apesar de considerarem o islamismo uma religião muito mais perigosa à civilização que o catolicismo romano, os presbiterianos partiam da premissa de que a instituição Católica não ensinava preceitos básicos do cristianismo genuíno, necessários à salvação da alma, e, por isso, os seus adeptos precisavam ser alcançados pelas missões evangélicas³⁰⁹.

Enquanto o *Imprensa Evangélica* combate o catolicismo tomando como argumento as atrocidades cometidas pela Igreja Católica no combate pelos territórios de Roma, o periódico *O Apóstolo* fala da vitória da Santa Sé e da França como “scenas gloriosas” que tornarão a repetir-se caso as nações civilizadas não aceitem a autoridade máxima do Sumo Pontífice e a centralidade da Santa Igreja na senda do progresso³¹⁰.

Na Itália, denomina-se *Risorgimento* (ressurgimento) o processo de unificação dos diversos estados que dividiam a Península Itálica no século XIX. A expressão "ressurgimento" revela o despertar da consciência nacional a partir da revitalização da cultura clássica que havia se expandido por toda a Europa entre os séculos XIV e XV. É importante lembrar que em 1815, no Congresso de Viena, logo após a derrota de Napoleão, que a península foi dividida entre: o Império Austríaco dos Habsburgos; o Reino de Piemonte-Sardenha da Casa de Sabóia; os Estados Pontifícios papais; e o Reino das Duas Sicílias sob a monarquia dos Bourbons. Contudo, com a restauração do absolutismo, os monarcas passaram a enfrentar os ímpetus revolucionários que já ameaçavam a América Latina e a Europa³¹¹.

³⁰⁸ Para Rui Barbosa, “*A alma do ultramontanismo é a defesa do poder ilimitado da igreja*”. P. 336. Sobre a temática, ver: BARBOSA, Rui. **O papa e o Concílio**. V2. P.336,337.

³⁰⁹ *Imprensa Evangélica*, 5 de maio de 1866 ed 00009. p.3

³¹⁰ *Imprensa Evangélica*, 01 de março de 1868. O Apóstolo. Ed 00009.P.8

³¹¹ DOYLE, Don H. **Nations Divided: America, Italy, and the Southern Question**. Athens: University of Georgia Press, 2002. P.42

A Primeira Guerra da Independência contra o Império Austríaco foi declarada no ano de 1848, no reino de Piemonte. Em 1849, sob a liderança de Mazzinni, foi proclamada a República Romana. Um ano depois a mesma república foi defendida por Garibaldi contra as tropas de Napoleão III. No ano de 1852, por meio de uma aliança com a França e a Grã-Bretanha e com o apoio de Napoleão III, o conde de Cavour venceu a Segunda Guerra da Independência (1859-1861), anexando os territórios da Lombardia, Parma, Modena, Emília-Romana e Toscana, em troca de Nice e da Sabóia para a França. Em 1860, Garibaldi dominou o reino das Duas Sicílias. Apesar de sua meta ser, sobretudo, conquistar Roma, o personagem entrega o reino conquistado a Vítor Emanuel II que, em 1861, concretiza a unificação italiana com a criação do reino da Itália. O processo da unificação termina com a Terceira Guerra da Independência (1886) que anexa Veneza, e com a conquista definitiva de Roma em 1870.

Conforme, Don H. Doyle em sua obra *Nations Divided* o processo de construção da Itália pode soar menos agradável do que nos Estados Unidos, visto que o território italiano se caracterizava por uma fragmentação cultural e linguística³¹².

Portanto, o desafio primeiro do *Risorgimento* foi criar, literalmente, uma língua e identidade comuns aos povos do Norte e do Sul. Além de almejar uma identidade nacional, os líderes nortenhos buscaram novas estratégias populares para legitimar o novo Estado. Doyle³¹³ cita que os líderes políticos tentaram alistar os cidadãos no que ele intitula "nova religião civil do nacionalismo". Um claro exemplo é o estabelecimento em 1861 do Dia da Constituição - feriado nacional para celebrar o estatuto de 1848 que antecedeu a fundação da Itália moderna e marcou a hegemonia do Piemonte. Outro feriado foi estipulado para alimentar essa tradição inventada: o primeiro domingo de junho foi estipulado feriado nacional. Doyle³¹⁴ destaca que a escolha do domingo foi uma tentativa de fundir sentimentos seculares e religiosos, porém, insatisfeito com tais ações, o Papa Pio IX denunciou ao povo a iniciativa nacional liberal convidando os seus seguidores a irem a igreja no domingo dia 23. Além

³¹² Aproximadamente apenas 2,5% da população, em 1860, creia que falava e compreendia o italiano, ou seja, o dialeto da Toscana que se tornou a língua padrão para os italianos instruídos.

DOYLE, Don H. **Nations Divided: America, Italy, and the Southern Question**. Athens: University of Georgia Press, 2002. P. 44. tradução nossa.

³¹³ DOYLE, Don H. **Nations Divided: America, Italy, and the Southern Question**. Athens: University of Georgia Press, 2002. P. 45.

³¹⁴ DOYLE, Don H. **Nations Divided: America, Italy, and the Southern Question**. Athens: University of Georgia Press, 2002. P.46.

disso, excomungou o governo do Estado italiano e advertiu os católicos a não votarem em eleições estatais, nem apoiarem o Estado. Sabe/se que o Estatuto fracassou, pois, além de encontrar a resistência da Igreja, não envolveu os cidadãos tornando/se apenas um desfile pomposo de militares e funcionários do governo.

Uma das dificuldades deste processo de unificação estava na interferência da Igreja Católica Apostólica Romana nos territórios da península itálica, possuindo, além de grandes propriedades, poder de interferir sobre as questões políticas. Um confronto, então, se estabelecia entre os unificadores da Itália e a Santa Sé.

Giuseppe Garibaldi³¹⁵, um dos líderes mais conhecidos do *Risorgimento*, como notado pelo *Imprensa Evangélica* como dos responsáveis pela explosão que abalou o poder temporal de Roma, um dos últimos entraves ao progresso da humanidade.

Recordemos alguns exemplos. Durante os séculos de trevas os reinos do mundo eram política bem como espiritualmente escravizados á igreja romana. O Vaticano dirigiu os destinos dos impérios. Os reis, os príncipes e os governadores deviam o poder á vontade do papa. A seus pés caíam de joelhos as nações da terra, submetendo-se à tirania hierárquica. Viu a Reforma a explosão que abalou até os fundamentos o poder temporal de Roma, embora seja somente em nossos dias que os soldados de Garibaldi e Victor Emanuel removeram os seus últimos vestígios³¹⁶.

Para os presbiterianos, a causa da Guerra Civil na Itália partia da própria Igreja Católica, que insistia em dominar sobre uma terra e um povo que não lhe pertencia.

Pio IX que se vangloria da tomada de Roma pelos franceses, trabalha incessantemente para ver a França em situação de lhe prestar outros iguais serviços; e é por isso que existem a restauração bourbonica clerical, as reuniões, de obreiros católicos e as romarias, verdadeiros focos da guerra civil.³¹⁷

Uma crítica ácida é dirigida ao papa Pio IX por ele alegar que deposita a sua fé

³¹⁵ As batalhas de Garibaldi na causa da liberdade na América do Sul na década de 1830 fizeram dele um "herói internacional de dois mundos" muito antes de sua conquista triunfal da Sicília e Nápoles em 1860. Le- sionado na Inglaterra, Europa, Estados Unidos e Sul América, na Itália Garibaldi tinha sido um espinho no lado do governo monárquico moderado. Ele era um defensor popular do nacionalismo revolucionário e um líder guerrilheiro desonesto cujo gênio militar (ou sorte) embarçou Cavour e outros líderes do estado. Em 1862, quando Garibaldi reuniu seus homens para renovar o ataque a Roma e completar a unificação da Itália, o primeiro-ministro conservador Urbano Rattazzi enviou o exército italiano para detê-lo. Em Aspromonte Garibaldi enfrentou-os de pé na frente de seus homens gritando ordens de não atirar e gritar, "Viva Italia!" As tropas italianas foram ordenados a disparar sobre ele, e ele caiu ferido no pé e na perna. Garibaldi, o libertador da Sicília e Nápoles, recuperou-se numa prisão italiana. P. 61. **Tradução nossa.**

Imprensa Evangélica, 30 de janeiro de 1886. Ed 5. **A explosão de «Flood-Rock»** P. 6

³¹⁷ *Imprensa Evangélica*, 20 de dezembro de 1873 *Imprensa Evangélica* Ed 00024. P. 6

em Cristo mas depender do exército de mercenários para se proteger do avanço da Itália³¹⁸. “Por temer os enraivecidos que tem declarado guerra à Igreja Católica, Pio IX transfere a sede da Igreja para Santa Catharina”³¹⁹. O Sumo Pontífice, ao invés de ser encarado enquanto líder da Igreja e guia dos homens, foi apresentado no *Imprensa Evangélica* como um sanguinário, contrariando o que, para os presbiterianos, seria exemplo de Cristo, que no lugar de combater seus inimigos, verteu seu sangue para favorecê-los. Ao anunciarem a *Batalha de Montana*, ressaltam a morte de mais de três mil homens e a crueldade do papa:

Pio IX diz se o pai dos cristãos; pois, um pai não destrói e devora seus filhos, sacrificasse por eles. Mas, se os filhos se rebelam contra o pai? Seria isso uma grande cegueira, uma fatal desgraça; mas, um mal não pôde curar-se com outro maior. O pai não pode ter direito algum para esquartejar o filho rebelde; deve usar todos os meios para esclarecê-lo, e arriscar todos os esforços para trazê-lo ao caminho da honra, e ao cumprimento dos deveres filiais.³²⁰

O papa Pio IX declara uma guerra à civilização e às liberdades modernas ao dirigir ao São Pedro de Arbues uma súplica pública, um padre conhecido por empenhar-se na inquisição, matando assim inúmeras pessoas durante o século XV. O redator do periódico argumenta com o texto bíblico de Apocalipse 22:15 que um homicida jamais poderá entrar na cidade santa.³²¹

Outras críticas ao Pio IX foram levantadas contra a sua encíclica *Quanta Cura*, promulgada em 1864³²², apresentada como um “grito de guerra contra todas as liberdades, tanto dos reis como dos povos”³²³.

Por uma citação de uma folha estrangeira, é apresentada a polêmica quanto aos efeitos do tratado. Enquanto alguns se regozijam por considerarem que ela contribui para a unificação da Itália, outros demonstram descontentamento. Para um terceiro grupo, mais liberal, o documento diplomático significa a consagração do poder temporal do papa e a renúncia de ter Roma como capital³²⁴.

Transcrevendo o *Correio Mercantil*, o periódico procura demonstrar que as

³¹⁸ *Imprensa Evangélica*, 1 de fevereiro de 1866 – Ed.3. Crítica ao Papa Pio IX. P. 8

³¹⁹ *Imprensa Evangélica*, 19 de maio de 1866. Ed. 10. P.4

³²⁰ *Imprensa Evangélica*, 04 de janeiro de 1868. Ed.00001. P.4.

³²¹ *Imprensa Evangélica*, 07 de setembro de 1867. *Imprensa Evangelica*. 00017. P. 4

³²² Ver: *Quanta Cura* <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/quantacura/>
Syllabus <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/silabo/> online, 02/02/2017 às 15:52:32h

³²³ *Imprensa Evangélica*, 03 de julho de 1865. Ed.00015. P.1

³²⁴ *Imprensa Evangélica*, 1864 - N. 2. A questão do tratado franco-italiano. P.8

forças do catolicismo estão sendo minadas pelos protestantes, padres liberais e livres pensadores, ou franco-maçons e outros³²⁵.

Mesmo considerando a Espanha uma nação fechada aos ideais progressistas, o redator chama atenção para o fato desta dela não deixar de perceber a importância do processo de unificação da Itália para a História da Humanidade.

Mas é duro renunciar uma vez para sempre a esperança de ser alguma coisa mais que um viveiro de frades e freiras. A civilização moderna é tão ruidosa, que não há canto por melhor fechado que seja, onde não se possa ouvir a sua marcha, e até os mortos se movem em seus sepulcros³²⁶.

Mais uma vez, uma matéria do *Correio Mercantil* foi transcrita no intuito de mencionar que o reconhecimento não foi aceito passivamente na Espanha, onde muitos grupos se posicionaram contra a decisão real. Enquanto isso, em Roma, o papa convocava um exército com mil mercenários.

O objetivo de praticamente a maior parte dos artigos sobre a igreja católica ou sobre os conflitos na Itália é demonstrar o quanto a igreja romana promove o atraso da civilização por não instruir a população dos locais em que atua, resultando numa elevada taxa de analfabetismo³²⁷.

Os cristãos, porém, estendem a sua contemplação mais além, reconhecendo aqui o dedo de Deus, o qual de tempos em tempos suscita os instrumentos mais aptos para levar a efeito os seus desígnios, e encaminha seus passos com a mão tão eficaz, porém oculta, que eles mesmo admiram-se de seu destino excepcional por seus grandes resultados³²⁸.

Com a retirada das tropas francesas, o jornal apresenta uma expectativa de paz entre a Itália e o Papado. Ao transcrever um discurso de Victor Manoel, que defende uma posição moderada para o casamento civil e religioso, tornando a religião na Itália um exercício livre, sujeito apenas à consciência e não às pressões do governo³²⁹.

Desta vez uma notícia do *Jornal Correio da Europa* é transcrita pelo *Imprensa Evangélica*. Para o *Correio da Europa*, o Papa havia deixado de lado as questões

³²⁵ *Imprensa Evangélica*, 1864 - N. 3. O enfraquecimento do catolicismo na Itália. P.8

³²⁶ *Imprensa Evangélica*, 1865 - N. 22. Reconhecimento da Itália pela Espanha.p. 5 / Guerra entre Prússia e Áustria P.8 / liberdade de culto no Chile.P.8 / Guerra do Paraguai.

³²⁷ *Imprensa Evangélica*, 1865 - Ed.24. Estatísticas dos Jesuítas e da instrução na Itália.P.6

³²⁸ *Imprensa Evangélica*, 1865 - Ed.27. Sobre a morte de Lord Palmerston (Inglaterra) / Uma crise em Roma.P.7

³²⁹ *Imprensa Evangélica*, 1866 - Ed.1. A questão de Roma.P.5

espirituais pelas questões materiais, inclusive trocando as suas vestes religiosas pelas armas de um soldado. Ao invés de Sumo Pontífice, o papa foi reconhecido como um general. Para que deixasse de ser uma instituição caduca, o cristianismo deveria ser tratado como crença que só pode florescer diante da liberdade de consciência e pensamento.

Qualquer igreja que persistir em persistir no seu propósito de fazer uma guerra de morte à sociedade, ocupada em constituir-se sobre as bases liberais, o resultado não se fará esperar. Ella ha de sucumbir, e sobre as suas ruínas se levantará outras, inspiradas em melhor espirito³³⁰.

A Igreja Católica deveria retornar aos ensinamentos de Cristo, segundo o qual o poder temporal, também instituído por Deus, deveria ser respeitado. enquanto os seus seguidores trataram das questões do outro mundo, das questões espirituais, dando, desta forma, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus³³¹.

Percebemos que a Guerra de Secessão foi vista enquanto providência divina uma vez que expandiu o “Reino de Deus” sobre a Terra, revertendo o derramamento de sangue dos combatentes na libertação de mais de três milhões de escravos. A Guerra do Paraguai ajudou na definição da identidade nacional e na delimitação territorial, reconhecendo a superioridade de um povo em relação ao seu inimigo. Esta identificação não foi feita apenas pelos brasileiros, mas também pelos estrangeiros residentes no Brasil, inclusive pelos missionários presbiterianos. Identificamos uma tensão entre a afirmação de unidade humana e a marcação das identidades a partir de limites nacionais. Percebemos o lugar do homem religioso no caminho do progresso no conflito estado-igreja verificado no *Risorgimento Italiano*, no qual o uso de conceitos antitéticos apresentou o protestante enquanto amigo da modernidade e o católico enquanto inimigo da civilização.

³³⁰ *Imprensa Evangélica*, 16 de novembro de 1867. Ed. 22. P.8

³³¹ *Imprensa Evangélica*, 07 de março de 1868. Ed.00005.P.6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo deste breve trabalho um caminho para investigar a esperança presbiteriana na formação do protestantismo brasileiro. Verificamos que, ao lançarmos luz sobre os espaços religiosos na modernidade e não apenas sobre os espaços de ação política instituídos oficialmente pelo governo, temos uma alternativa à tese sobre a secularização da “expectativa” moderna.

Inicialmente, identificamos, por meio de uma revisão bibliográfica e de uma consulta ao Jornal *Imprensa Evangélica* e ao *Diário de Simonton*, os lugares sociais alcançados pelo jornal, bem como as funções pretendidas pelos seus organizadores ao distribuí-lo. Seguimos o percurso da pesquisa enfatizando as ideias da instituição difundidas pelo periódico na sociedade do Império do Brasil.

Uma das nossas hipóteses confirmadas ao longo da pesquisa foi a de que ao estudar um grupo religioso de visão escatológica “pós-milenarista”, isto é, de visão otimista quanto ao futuro da humanidade antes do retorno de Cristo, tínhamos uma leitura diferente sobre a expectativa religiosa no período moderno, dado sua relação com outras expectativas, sejam elas religiosas ou seculares.

Percebemos que o jornal *Imprensa Evangélica* apresentava uma interpretação do Reino Milenar descrito em *Apocalipse 20* como uma metáfora do Reino Espiritual de Cristo que é representado pela igreja invisível e universal. Esse “reino” se expandiria mediante a pregação e aceitação do evangelho, resultando na transformação de toda a sociedade.

Apesar de considerar a República como a melhor opção política, o esforço dos presbiterianos estava na tentativa de conciliação do poder vigente com os valores de liberdade e igualdade, considerando o Estado como um dos instrumentos de Deus mediante o qual seria concedida abertura para a expansão do “Reino de Deus” e a aplicação dos seus valores. As guerras, que também traziam dor e sofrimento aos povos, antes de serem encaradas imediatamente como entraves ao reino, foram vistas como elementos da “providência divina”, de modo que até o diabo, personificado na pessoa de Fernando López, teria suas ações malignas revertidas em um bem maior para a história da humanidade.

Os ensinamentos da Igreja Católica, a Monarquia que a reconhecia como uma

religião oficial, a restrição da liberdade de outras religiões em âmbito público, a não observância dos valores divinos por parte dos brasileiros, e a falta de cultura letrada que permitisse a livre interpretação da bíblia eram, na perspectiva do presbiterianismo, os principais entraves ao avanço do “Reino de Deus” e ao progresso no Brasil. Por meio da família, esses entraves poderiam ser superados, o evangelho expandido e o “Reino” estabelecido. As autoridades seculares, porém, deveriam atentar um pouco mais para os problemas que atacavam a família, tais como o adultério e os vícios.

Os presbiterianos no Brasil não apenas revisaram os sentidos metafóricos, mas fundaram uma nova concepção de “Reino de Deus” a partir de suas vivências permeadas por debates filosóficos, políticos e religiosos. A tensão proposta por tal metáfora estava no domínio de Deus sobre a nação brasileira, apesar do seu governo (monárquico), da sua cultura (“promíscua” e marcada por vícios) e da sua religião (católica).

Na expectativa presbiteriana, com o fim da oficialidade da Igreja Católica sobre a nação brasileira e a quebra da limitação aos cultos públicos protestantes iniciada com o advento da República, o “Reino de Deus” estaria livre para invadir os corações anteriormente inalcançados, conquistar os lares, as ruas, praças e os demais espaços públicos. As sementes do “Reino de Deus” lançadas no solo do Império do Brasil começariam, portanto, a germinar com a derrocada da monarquia, e floresceriam com a irrigação da liberdade instituída pelo governo Republicano. Assim, a nação brasileira se inseria dentro da marcha do progresso mundial que trabalharia para a promoção da justiça no mundo e para o adiantamento do “Reino de Deus” em sua plenitude, mesmo que para isso fosse necessário, nos casos das “guerras justas”, “verter o sangue dos seus contrários”.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

Confissão de Westminster. Disponível em: <<<http://www.ipb.org.br/recursos> >>

Catecismo breve de Westminster. Disponível em: << <http://www.ipb.org.br/recursos> >>

Catecismo maior de Westminster. Disponível em: <<<http://www.ipb.org.br/recursos> >>

A Confissão De Westminster. Tradução: Filipe Luiz C. Machado E Joelson Galvão Pinheiro. São Paulo: Congregação Puritana Livre, 2013.

LESSA, Vicente Themudo. **Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo: Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. (1863-1903)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. (Obra Organizada em 1938).

Simonton, **O diário de Simonton (1852-1866)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

Simonton, Ashbel Green: **Sermões Escolhidos**. (org. A. L. Blackford em 18--) reeditado por Simonton César de Araújo em 1993. Venda Nova – MG: Editora Betânia.

Imprensa Evangélica (1864 – 1867). Disponível na hemeroteca digital da biblioteca nacional. << <http://hemerotecadigital.bn.br/imprensa-evangelica/376582> >> Acessado no dia 15/06/2017 às 09:00.

O Apóstolo(RJ) – Católico 1868 -1874. Disponível na hemeroteca digital da biblioteca nacional << <http://memoria.bn.br/DocReader/809349/1> >> Acessado no dia 15/06/2017 às 09:00.

Jornal O Commercio

Edição 00365. 20 de Dezembro de 1864.

Edicao 00052. 21 de Fevereiro de 1870..

Revista Espírita Jornal de Estudos Psicológicos

Edição 00004. 1958. P112

Edição 00006. 1958. P175

ANDRADE, Roney Seixas. **Criação Divina ou Evolução? Análise da teoria da Criação Especial e da teoria do Design Inteligente na cultura norte-americana**. Dissertação de Mestrado PPG Ciências da Religião - UFJF, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BUARQUE, Virginia A. Castro. **A Especificidade do debate religioso: um diálogo entre a historiografia e a teologia.** In: Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história, n° 37. História e Religiões. PUC-SP, 2008.

CALVINO, João. **As Institutas da Religião Cristã.** São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

CÉSAR, Elben Lenz. **Mochila nas costas, diário na mão.** Viçosa: Ultimato, 2009.

CRUZ, KARLA JANAINA COSTA. **Cultura impressa e prática leitora protestante no oitocentos. Tese de doutorado.** Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

DA COSTA, Flávio Antônio Alves. **A Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil – Uma questão doutrinária.** Dissertação de Mestrado. Mackenzie: São Paulo, 2007.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DE MATOS, Alderi Souza. Jonathan Edwards: Teólogo do Coração e do Intelecto. São Paulo: Fides Reformata V.3/1, 1998. Disponível em [http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME III 1998 1/Jonathan Edwards.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME%20III%201998%201/Jonathan%20Edwards.pdf) >>.

DE MATOS, Alderi Souza. **A atividade literária dos presbiterianos no Brasil.** Disponível em: <<<http://www.mackenzie.br/10982.html>>>. Acessado em 03/10/2014 às 02:11.

DE MATOS, Alderi Souza. **Cronologia do Presbiterianismo no Brasil.** Disponível em: <<<http://www.mackenzie.br/7086.html>>>. Acessado em 03/10/2014 às 02:11.

DE MATOS, Alderi Souza. **Primórdios das Missões Nacionais Presbiterianas no Brasil.** Disponível em: <<<http://www.mackenzie.com.br/10281.html>>>. Acessado em 03/10/2014 às 02:11.

DE MATOS, Alderi Souza. **Simonton e seus companheiros.** Disponível em: <<<http://www.mackenzie.com.br/7145.html>>>. Acessado em 03/10/2014 às 02:11.

DE MEDEIROS, PEDRO HENRIQUE CAVALCANTE. **Pelo progresso da sociedade: A imprensa protestante no Rio de Janeiro Imperial (1864-1873)**. Dissertação de mestrado. UFRRJ: Seropédica, 2014.

DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo**. São Paulo: Planeta, 2014

DELUMEAU, Jean. **Mil anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DELUMEAU, Jean. **O nascimento e a afirmação da reforma** . São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia, 1989.

DO VALLE, Daniel Simões. **Intelectuais, espíritas e abolição da escravidão: os projetos de reforma na imprensa espírita(1867-1888)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

DOYLE, Don H. **Nations Divided: America, Italy, and the Southern Question**. Athens: University of Georgia Press, 2002.

FEBVRE, Lucien..**Martinho Lutero, um destino**. São Paulo: Três estrelas, 2012.

FEINBERG, John S. **Continuidade e descontinuidade: perspectivas sobre o relacionamento entre o antigo e o novo testamento: Ensaio em homenagem ao S. Lins e Johnson Jr**. São Paulo: Hagnos, 2013.

FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. **“Que venha o Teu Reino”: estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

FREUD, Sigmund. **O Mal Estar na Civilização**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011.

GIRALDI, Luiz Antônio. **A Bíblia no Brasil Império: como um livro proibido durante o Brasil Colônia tornou-se uma das obras mais lidas nos tempos do Império**. Barueri: SBB, 2013.

GONÇALVES, Carlos Barros. **UNUM CORPUS SUMUS IN CRISTO? INICIATIVAS DE FRATERNIDADE E COOPERAÇÃO PROTESTANTE NO BRASIL (1888 - 1940)**. Tese de Doutorado. UFPR: Curitiba 2015.

HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HOEKEMA, Antony A. **A Bíblia e o Futuro**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

IZECKSOHN, Vitor. **A Guerra do Paraguai**. In: O Brasil Imperial - Vol.II - 1831 - 1889. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Escatologia**. In:_____. História e memória. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEONARD, ÉMILLE G. **Brasil, terra de História - Revista de História USP - Nº 2 - 2º TRIMESTRE DE 1950** << <http://revhistoria.usp.br/index.php/br/edicoes/231-rh-02> >>

LEONARD, ÉMILLE G. **O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social**. *Revista de História USP*, V. 1. - Nº 5 - 1º TRIMESTRE DE 1951 << <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/005/A008N005.pdf> >>

LEONEL, João. **O jornal *Imprensa Evangélica* e a formação do leitor protestante brasileiro no século XIX**. *Protestantismo em Revista | São Leopoldo | v. 35 | p. 65-81 | set./dez. 2014*. Disponível em: < <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp>>.

MENDONÇA, ANTÔNIO GOUVEIA. **celestes porvir: A inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MILLARD J, Erickson. **Opções Contemporâneas na Escatologia**. São Paulo: Edições Vida Nova, 1982.

MONTIZKIN, GABRIEL. **A Intuição de Koselleck acerca do Tempo na História**. In: JASMIN, Marcelo Gantus & JÚNIOR, João Feres. *História dos Conceitos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC RIO; Ed. Loyola; IUPERJ, 2006.

PEREIRA, Márcio Pereira de. **Palanque de papel: discurso político dos jornais evangélicos brasileiros no periódico da República Velha**. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2007.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira**. São Paulo: Casa editora Presbiteriana, 1981.

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica Bíblica**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e Ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 2010.

RICOEUR, Paul. **Metáfora Viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. V.3 São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1976.

. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. 2007.

RÜSEN, Jörn. **Utopia, Alteridade, Kayros: O futuro do passado**. In: *História Viva*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SANTOS, Valmir Rocha. **Polêmica religiosa e defesa doutrinária no discurso de Ashbel Green Simonton**. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013

Skinner, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

SOUZA, Robério Américo do Carmo. **Fortaleza e a nova fé": A inserção do protestantismo na capital cearense (1882-1915)**. Dissertação de mestrado. PUC. São Paulo, 2001.

V.2. N° 6 - 2° TRIMESTRE DE 1951

<< <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/006/A008N006op.pdf> >>

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.